

Relatório
e Contas
2022

MOZA
O valor é teu.

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caros Accionistas, Clientes, Colaboradores e Stakeholders em geral,

É com grande satisfação que me dirijo a todos vós para partilhar as nossas conquistas e desafios ao longo do ano de 2022, um ano em que a economia mundial ainda muito afectada pelos efeitos da COVID-19, uma pandemia que ainda persiste e que tem registado alguns surtos, mas que o Mundo assegurou uma maior capacidade de resiliência e adaptação à mesma.

Estima-se que no ano em apreço a economia global observou um crescimento real de 3,4% espelhando assim, uma desaceleração face ao período homólogo. De facto, já fragilizada pelos efeitos da crise pandémica, registaram-se ainda alguns choques cruciais, tais como a aceleração dos níveis de preço em todo o Mundo, a desaceleração dos ritmos de crescimento da economia chinesa e as repercussões negativas da guerra na Ucrânia.

No contexto nacional, o país enfrentou adversidades no primeiro trimestre de 2022, como o ciclone "Gombe", a tempestade tropical "Ana" e a depressão tropical "Dumako", que afectaram a oferta doméstica de bens e serviços e prejudicaram o desempenho dos sectores da agricultura, indústria extractiva, distribuição de energia e água. Ainda assim, o PIB apresentou um crescimento real de 4,15%, em linha com as previsões de aceleração da actividade económica.

Em 2022, a inflação média anual registou um crescimento para níveis de 10,28% (2021: 6,74%), fixando-se acima da meta definida pelo Governo através do seu Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2022 (5,3%).

No que concerne à Política Monetária, o Banco Central viria a optar por uma estratégia mais restritiva com vista a conter a pressão inflacionista, impondo um forte agravamento da taxa de política monetária (MIMO) em 400 pontos base, passando para 17,25% (2021: 13,25%), o que conduziu a uma revisão em alta da Prime Rate do Sistema Financeiro (PRSF), na mesma magnitude, passando de 18,60% para 22,60%. Assinala-se, porém, que o requisito de reservas obrigatórias manteve-se inalterado ao longo de 2022, sendo 10,50% para moeda nacional e 11,50% para moeda estrangeira.

Apesar do contexto difícil acima referido, mantivemo-nos fiéis à determinação de evolução da nossa actividade em harmonia com o rigor e prudência que imprimimos nos exercícios precedentes e consolidamos a trajectória de crescimento em linha com os anos transactos, atestada, aliás, pela confiança que os Clientes e o Mercado têm vindo a demonstrar em relação à nossa actividade e desempenho. De referir que apenas neste exercício, registamos um crescimento de 27% do número de Clientes alcançando, assim, um total de 215.864 Clientes.

No quadro desta evolução positiva, acrescente-se ainda que em 2022, o Banco registou um crescimento significativo ao nível de captação de Depósitos +8% (MZN +2,6 mil milhões) que no exercício anterior, e os Activos totais evoluíram neste sentido apresentando também um aumento em 6% (MZN 2,6 mil milhões). Apesar de tudo, e atendendo a um contexto macroeconómico desafiante e de elevadas taxas de juro, o Banco, à semelhança dos demais Players no Mercado, procurou garantir uma gestão prudente da sua carteira de crédito, o que viria a resultar numa variação residual desta face ao ano transacto.

O ano de 2022 ficou ainda marcado pela aprovação e início de implementação do Plano Estratégico 2022-2026, um instrumento orientador que estabelece as directrizes de actuação do Banco no período em referência, e contempla orientações de suporte à actividade, com foco na rentabilidade e sustentabilidade do Banco. Neste âmbito, em linha com a estratégia definida e como forma de reafirmar o seu compromisso com o projecto Moza, em Dezembro de 2022, os Accionistas do Banco aprovaram mais uma operação de aumento do Capital Social, no montante de MZN 1.124,5 milhões, demonstrando a sua total confiança na consolidação da actividade da Instituição.

Fiéis ao nosso ADN, asseguramos que a estratégia consubstanciada no novo Plano de Negócios, reafirma e consolida o nosso posicionamento de um Banco Relacional que coloca o Cliente no centro de sua estratégia. Essa visão e abordagem tem-nos permitido, por um lado aumentar a acessibilidade e abrangência de nossos serviços, investindo fortemente na melhoria dos canais digitais, e por outro, diversificar nossa oferta de produtos e serviços, criando uma proposta de valor altamente competitiva e diferenciada. Assim, proporcionamos produtos e serviços mais adaptados à realidade e às expectativas de cada Cliente, mantendo o alto padrão de qualidade e inovação que nos caracterizam.

No ano de 2022, mantivemos a nossa contínua aposta em investir em tecnologia e inovação para disponibilizarmos aos nossos Clientes uma oferta cómoda, segura e de confiança. Este ano, procuramos melhorar e consolidar as diversas soluções digitais implementadas nos períodos anteriores, nomeadamente, o serviço de Whatsapp Banking, a plataforma MOZA Já (USSD), a disponibilidade e estabilidade dos nossos canais digitais e a solução de interoperabilidade que registou um crescimento notável, revelando a confiança conquistada junto dos nossos Clientes e do mercado em geral.

No que tange à inovação, especial destaque para o lançamento de novos cartões equipados com tecnologia Contactless. Com a nova tecnologia, os titulares de cartão podem realizar pagamentos de forma ainda mais rápida, conveniente e segura, apenas aproximando o cartão ao leitor de pagamento, sem a necessidade de inserir o cartão e digitar uma senha para montantes de baixo valor. Esta é mais uma inequívoca demonstração da aposta do Moza Banco em prover soluções que facilitem o dia-a-dia dos nossos Clientes.

A opção por este compromisso em matérias de inovação e tecnologia tem permitido destacar o Moza Banco num contexto além-fronteiras, com a representação e participação em diferentes fóruns de destaque para a participação no Websummit, a maior feira de tecnologia digital do Mundo, bem como apresentação em fóruns de referência em matéria de ciência de dados e outras de tecnologias a nível de África.

No que se refere à rede de retalho, realce para a abertura de mais uma Unidade de Negócio rural, nomeadamente, a agência de Maríngué, na província de Sofala. Esta abertura insere-se no âmbito da parceria com o MADER, visando incrementar os níveis de bancarização e promoção das finanças rurais que se encontram em linha com a estratégia do Banco.

Como resultado desse desempenho, o Moza Banco apresentou em 2022 uma melhoria significativa nos índices de rentabilidade e eficiência em comparação ao mesmo período de 2021. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) e a rentabilidade dos activos (ROA) atingiram 1,26% positivos (2021: 9,83% negativos) e 0,05% positivos (2021: 0,4% negativos), respectivamente. No que diz respeito aos índices prudenciais, no final de 2022, o índice de solvabilidade situou-se em 22,58% (2021: 23,21%), enquanto o índice de liquidez atingiu 47,41% (2021: 44,50%), mantendo-se bem acima dos requisitos regulamentares estabelecidos pelo regulador.

No ano de 2022, o Banco mostrou uma melhoria significativa da eficiência operacional tendo o rácio cost-to-income se fixado em 74,30% reflectindo o efeito positivo da contínua estratégia de optimização e racionalização dos custos operacionais e de investimentos. O desempenho eficiente da instituição conduziu à geração de resultados antes de impostos positivos, tendo atingido MZN 326 milhões, comparados com MZN 1,3 mil milhões negativos registados no ano transacto. Assim, registamos um resultado líquido positivo de MZN 90 milhões, como consequência das medidas acima mencionadas assim como do aumento significativo do volume de transacções com Clientes.

Ainda em 2022, e num cenário de gradual retoma da economia nacional, o Moza Banco manteve a sua determinação de desenvolver e apoiar vários projectos sociais, alinhados com a Política de Responsabilidade Social vigente no Banco, e demais políticas sectoriais, procurando agregar valor às Comunidades de entorno e ao País no geral. Como forma de prestar solidariedade às famílias e concidadãos directamente afectados pelos desastres naturais, associamo-nos aos esforços do Governo por forma a minimizar o sofrimento das famílias afectadas. Paralelamente, consolidamos as parcerias sectoriais já exigentes visando a materialização de diversos projectos com forte potencial transformador desde os sectores de educação, saúde, passando pelas artes, cultura e desporto, numa estreita colaboração com as instituições e representações do Estado.

O lançamento do conceito institucional da Família Moza, em que uma família simula os seus dias ao "som" dos produtos do nosso Banco, afigura-se num conceito dinâmico em que esta família pode crescer, de modo que a correlação das suas necessidades seja satisfeita pela capacidade de resposta e de existência de um produto adequado.

Ainda informar que em 2022, o Moza Banco foi reconhecido como "Elite Employer" pela sua Proposta de Valor ao Trabalhador nas áreas de: Compensação e Benefícios, Carreira, Ambiente de Trabalho e Cultura.

No que tange ao cumprimento das obrigações e deveres legais, regulamentares, normativos, operacionais, éticos e de conduta, em 2022, ministramos sessões de formação para colaboradores do Banco, incluindo Membros da Administração, sobre temas referentes a prevenção e detecção de Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, dotando deste modo o Banco de conhecimentos necessários para o reforço da necessidade do cumprimento das Leis, regulamentos, normativos e fortalecer uma política de boa governação assente numa gestão mais criteriosa.

No contexto da prudência, continuamos a assegurar as boas práticas de gestão de risco e compliance, apostando no reforço de políticas e instrumentos que visam dotar o Banco de maior capacidade para uma gestão eficaz e eficiente.

Em 2022, o Banco incrementou as imparidades de crédito, com o objectivo de assegurar uma maior cobertura contra os riscos de exposições e créditos vencidos, em conformidade com a estratégia definida e com o compromisso de sustentar uma política conservadora e profissional no exercício da gestão de risco.

Gostaria de enfatizar que em 2022, mantivemos o nosso compromisso com as boas práticas de Governança, Responsabilidade Ambiental e Social (Environmental, Social and Governance - ESG). Estamos dedicados a manter os mais altos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental em todas as nossas actividades, pelo que esta directriz encontra-se impressa na estratégia do Banco para os próximos anos.

Como é expectável, a consolidação da nossa actividade e o nível de performance alcançado traduziu-se no reforço da confiança de todos stakeholders que residem na esfera da Instituição. E é, pois, neste quadro que tenho o grato prazer de comunicar que foi recentemente aprovada uma linha de financiamento com o Banco Europeu de Investimento (BEI), de 10 milhões de Dólares, que visa suportar a actividade creditícia do Banco. Esta iniciativa traduz-se num inequívoco sinal de confiança daquela prestigiada Instituição Financeira para com o Moza Banco, enquadrando-se na estratégia internacional do Banco em garantir parcerias-chaves e multilaterais com objectivos alinhados com a estratégia do mesmo.

A terminar, e em nome do Conselho de Administração, gostaria de endereçar o nosso agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para a consolidação e crescimento do Moza Banco, em especial aos Colaboradores, pela forma empenhada e profissional como têm conduzido a sua missão, aos nossos Clientes por manterem a sua confiança nesta Instituição, aos nossos Accionistas por todo o suporte que nos têm concedido, e ainda às Autoridades de Supervisão e Governamentais pela disponibilidade e suporte no processo que o Banco tem vindo a desenvolver.

João Figueiredo

Presidente do Conselho de Administração

2. Principais Destaques

2.1. Principais indicadores

Principais Indicadores (em milhares de Meticals)	2021	2022	Var. % 2022 - 2021
BALANÇO			
Activos Totais	45 108 113	47 676 365	5,69%
Crédito a Clientes (Líquido) ¹	22 070 821	21 780 971	-1,31%
Recursos de Clientes	32 753 139	35 397 414	8,07%
Rácio de Transformação (Crédito/Depósitos) ³	75%	70%	-5,59 pp
POSICIONAMENTO COMPETITIVO²			
Quota de mercado no Crédito a Clientes	8,49%	8,39%	-0,09 pp
Quota de mercado em Depósitos	5,67%	5,64%	-0,02 pp
Quota de mercado em Activos	5,62%	5,56%	-0,06 pp
RENDIBILIDADE			
Resultado Antes de Impostos	(1 249 515)	326 015	126,09%
Resultado Líquido	(1 381 021)	90 138	106,53%
Produto Bancário	4 515 600	4 120 045	-8,76%
Rácio da Margem Financeira ⁵	9,14%	8,66%	-0,48 pp
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-9,83%	1,26%	11,08 pp
Rendibilidade dos Activos Produtivos Médios (ROA)	-0,40%	0,05%	0,45 pp
LIMITES PRUDENCIAIS			
Tier I	26,42%	25,72%	-0,70 pp
Rácio de Solvabilidade	23,21%	22,58%	-0,63 pp
Rácio de Liquidez	44,50%	47,41%	2,91 pp
QUALIDADE DOS ACTIVOS			
Crédito Vencido >90 dias	3 571 888	3 838 000	7,45%
Crédito Vencido Total	3 719 990	4 101 000	10,24%
Imparidade do Crédito	2 655 386	2 961 491	11,53%
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes	14,64%	15,64%	1,00 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	74%	77%	2,82 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	71%	72%	0,83 pp
Imparidade do Crédito/Crédito a Clientes	11%	12%	1,18 pp
EFICIÊNCIA			
Custos Operacionais	3 398 537	3 378 030	-0,60%
Outros gastos operacionais	1 159 876	1 158 204	-0,14%
Gastos com Pessoal	1 733 513	1 773 280	2,29%
Amortizações	505 148	446 546	-11,60%
Outros gastos operacionais/Activos Totais (%)	7,5%	7,1%	-0,44 pp
Cost-to-Income	67,2%	74,3%	7,07 pp
Outros gastos operacionais/Produto Bancário	25,7%	28,1%	2,42 pp
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	38,4%	43,0%	4,65 pp
INDICADORES DE NEGÓCIO			
Unidades de Negócio ⁴	63	65	3,17%
Nº de ATMs	108	108	0%
Nº de POS	3 515	3 385	-3,70%
Nº de Colaboradores no final do Período	917	961	4,80%
Nº de Clientes	169 669	215 864	27,23%
Nº de Cartões na Rede	138 163	179 875	30,19%

¹ Carteira de crédito deduzido das imparidades

² Informação estatística do Banco de Moçambique, Dezembro de 2022

³ Crédito = carteira de crédito bruta

⁴ Inclui centro de negócio Corporate e Institucionais

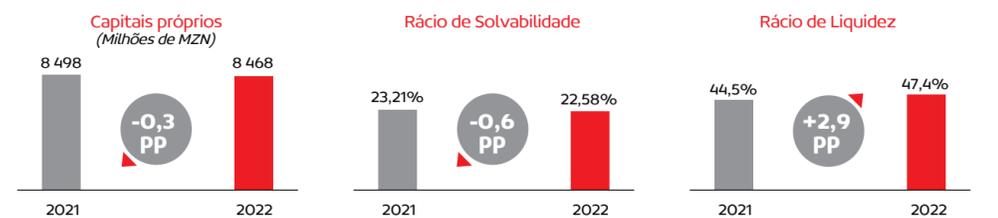
⁵ Rácio da Margem Financeira= margem financeira/ activos produtivos médios

Activos produtivos= Aplicações em Instituições Crédito + Crédito + Títulos

pp = pontos percentuais

2.2. Principais destaques

SOLIDEZ

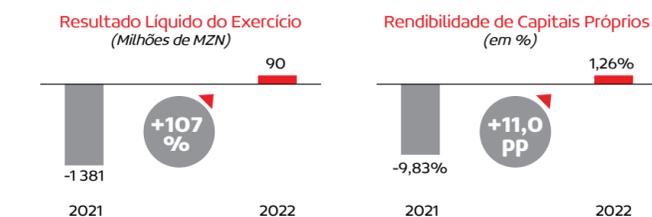


▶ Os capitais próprios, que agregam o capital social, reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, mantiveram-se estáveis em relação a 2021.

▶ O Moza continua a apresentar níveis de solvabilidade acima do limite regulamentar exigido (12,0%), o que permite o desenvolvimento sustentável das actividades comerciais, reforçando a posição do Banco como uma instituição financeira robusta e confiável.

▶ O rácio de liquidez fixou-se nos 47,4%, acima do mínimo regulamentar (25,0%), evidenciando que o Banco encontra-se em condições de honrar todos os seus compromissos para com os Clientes, Fornecedores ou qualquer outro Stakeholder.

RENDIBILIDADE



▶ Em 2022, o Moza Banco alcançou um resultado líquido de MZN 90,14 milhões positivos, influenciado por um conjunto de factores, incluindo o aumento de volume de transaccionalidade, a contínua racionalização de custos, bem como a adopção de boas práticas de gestão de Risco e Compliance, que se espelham na optimização e eficiência na gestão de risco de crédito.

▶ A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) fixou-se em 1,26%, uma melhoria significativa em +11,00 pp, em comparação com o período homólogo, reflectindo a melhoria dos resultados do Banco.

3. Moza Banco

Breve Descrição

O Moza Banco, S.A. (doravante designado como Moza Banco, Moza ou Banco) é um Banco Universal de Retalho, que opera no mercado moçambicano desde 16 de Junho de 2008, e presta serviços bancários com uma forte presença nacional representada pela terceira maior rede de agências do Sistema Bancário Moçambicano, com 65 Unidades de Negócio distribuídas ao longo do país.

O Moza Banco oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários para os seus Clientes dos diversos segmentos, nomeadamente Private, Corporate, Institucionais, Pequenas e Médias Empresas, Particulares.

Visão

A nossa visão é de ser o Banco de referência em Moçambique na prestação de serviços financeiros de qualidade aos segmentos Retalho, Private, Corporate e Institucional de acordo com os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade estabelecidos pelos nossos accionistas.

Missão

A nossa Missão consiste em providenciar produtos e serviços financeiros de alta qualidade e com elevados padrões de eficiência aos seus Clientes, alinhando as estratégias com vista a acrescentar valor para os mesmos.

Valores

Os valores do Banco estão assentes no Saber, Rigor, Transparência, Orientação para o Cliente, Integridade, Ética, Inovação e Vanguarda.

Marca Moza

O público é movido pela identificação e pela confiança, preferindo sempre quem o inspira, quem impulsiona os seus sonhos e ambições. Este deve ser o nosso legado: uma marca que une um país, uma marca com que qualquer família conta, um banco com soluções para toda a família, uma marca que é uma só família em Moçambique, a família Moza. Porque, na verdade, todos podem contar com o Moza!

É com base nesse pressuposto que assentam todas as acções e iniciativas que foram desenvolvidas em 2022. A exteriorização daquilo que já assumimos internamente: **Um Banco de todos e para todos.** Um Banco com profundo conhecimento da realidade local com soluções e oportunidades locais para o sucesso financeiro dos seus Clientes, colaboradores e Accionistas. Um Banco preferencial dos moçambicanos.

A notoriedade da marca Moza tem evoluído continuamente e consistentemente ao longo dos anos o que pressupõe que existe cada vez mais um elo forte com os Clientes e com o mercado em geral, revelando reconhecimento e confiança.

Principais Eventos 2022

O ano de 2022 ficará marcado pela materialização de inúmeras iniciativas e projectos que espelham a ambição e crescimento do Moza Banco, sustentado pelos seus stakeholders. Destas iniciativas destacam-se as seguintes:

I trimestre

- ▶ Adesão ao programa da VISA "BIN Sponsorship";
- ▶ Distinção pela African Leadership Magazine;
- ▶ Inauguração da Agência Maringué;
- ▶ Participação na XVII Conferência Anual do Sector Privado (CASP).

II trimestre

- ▶ Assinatura de acordo com o MADER para financiamento de empreendimentos rurais;
- ▶ Lançamento de novos Cartões equipados com tecnologia Contactless;
- ▶ Lançamento da campanha institucional "Conta com o Moza";
- ▶ Distinção do PCA com o prémio African Inspirational Business Leadership.

III trimestre

- ▶ Lançamento de obras dos vencedores do prémio Literário Fernando Leite Couto 2022;
- ▶ Lançamento da linha de financiamento para apoiar empreendimentos rurais;
- ▶ Participação ao Fórum de Negócios e Investimentos Moçambique Portugal.

IV trimestre

- ▶ Participação na 61ª Sessão da Assembleia Parlamentar da OEACP;
- ▶ Campanha de Leasing Automóvel em parceria com a Caetano;
- ▶ 9ª Conferência Nacional de Empreendedorismo;
- ▶ Breakfast on Economics and Business promovido pela ACIS;
- ▶ Lançamento da 2ª Edição do Prémio de Jornalismo;
- ▶ Natal Solidário.

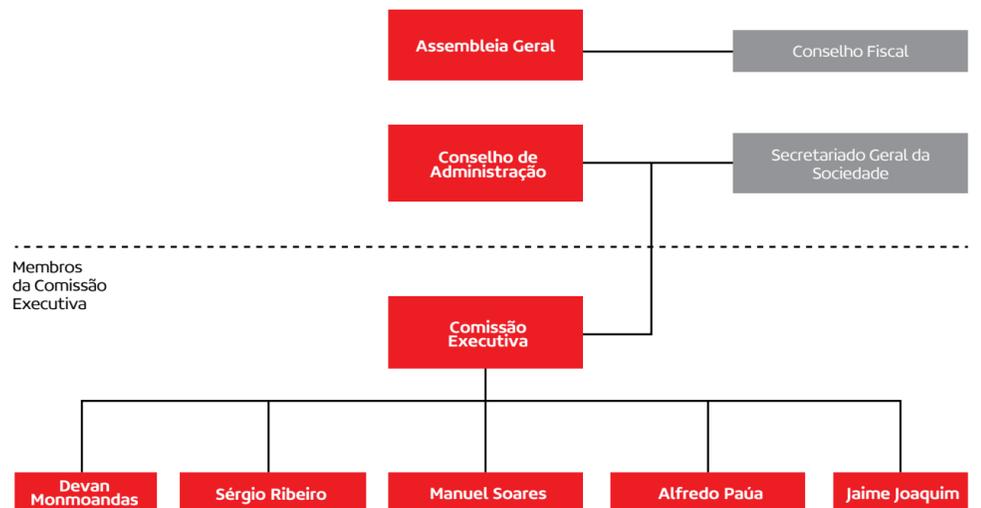
Modelo de Governação

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos Accionistas, sendo que as suas deliberações são vinculativas para todos, Accionistas e a Sociedade em geral, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

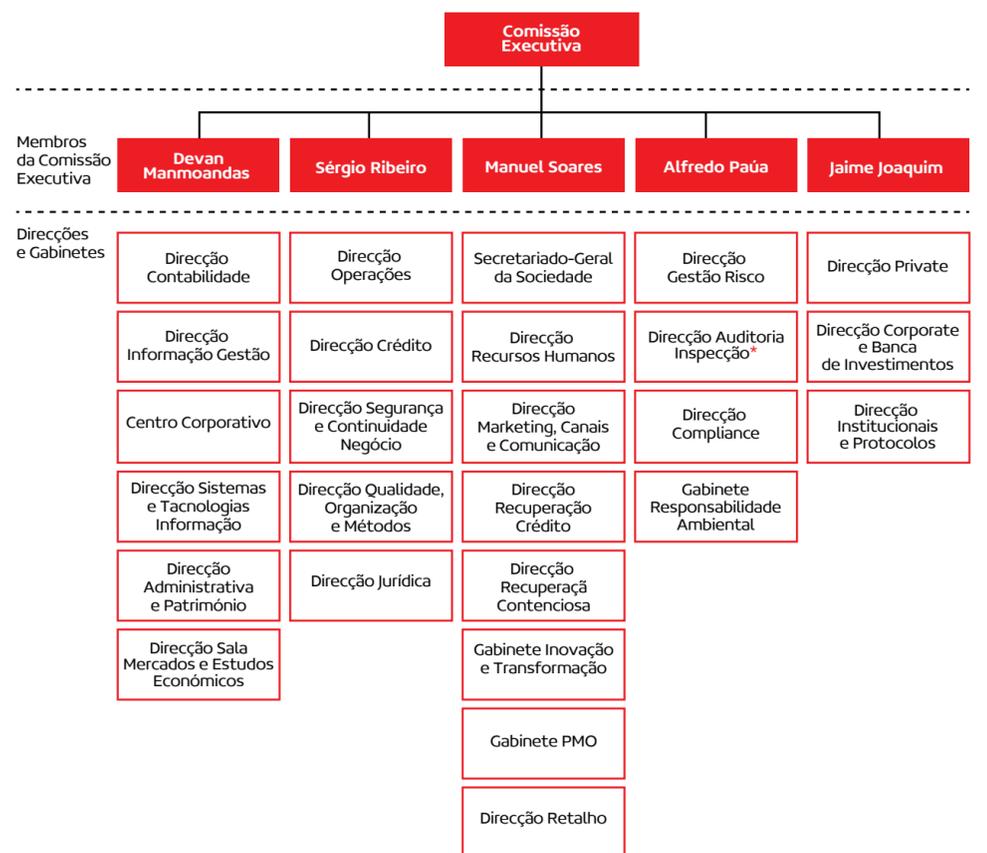
O Moza Banco adopta um modelo de governação, em que a responsabilidade pela condução da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, o qual delega a gestão corrente da actividade à Comissão Executiva, cabendo a função de fiscalização ao Conselho Fiscal.

O Secretário da Sociedade, cuja sua indicação é da competência do Conselho de Administração, tem de entre outras actividades que lhe são atribuídas, a responsabilidade de orientar e apoiar os Órgãos Sociais do Banco em matérias de governação corporativa, legalidade e administrativa, para além do apoio às reuniões do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais.

A estrutura organizativa do Moza Banco, no final do exercício de 2022, apresentava a seguinte composição:



No que tange à repartição de competências e responsabilidades entre os Membros da Comissão Executiva pelas diversas Direcções do Banco, a 31 de Dezembro de 2022, as mesmas estavam segregadas da seguinte forma:



* A Direcção Auditoria e Inspeção, ao nível do Modelo de Governo de Gestão de Riscos do Banco, reporta hierarquicamente à Comissão de Auditoria, sendo que a sua dependência à Comissão Executiva, é de âmbito meramente administrativo.

4. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais

4.1 Estrutura Accionista

A 31 de Dezembro de 2022, o capital social do Moza Banco, manteve-se nos MZN 5.896.250.000,00 (Cinco Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Milhões, Duzentos e Cinquenta Mil meticais).

Neste contexto, a estrutura do Moza Banco, no que se refere à participação dos Accionistas na sociedade, manteve-se conforme ilustra a tabela abaixo:

Accionistas	Número de Acções	Valor Nominal (Em Meticais)	Percentagem do Capital
Kuhanha S.A	742.691	3.713.455.000	62,9799%
Arise B.V.	351.390	1.756.950.000	29,7977%
Moçambique Capitais, S.A	43.435	217.175.000	3,6833%
NB ÁFRICA, SGPS, SA	41.732	208.660.000	3,5389%
António Matos	2	10.000	0,0002%
Moza Banco	1.179.250	5.896.250.000	100%

A distribuição geográfica do capital social, é maioritariamente detida por entidades moçambicanas, que representam cerca de 66,6634% do número total de acções.

Origem	Percentagem do Capital
Moçambique	66,6634%
Holanda	29,7977%
Portugal	3,5389%
Total	100,0000%

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Accionistas do Moza Banco, realizada em 01 de Dezembro, o aumento de capital social no montante de MZN 1.124.500.000,00 (Mil Cento e Vinte e Quatro Milhões e Quinhentos Mil Meticais), cuja respectiva realização ocorreu em Fevereiro de 2023.

4.2 Órgãos Sociais e Modelo de Governação

São Órgãos Sociais do Moza Banco: A Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, todos eleitos em Assembleia Geral de Accionistas.

A 31 de Março de 2022 ocorreu a alteração parcial da composição dos órgãos sociais, com a nomeação para o Conselho de Administração de mais três Administradores não executivos. A composição dos Órgãos Sociais do Moza Banco passou a ser a seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente da Mesa	Lourenço Joaquim da Costa Rosário	Presidente	João Filipe de Figueiredo Júnior
Vice-Presidente da Mesa	Maria Violante Jeremias Manuel	Administrador (Executivo)	Manuel Jorge Mendes Soares
Secretária da Mesa	Sara Mondego Marques	Administrador (Não Executivo)	Manuel Jorge Aranda da Silva
		Administrador (Não Executivo)	Wilfred Jeroen Scheelbeek
		Administrador (Não Executivo)	Angélica Macave
		Administrador (Não Executivo)	Gomes Zita
		Administrador (Não Executivo)	Ruth da Pátria
		Administrador (Não Executivo)	Adérito Sousa
CONSELHO FISCAL			
Presidente	Irene Luzidia Maurício		
Vice-Presidente	Anastácia Sebastião Chamusse Cuna		
Vogal	Nuno Gonçalo Gomes Domingues		
Suplente	Isaltina José Franco Mahumane Nhabinde		

5. Responsabilidade Social

5.1 Responsabilidade Social

O Moza Banco, em parceria com a Fundação Fernando Leite Couto, tem apoiado diversas iniciativas no domínio da arte e literatura, incluindo a edição de obras, promoção de palestras e conversas, e a implementação de uma programação cultural ampla. O Banco também colabora com a Associação "Um pequeno gesto, uma grande ajuda", apoiando projectos de combate à pobreza, infra-estruturas e educação em Moçambique, e ofereceu material didáctico para mulheres no programa de Alfabetização de Adultos na Escola Comunitária Paulo Samuel Kankhomba.

Na área da saúde, o Moza Banco doou medicamentos e material cirúrgico ao Hospital Provincial de Chimio e realizou uma campanha interna de doação de sangue para o Banco de Sangue do Hospital Central de Maputo. No âmbito cultural, o Banco estabeleceu parceria com o músico Stewart Sukuma e apoiou o Grupo Desportivo de Maputo na área do desporto, promovendo o desenvolvimento de jovens atletas.

Em acções de solidariedade, o Moza Banco doou bens alimentares e kits de sementes hortícolas para famílias afectadas pelos ciclones Ana e Gombe, apoiou crianças desfavorecidas e idosos em Inhambane, e entregou sementes agrícolas a associações de pequenos agricultores em Gaza. Por outro lado, o Banco doou material de construção para a 8ª esquadra da Manga na cidade da Beira e promoveu uma campanha de Natal Solidário para crianças internadas em serviços de pediatria de hospitais em todo o país.

Na área de cidadania, o Moza Banco patrocinou a construção de cinco paragens de autocarros na estrada Marracuene-Macaneta, visando proporcionar aos passageiros um local protegido e confortável para esperar pelo transporte com segurança. Essas acções demonstram o compromisso do Banco em contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades onde actua.

5.2. Patrocínios e Apoios

Patrocínio a equipa de futebol feminino em Boane

O Moza doou equipamento desportivo completo para a equipa feminina de futebol da Escola Secundária Filipe Jacinto Nyusi, em Boane. A doação visa promover a integração e manutenção das raparigas nas escolas através da prática desportiva, bem como a equidade de género e igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas.

Patrocínio ao Relançamento da obra de Mia Couto

O Moza patrocinou a 2ª edição da obra de Mia Couto "A Espada e Azagaia", segundo livro da trilogia "As Areias do Imperador". O patrocínio visa fomentar a criação literária e outras actividades culturais de impacto social.

Apoio à Reabilitação do Bloco principal da casa do Gaiato

O Moza Banco concedeu apoio monetário à Casa do Gaiato de Moçambique para ajudar na reconstrução do bloco principal do edifício que ficou destruído em um incêndio. O objectivo é repor o normal funcionamento da instituição, que oferece habitação, educação e alimentação para crianças órfãs e desamparadas.

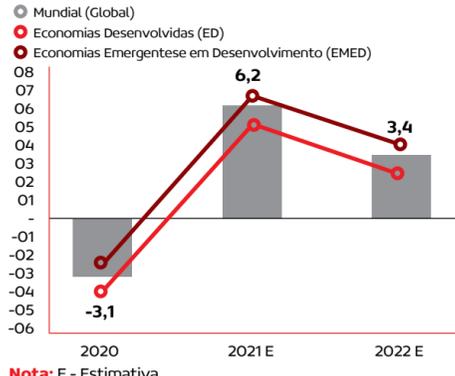
6. Enquadramento Macroeconómico

6.1 Economia Internacional

Crescimento Económico

Os constrangimentos observados nas cadeias globais de abastecimento no início de 2022, reflectindo ainda os efeitos da COVID-19 (ex: escassez de matérias-primas, bens intermédios e mão-de-obra, atrasos nos transportes internacionais de carga), limitaram a oferta de produtos importados gerando fortes pressões inflacionárias de forma transversal nas economias devido ao aumento da procura global. Adicionalmente, a invasão da Ucrânia por parte da Rússia ocorrida no dia 24 de Fevereiro de 2022, despoletou a imposição de sanções económicas sobre a Rússia principalmente por parte dos Estados Unidos da América, Reino Unido e União Europeia - remoção de vários bancos russos da plataforma SWIFT; congelamento dos activos do Banco Central da Rússia, com especial atenção às reservas internacionais líquidas; encerramento do espaço aéreo para a Rússia; suspensão da certificação do novo pipeline, denominado Nord Stream 2, que iria transportar gás natural para a Alemanha; várias restrições comerciais; limitação no preço de venda do petróleo russo - impactando negativamente na actividade económica mundial.

Crescimento Económico Global (%)



Estima-se que a economia global observou em 2022, um crescimento real na ordem de 3,4%, reflectindo uma desaceleração face ao período homólogo. A economia mundial, já enfraquecida pela pandemia, sofreu outros choques nomeadamente: a) a aceleração dos níveis de preço acima do esperado em todo o mundo o que provocou o aperto das condições financeiras a nível global; b) a desaceleração pior do que o esperado na China, instigada pelas restrições para combater os persistentes surtos de COVID-19; c) as repercussões negativas da guerra na Ucrânia.

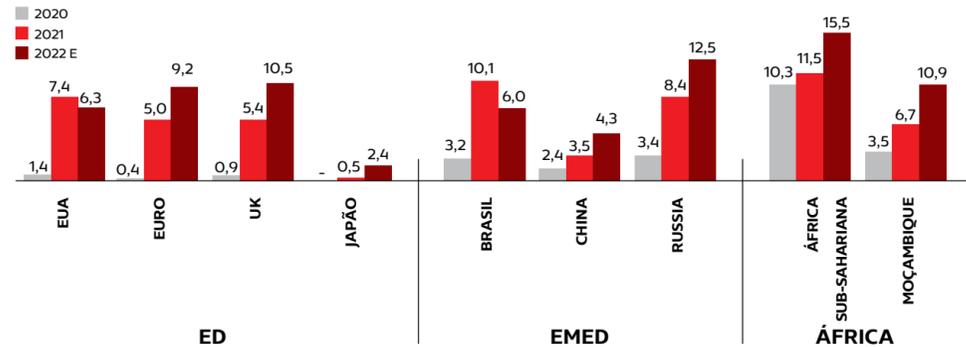
Evolução da Inflação

Após a aceleração dos preços observada em 2021, pairava a nível global o sentimento de uma inflação moderada em 2022, reflectindo a retoma gradual das actividades económicas como resultado da abertura das economias. Contudo, observou-se no decurso de 2022 um comportamento diferente tendo o preço dos bens e serviços agravado ainda mais, para níveis não vistos há anos. A inflação global foi impulsionada pelas pressões do lado da procura (depois do alívio das restrições económicas face a COVID-19) e choques de oferta, incluindo interrupções nas cadeias de fornecimento globais e na disponibilidade de commodities importantes.

As pressões inflacionárias foram agravadas pela subida vertiginosa dos preços internacionais dos alimentos (particularmente decorrente do aumento dos preços de trigo e fertilizantes, sendo a Rússia um dos maiores exportadores dos referidos bens) e commodities energéticas (petróleo e gás natural).

Nas economias avançadas nomeadamente, Estados Unidos da América, Zona Euro e Reino Unido, a inflação homóloga passou de 7,4%, 5,0% e 5,4% em 2021 para 6,3%, 9,2% e 10,5% em 2022, respectivamente, bem acima da meta de convergência de 2% definida para as referidas economias. No mesmo período, a inflação homóloga observou um perfil semelhante nas economias emergentes tendo variado de 7,2% para 10,6% entre 2021 a 2022, respectivamente. Na África Subsaariana, a inflação anual passou de 11,5% em 2021 para 15,5% em 2022. Nos mercados emergentes da Ásia, a inflação anual acelerou de 3,0% para 4,6%, no mesmo período.

Inflação (%)



Fonte: FMI - World Economic Outlook, Out. 2022
INE - Índice de Preços ao Consumidor, Dezembro 2022

Economias Desenvolvidas

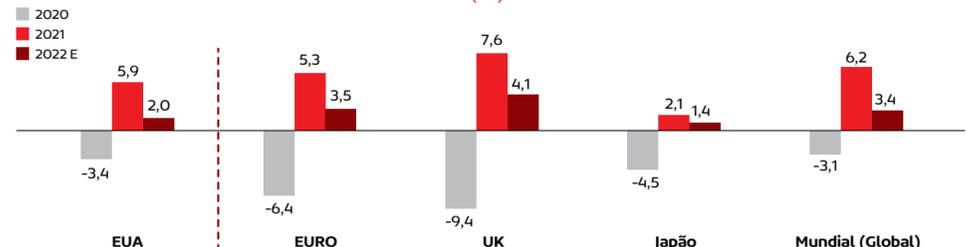
O crescimento económico nas economias avançadas foi condicionado também pelas políticas monetárias restritivas para conter a inflação. Nos EUA, o aperto monetário agressivo (um dos ciclos mais agressivos até à data) condicionou o crescimento económico tendo se observado um crescimento de 2,0% em 2022, não obstante as expectativas de recessão ao longo do ano.

Na Zona Euro, os reflexos da guerra na Ucrânia que influenciaram em parte a crise energética com o corte das exportações do gás russo para a Europa, assim como o aumento dos níveis de preço, justificam a desaceleração económica da região, passando de 5,3% em 2021 para 3,5% em 2022.

No Reino Unido, a redução do poder de compra e a contínua aplicação de política monetária restritiva influenciaram a desaceleração do crescimento económico que reduziu em 350 pontos base em 2022 quando comparado com os níveis de 2021, tendo passado de 7,6% para 4,1% em 2022.

As economias desenvolvidas da Ásia também sofreram um abrandamento durante 2022, reflectindo o aperto financeiro global e a desaceleração da procura externa. A região registou uma expansão abaixo da taxa média observada nas duas últimas décadas (5,5%).

Crescimento Económico das Economias Desenvolvidas (%)

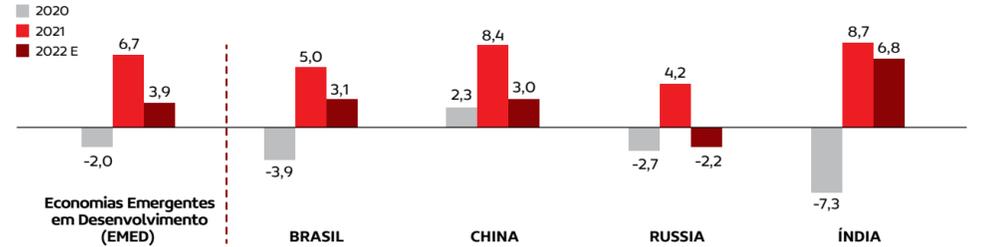


Nota: ED - Economias Desenvolvidas; E - Estimativa
Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2023

Economias Emergentes e em Desenvolvimento

Os mercados emergentes e economias em desenvolvimento têm enfrentado um ambiente externo desafiador. O aperto monetário e a aversão ao risco levaram a desvalorizações cambiais generalizadas e saídas acentuadas de capital na região, contribuindo significativamente para as pressões de preços domésticos e para a crise do custo de vida desses países. Os choques económicos de 2022 expuseram condições económicas parcialmente resolvidas após a pandemia. No caso específico da China, os prolongados surtos de COVID-19 que influenciaram o país a manter os seus bloqueios por mais tempo, assim como a crescente crise no sector imobiliário afectaram os níveis de procura tendo condicionado o crescimento económico. Adicionalmente, devido à importância da economia da China para as cadeias de fornecimento globais, o seu fraco desempenho pesou fortemente no comércio e na actividade económica global.

Crescimento Económico das Economias Emergentes e em Desenvolvimento (%)

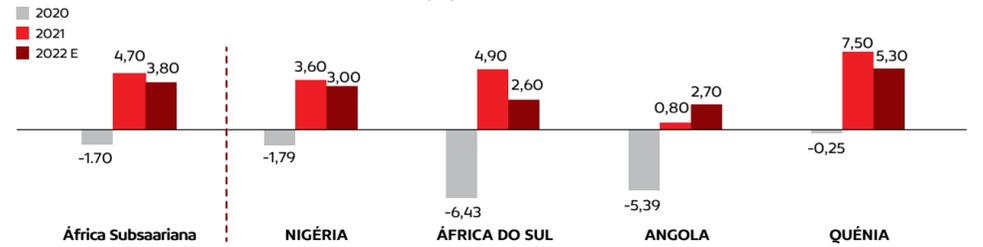


Nota: EMED - Economias Emergentes e em Desenvolvimento; E - Estimativa
Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2023

6.2 Economia Regional

A região da África Subsaariana tem sido fustigada por uma série contínua de choques. Muitos países da região ainda estão gerindo com as consequências da pandemia, sendo que as taxas de vacinação ainda se encontram abaixo das metas estabelecidas. O crescimento económico na região foi de 3,8% em 2022 representando uma desaceleração face ao observado em 2021 que foi de 4,7%, uma tentativa de recuperação da recessão económica observada em 2020. A desaceleração observada em 2022, reflecte a desaceleração da economia mundial, as condições financeiras globais mais rígidas e uma aceleração dramática da inflação global. O aumento dos preços dos alimentos (o trigo que representa uma fonte básica da alimentação para os países da região) e da energia que afecta os mais vulneráveis da região, e o impacto das políticas monetárias restritivas para combater as pressões inflacionárias impactaram nos fluxos de capitais que aumentaram as pressões sobre as taxas de câmbios induzindo a elevadas depreciações das moedas nacionais e conduzindo a importações mais caras e níveis de preços altos. Por outro lado, os países exportadores de petróleo observaram uma melhoria no comércio da commodity, tendo crescido em cerca de 3,3%.

PIB das Maiores Economias da África Subsaariana (%)



Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2022 | FMI - World Economic Outlook, January 2023

Commodities

Os preços das commodities apresentaram, em 2022, um comportamento divergente reflectindo o impacto da guerra na Ucrânia. Os preços das commodities energéticas permaneceram elevados e os preços das não energéticas em queda. Adicionalmente, a força da moeda norte americana influenciou os altos preços das commodities em alguns países.

Não obstante o alívio das restrições à actividade económica na China nos finais de 2022, que geraram expectativas em torno da procura, os preços do petróleo registaram perdas nos últimos meses. Contudo, em termos anuais, o Brent apresentou um ganho de aproximadamente 8,87%, tendo passado de \$74,31/bbl em 2021 para \$80,90/bbl em 2022, e o WTI aumentou em 9,74% tendo passado de \$71,53/bbl em 2021 para \$76,52/bbl em 2022.

Os preços do carvão atingiram uma alta recorde no terceiro trimestre tendo sido cotado em aproximadamente \$329,82/mt² em Julho, antes de começar a diminuir no quarto trimestre. Em termos anuais, a cotação do carvão aumentou em cerca de 128,94%. A evolução da commodity pode ser justificada pelo facto da mesma ter sido usada como substituto ao gás natural tendo se revertido o objectivo de menos utilização do carvão em função das directrizes ambientais.

Os preços do gás natural atingiram recordes históricos em Agosto (\$ 8,79/mmbtu), tendo caído nos últimos quatro meses do ano para os níveis pré-invasão russa (Jan.22 - \$ 4,33/mmbtu e Dez.22 - \$ 5,50/mmbtu), influenciados pelos níveis de armazenamento preenchidos e um clima ameno que reduziu a procura por gás natural para aquecimento. O gás natural observou um ganho anual na ordem de 47,43% para a referência dos Estados Unidos e 27,08% para a referência do Japão.

Não obstante os máximos históricos da cotação do alumínio no primeiro semestre de 2022, o seu preço anual reduziu em cerca de 10,90%, influenciado por um mercado muito volátil - o impacto da guerra Rússia-Ucrânia, problemas contínuos da COVID-19 na China, temores de recessão em algumas economias, desaceleração na actividade industrial global e uma redução da produção na Europa influída pelos preços mais altos da energia.

O ouro observou, em termos acumulados, uma ténue apreciação de aproximadamente 0,40%, não obstante os aumentos das taxas de juros em 2022, que impactaram os mercados de metais, assim como à força do dólar americano, sendo que estes factores tendem a impactar na procura por activos considerados de refúgio.

O Índice de Preços de Alimentos da FAO - Food and Agricultural Organization (FFPI) que atingiu o seu máximo histórico em Março de 2022 com o registo de 159,3 pontos, observou nos trimestres subsequentes quedas consecutivas reflectindo o arrefecimento no fornecimento global dos cereais e das oleaginosas maiores do que o esperado, apesar do acordo negociado pela ONU que permitiu que os grãos ucranianos chegassem aos mercados globais. Não obstante a queda consecutiva observada, o resultado do ano ficou 14,3% acima do valor médio de 2021.

Evolução dos preços das Commodities (2020-2022)

Commodities	Real			Δ Anual (%)	
	Dez-20	Dez-21	Dez-22	Dez-21	Dez-22
Petróleo Bruto Brent (USD/Barril)	49,9	74,3	80,9	49%	9%
Petróleo Bruto WTI (USD/Barril)	47,7	71,5	76,5	52%	7%
Alumínio (USD/MT)	2 014,7	2 695,5	2 401,7	34%	-11%
Ouro (USD/Onça)	1 858,4	1 790,4	1 797,6	-4%	0%
Gas (USD/Milhões de UTB)	2,5	3,7	5,5	47%	47%
Carvão Termico (USD/MT)	85,2	142,5	325,2	67%	129%
Milho (USD/MT)	198,8	264,5	302,3	33%	14%
Trigo (USD/MT)	251,2	327,8	386,3	31%	18%
Arroz (USD/MT)	520,0	400,0	467,0	-23%	17%
Açúcar (USD/Kg)	0,6	0,8	0,8	29%	-1%
Algodão (USD/Kg)	1,8	2,6	2,2	48%	-16%
Tabaco (USD/MT)	4 446,8	4 213,3	4 134,3	-5%	-2%

Nota: Preços baseado em médias anuais
Fonte: Banco Mundial - Commodity Price Data, January 2023

6.3 Economia Nacional

Evolução do PIB

Após o período intenso da pandemia da COVID-19 (em 2020), em que a economia moçambicana registou a primeira recessão técnica, pelo menos desde 2007, observou-se em 2021 uma recuperação do crescimento económico tendo atingido 2,16% (fonte: Instituto Nacional de Estatística), com um bom desempenho a partir do segundo trimestre de 2021, consolidando as previsões de aceleração da actividade económica em 2022.

O País foi afectado no primeiro trimestre de 2022 por calamidades naturais, dentre elas o ciclone Gombé, a tempestade tropical Ana e a depressão tropical Dumako, tendo causado inundações generalizadas, danos a infra-estruturas públicas e casas particulares, bem como

¹Barril; ²milhões de toneladas.

interrupção de serviços básicos (água e energia), deslocados, feridos e óbitos. Estes constrangimentos afectaram os níveis de oferta doméstica de bens e serviços, influenciando negativamente o desempenho dos sectores da agricultura, da indústria extractiva e da electricidade e água.

Contudo, a actividade económica nacional cresceu em termos reais em 4,15%, reflectindo o crescimento do sector primário, cujo maior destaque vai para o ramo da indústria de extracção mineira, influenciado pelo efeito combinado do aumento das quantidades produzidas e dos preços das principais mercadorias de exportação do país, que reflectiram a alta de preços a nível internacional. Os sectores secundário e terciário apresentaram também desempenhos favoráveis em 2022, espelhando a recuperação dos sectores severamente afectados pela COVID-19, e pelas calamidades naturais nomeadamente: o turismo, a construção, os transportes e as comunicações.

Adicionalmente, a retoma de ajuda externa de parceiros bilaterais (FMI, Banco Mundial) no apoio directo ao Orçamento do Estado e o início da actividade da exportação de gás natural do projecto Coral Sul, liderado pela ENI na Baía do Rovuma, na província de Cabo Delgado, com a primeira carga transportada nos finais de 2022, influenciaram no desempenho positivo do crescimento económico ao longo do ano.

Inflação

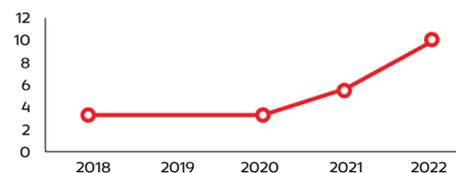
O nível de inflação ao longo do terceiro trimestre acelerou para níveis observados a 5 anos (próximo da máxima de 14,13% registado em Agosto de 2017). A aceleração da inflação é justificada pelo aumento dos preços dos alimentos no mercado internacional, pelo aumento dos preços dos bens administrados (Combustíveis Líquidos), bem como pela sua repassagem para os preços de outros bens e serviços.

Já no quarto trimestre, observou-se a desaceleração da inflação anual tendo atingido em Dezembro 10,91%, reflectindo o efeito conjugado da política monetária restritiva adoptada pelo Banco Central ao longo do ano (dois aumentos de 200 pontos base na taxa MIMO, tendo passado de 13,25% em Janeiro de 2022 para 17,25% em Dezembro de 2022), e da relativa estabilidade cambial que vem sendo observada desde Junho de 2021.

A aceleração da inflação homóloga corresponde a um incremento de 418 pontos base (pb) quando comparada com a observada em igual período do ano passado.

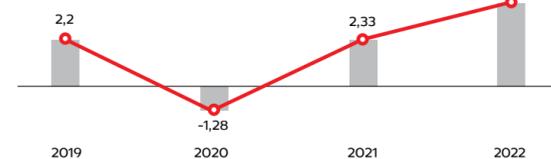
A inflação média anual de 10,28% mantém-se acima da meta definida pelo Governo para 2022 (5,3%), através do seu Plano Economico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) 2022.

Evolução Inflação Anual (%)



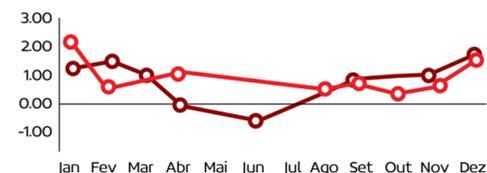
Fonte: INE - Índice de Preços ao Consumidor, Fevereiro 2023

Evolução do PIB - Moçambique (%)



Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais de Moçambique (IV Trimestre 2022)

Evolução Inflação Mensal (%)

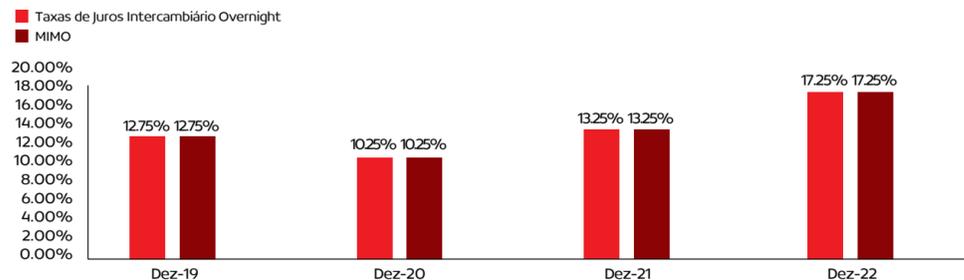


Mercado Monetário

Após o ajuste em alta (+200 pontos base) da taxa MIMO na 2.ª sessão do CPMO, em Março de 2022, a taxa de política monetária manteve-se inalterada em 15,25% entre o segundo e terceiro trimestre de 2022. Contudo, na 5.ª sessão do CPMO a 30 de Setembro, a Autoridade Monetária ajustou a taxa MIMO em mais 200 pontos base, para 17,25% (segundo aumento ao longo do ano). Essa medida inscreve-se na estratégia da política monetária restritiva com o objectivo de controlar a inflação para níveis de um dígito a médio e longo prazo, inserido num cenário de perspectivas de manutenção da volatilidade dos preços dos produtos energéticos e alimentares a nível internacional, face ao decorrer do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

A subida da taxa MIMO levou a uma revisão em alta da Prime Rate do Sistema Financeiro PRSF, na mesma magnitude, passando de 18,60% para 22,60%.

Taxas-MIMO e Mercado Monetário Interbancário



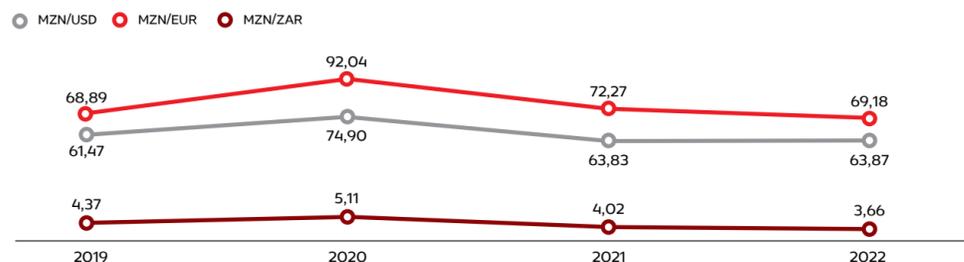
Fonte: Banco de Moçambique, Dezembro 2022

Mercado Cambial

Manteve-se ao longo de 2022 o comportamento de estabilidade do metical face ao dólar, tendo-se fixado no decurso do segundo semestre em USD/MZN 63,87, consolidando a estabilidade do metical contra a divisa norte americana que se observa desde Junho de 2021 (18 meses). Por outro lado, observou-se uma ténue flutuação para o par ZAR/MZN com um movimento de apreciação da moeda nacional, em termos anuais de aproximadamente 6,22%, tendo passado de ZAR/MZN 4,02 em Dezembro de 2021 para ZAR/MZN 3,77 em Dezembro de 2022. Esta evolução do metical deriva: a) da postura mais conservadora na definição das taxas no mercado cambial; b) do aumento da quantidade de divisas no mercado cambial nacional, que reflecte o comportamento positivo da balança comercial influenciada pelo aumento tanto das quantidades como dos preços dos principais produtos de exportação do país.

A cotação anual do USD em Dezembro de 2022 aumentou em 0,06% face a 2021, contra a redução da cotação do ZAR em 6,20% para o mesmo período.

Taxa de Câmbio do Metical



Fonte: Banco de Moçambique, Dezembro 2022

Estabilidade Financeira

De acordo com o Banco de Moçambique, o sector bancário manteve-se sólido e resiliente no primeiro semestre de 2022, apresentando um crescimento de resultados e níveis adequados de capitalização e liquidez. Contudo o índice de crédito em incumprimento situou-se acima da meta de 5,0%, atingindo a marca de 10,02%.

O índice de estabilidade financeira fixou-se em Junho de 2022 em 40,97%, um aumento de 3,13 pontos percentuais (pp), comparativamente a Dezembro de 2021, influenciado pelo aumento dos sub-índices de risco das categorias de risco macroeconómico e de risco de mercado. Contudo, o risco sistémico permaneceu no nível moderado³.

No mesmo período, o rácio de solvabilidade registou um aumento anual de 116 pb, situando-se em 26,76%, os activos cresceram em 6,13% (para MZN 847 mil milhões) e o mercado manteve-se líquido, permitindo assegurar a continuidade das operações de financiamento, influenciado pelo incremento dos depósitos (7,07%) a um ritmo superior ao do crescimento do crédito (1,27%).

³Boletim de Estabilidade Financeira - Dezembro 2022

6.4 Perspectivas Económicas para 2023

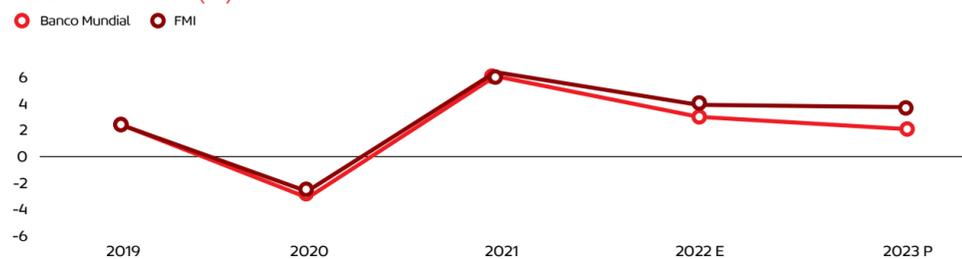
a) Economia Global

O Fundo Monetário Internacional (FMI) perspectiva para 2023 um crescimento da economia mundial de 2,7% representando uma desaceleração face ao crescimento projectado para 2022 (3,2%). A perspectiva do abrandamento do crescimento económico global deriva dos seguintes factores:

- aperto das condições financeiras globais na maioria das regiões, associado a expectativas de contínuas políticas monetárias restritivas por parte dos principais bancos centrais para combater a inflação;
- abrandamento acentuado da economia chinesa influenciada pelos bloqueios prolongados para combater os persistentes surtos da COVID-19 e pelo agravamento da crise do mercado imobiliário.

O FMI prevê que mais de um terço das economias irão contrair entre 2022 e 2023. A invasão da Ucrânia pela Rússia continua a desestabilizar significativamente a economia global, tendo acentuado a crise de energia na Europa provocando um drástico aumento dos custos de vida e prejudicando a actividade económica.

PIB Económica Global (%)



Fonte: Banco Mundial - Global Economic Prospects, January 2023
FMI - World Economic Outlook, January 2023

Nota: E - Estimativa, P - Projectação

O conflito geopolítico entre a Rússia e Ucrânia gerou pressões mais amplas e persistentes sobre o nível de preços com maior incidência nas commodities alimentares e energéticas, e ampliando-se cada vez mais para além destas. Contudo, o FMI espera que cerca de 84% dos países a nível global, tenham uma inflação nominal menor em 2023 do que em 2022. A inflação global poderá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023, mantendo-se acima dos níveis pré-pandémicos (2017-19) de cerca de 3,5%. A desaceleração da inflação reflecte, em parte, a queda nos preços internacionais de combustíveis e commodities devido à fraca procura global. Reflecte também o efeito do aperto financeiro observado em 2022 para conter a inflação que a nível global desacelerou no quarto trimestre de 2022. Ainda assim, o retorno da inflação para os níveis desejados poderá ainda levar mais tempo, dependendo da conjugação das políticas monetárias e fiscais.

Economias Desenvolvidas

Perspectiva-se para as economias avançadas, que o crescimento económico caia acentuadamente de 2,7% em 2022 para 1,2% em 2023, onde cerca de 90% das economias apresentará uma redução no crescimento. O PIB nos Estados Unidos poderá fixar-se em 1,4% em 2023 contra 2% em 2022. Esta queda poderá reflectir os efeitos de uma redução na procura doméstica em 2023 e a potenciais aumentos mais acentuados das taxas do Federal Reserve, para um pico de cerca de 5,1% em 2023. Na Zona Euro, o crescimento poderá atingir o mínimo de 0,7% em 2023, influenciado pelas graves interrupções no fornecimento de energia e pelos elevados preços associados ao conflito na Ucrânia. O crescimento no Reino Unido deverá ser de -0,6% em 2023, reflectindo políticas fiscais e monetárias mais rígidas e condições financeiras e preços da energia ainda altos incidindo nos orçamentos das famílias.

Economias Emergentes e Em Desenvolvimento

Projecta-se que o crescimento económico nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento aumente de forma ligeira, de 3,9% em 2022 para 4,0% em 2023, contudo, pelo menos metade destas economias apresentará um crescimento menor em 2023 quando comparado com 2022. O PIB real da China desacelerou em 2022 para aproximadamente 3,0%, sendo a segunda vez em mais de 40 anos que o crescimento da economia chinesa se posiciona abaixo da média global. Perspectiva-se um crescimento de 5,2% em 2023 para a China, reflectindo o impacto da melhoria rápida da mobilidade e o acesso aos mercados. Na Europa emergente e em desenvolvimento, a perspectiva é de um crescimento económico em 2023 de 1,5%, sendo um reflexo da contracção económica na Rússia em 2022 e um modesto crescimento positivo em 2023 de 0,3%.

Perspectiva do PIB - Economia Mundial (Em %)	2020	2021	2022	2023 P
Mundo	3,1	6,2	3,4	2,9
Economias Avançadas	4,5	5,4	2,7	1,2
EUA	3,4	5,9	2,0	1,4
Zona do Euro	6,4	5,3	3,5	0,7
Japão	4,5	2,1	1,4	1,8
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	2,0	6,7	3,9	4,0
China	2,3	8,4	3,0	5,2
Rússia	2,7	4,7	2,2	0,3
Brazil	3,9	5,0	3,1	1,2
África Subsaariana	1,7	4,7	3,7	3,8

Fonte: FMI - World Economic Outlook, January 2023

Nota: E - Estimativa, P - Projectação

b) Economia Regional

A região da África Subsaariana vinha apresentando um progresso em termos de crescimento que foi interrompido pela recente turbulência global (COVID-19). Contudo, observou-se em 2021 uma tentativa de recuperação que foi suspensa em 2022 pelos constrangimentos provocados pela guerra na Ucrânia (inflação, apertos financeiros e um dólar muito valorizado). Para 2023, projecta-se que o crescimento permaneça moderado em 3,8% devido a consequências prolongadas da pandemia de COVID-19 e dos efeitos do conflito geopolítico. A ligeira revisão em alta do crescimento económico da região para 2023 reflecte o impacto do crescimento da Nigéria no mesmo ano, derivado das medidas para lidar com questões de insegurança no sector de petróleo. Por outro lado, na África do Sul, o crescimento projectado para 2023 caiu para 1,2%, reflectindo uma procura externa mais fraca, crise de energia e restrições estruturais.

c) Economia Nacional

Perspectiva-se para 2023, um crescimento da economia nacional em 5,5% derivado dos seguintes factores: a) aumento mais expressivo das receitas de exportação em comparação com as importações; b) retoma de ajuda externa de parceiros bilaterais (FMI, Banco Mundial e outros parceiros) no apoio directo ao Orçamento do Estado; c) início da actividade da exportação de gás natural do projecto Coral Sul liderado pela ENI, na Baía do Rovuma, na província de Cabo Delgado (transporte das primeiras cargas de Gás Natural Liquefeito decorreram no quarto trimestre de 2022) e d) recuperação da confiança do país no mercado internacional (agência Moody's elevou para positiva a perspectiva de evolução da economia moçambicana).

O Fundo Monetário Internacional no seu World Economic Outlook de Outubro de 2022, prevê também o crescimento da economia moçambicana na ordem dos 5% em 2023, apontando como maior catalisador os projectos de gás natural no país que irão impulsionar as exportações e as receitas do governo, abrindo espaço para mais gastos.

Na componente monetária, face ao aumento da taxa MIMO em 200 pb em Setembro de 2022, assim como pelas perspectivas de retorno da inflação para um dígito no médio prazo, o Departamento de Estudos Económicos projecta que a Taxa MIMO se mantenha em 17,25%, até ao final do ano, tendo em conta:

- ▶ as perspectivas de desaceleração dos preços do petróleo, que reflectem a expectativa de abrandamento da procura externa (políticas monetárias restritivas para conter as pressões inflacionárias), mantendo-se, no entanto, em níveis elevados quando comparados com o período pré-pandemia;
- ▶ as expectativas de desaceleração dos preços dos alimentos no mercado internacional, em consequência do acordo sobre as exportações de cereais e fertilizantes provenientes da Ucrânia com o objectivo de contribuir para o abastecimento no mercado internacional;
- ▶ a manutenção da estabilidade cambial entre o metical e o dólar em linha com o retorno do apoio financeiro dos parceiros de cooperação.

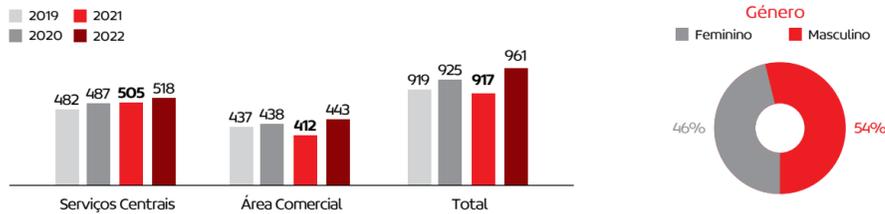
A estabilidade cambial em 2023 será influenciada pelo aumento das receitas de exportações da indústria extractiva no geral em função do aumento da procura global, pela retoma dos apoios ao orçamento do estado e diversos projectos de cariz comunitário por parte dos parceiros internacionais, pela manutenção de postura conservadora por parte dos bancos na definição de câmbios e por uma provável introdução de novas medidas por parte do Banco de Moçambique no mercado cambial.

Relativamente ao crédito à economia, em 2023, manter-se-á tímido, limitado pela política monetária em vigor que configura um ambiente de altas taxas de juro comerciais. Adicionalmente, poderá ser condicionado pelo impacto do crescimento económico do país assim como pelo impacto das medidas de política fiscal que poderão afectar a situação financeira das empresas e das famílias.

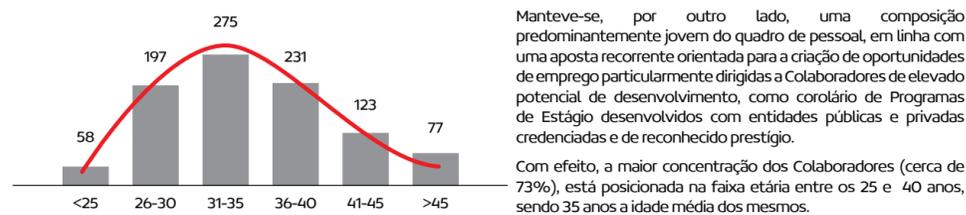
7. Actividades de Suporte ao Negócio

7.1 Gestão de Recursos Humanos

Em 2022, o Banco apresentou uma evolução moderada do número de Colaboradores, tendo o quadro de pessoal passado de 917 para 961 (mais 5%). Este crescimento reflecte a necessidade de dar resposta à implementação de novos projectos e reforço de equipas em Unidades Orgânicas específicas, com vista à melhoria contínua dos níveis de serviço.



A estrutura de género manteve-se praticamente inalterada comparativamente ao período homólogo.



Manteve-se, por outro lado, uma composição predominantemente jovem do quadro de pessoal, em linha com uma aposta recorrente orientada para a criação de oportunidades de emprego particularmente dirigidas a Colaboradores de elevado potencial de desenvolvimento, como corolário de Programas de Estágio desenvolvidos com entidades públicas e privadas credenciadas e de reconhecido prestígio.

Com efeito, a maior concentração dos Colaboradores (cerca de 73%), está posicionada na faixa etária entre os 25 e 40 anos, sendo 35 anos a idade média dos mesmos.

Formação

O investimento na formação contínua dos seus quadros constitui uma directriz de orientação prioritária do Moza Banco num contexto de múltiplas exigências impostas, quer pela necessidade de adaptação contínua a novos desafios do mercado financeiro, quer por imperativos de natureza regulatória, tecnológica e de elevação da motivação, crescimento profissional e aumento da produtividade.

Com recurso crescente a novas abordagens de formação baseadas em plataformas digitais, o Moza Banco assegurou a realização de 216 acções de formação que totalizaram 13.468 horas. As acções foram direccionadas para o cumprimento das orientações estratégicas nomeadamente, a promoção da optimização e racionalização de custos, conformidade regulamentar, melhoria de aptidões no domínio de aplicações e processos, ética e conduta, conflitos de interesse, gestão de denúncias, e Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

Nota de realce é a contínua aposta da instituição nos formadores internos que, de forma crescente, têm vindo a assumir um papel de maior preponderância na monitoria de parte significativa destas acções, aliando a sua experiência e profundo conhecimento das necessidades do Banco à desejável qualidade e aplicabilidade dos conhecimentos partilhados.

Ações de Natureza Social

A actuação do Moza na abordagem de temáticas associadas à gestão de pessoas transcende a dimensão técnica tradicional que lhe é subjacente, abrangendo, com efeito, a consciencialização dos Colaboradores para aspectos sociais diversos, incluindo aspectos relevantes ligados a temáticas de Saúde, Bem-Estar e Cidadania.

Neste contexto, durante o ano de 2022, o Banco promoveu ou facilitou várias actividades, em estreita parceria com entidades oficiais, como a realização de Palestras de Saúde e Socioeducativas, com destaque para as palestras literárias em parceria com a Fundação Fernando Leite Couto, promoção do empreendedorismo feminino em parceria com a Associação MUVA, palestras sobre hipertensão arterial e estresse ocupacional; campanhas massivas de pagamento de impostos e serviços de emissão de documentos oficiais (bilhetes de identidade e passaportes) para colaboradores e dependentes directos e outros.

Numa iniciativa de particular realce e carácter diferenciador para a qualidade de vida dos Colaboradores, o Moza Banco decidiu estender o acesso ao Posto Médico local aos membros dos agregados familiares dos Colaboradores, sem custos acrescidos para estes.

7.2 Rede de Distribuição

No final de 2022, o Moza contava com uma rede de 65 Unidades Negócio, distribuídas em 63 Agências, 1 Centro Corporate e 1 Centro Institucional.

Importa dar destaque para a abertura, em 2022, da Agência Maringué, na Província de Sofala.

Neste sentido, a cobertura geográfica do parque de Unidades Negócio Moza apresentava-se distribuído de acordo com o abaixo descrito:



7.3 Actividade Comercial

Não obstante a recuperação dos sectores mais afectados pela pandemia da COVID-19, em 2022 a actividade comercial foi desenvolvida num contexto difícil caracterizado pela instabilidade no Norte do país, desastres naturais e pressões inflacionárias externas. Apesar desses desafios, o Banco registou uma evolução positiva nos principais indicadores.

Mantivemo-nos fiéis à determinação de evolução da nossa actividade em harmonia com o rigor e prudência que imprimimos nos exercícios precedentes. Por outro lado, mantivemo-nos igualmente fiéis ao nosso ADN de Banco Relacional, que se inspira no Cliente como Centro do seu Posicionamento Estratégico.

Esta abordagem e perspectiva possibilitaram, em primeiro lugar, ampliar a acessibilidade e o alcance dos nossos serviços, com um forte investimento na melhoria dos canais digitais. Em segundo lugar, permitiram diversificar nossa oferta de produtos e serviços, estabelecendo uma proposta de valor altamente competitiva e distinta. Isso foi alcançado através da criação de produtos e serviços mais ajustados à realidade e expectativas de cada Cliente, mantendo sempre a elevada qualidade e inovação que nos caracterizam.

7.3.1 Áreas de Negócio

A actividade comercial do Moza Banco incide sobre as Área de Negócio da Banca de Retalho, Private Banking, Corporate Banking, Clientes Institucionais (Públicos e Privados) e, por fim, na Banca de Investimento.

Mantendo-se fiel à missão de ser um Banco Universal de Retalho, no ano de 2022, o Banco fortaleceu a sua aproximação ao Cliente, crescendo substancialmente no parque de utilizadores de canais digitais; aqui, o produto de eleição dos Clientes foi o Moza Já (canal USSD), que permite realizar transacções do dia-a-dia, no conforto e simplicidade do seu próprio telefone.

Ainda neste âmbito destaca-se o crescimento assinalável do Crédito ao Funcionário Público e a gradual orientação do Banco para o mercado de Clientes PME – um sector que carece de atenção, níveis de serviço e oferta a par das suas reais necessidades de negócio. Para auxiliar este segmento, o Moza personalizou as suas actuais soluções de apoio à tesouraria para melhor servirem as PME integradas nas principais cadeias de valor da economia nacional.

No suporte ao negócio, as fórmulas testadas e bem-sucedidas de 2021 revelaram-se igualmente úteis e eficazes em 2022, com destaque para:

- ▶ Desenvolvimento de programas internos que visam suportar e dinamizar as actividades comerciais procurando garantir proactividade e foco no acompanhamento dos Clientes e suas necessidades;
- ▶ Papel activo do Call Center Moza em iniciativas de criação e dinamização de negócio, apoiando assim as Áreas de Negócio na concretização dos seus objectivos, e contribuindo para o crescimento do parque de Clientes a utilizar os canais digitais e meios de pagamento;
- ▶ Campanhas externas de adesão e utilização dos Canais Digitais, de Fielização de Dados e Leasing Automóvel;
- ▶ Automação de processos de negócio, que permitiu optimizar a utilização de recursos fomentando uma maior eficiência e qualidade no atendimento ao Cliente e redução da exposição do Banco ao risco operacional;
- ▶ Adopção de tecnologia de comunicação de dados em todo o parque de Unidades de Negócio do Banco, permitindo obter melhoria na disponibilidade dos sistemas, reforçando assim a confiança depositada pelos Clientes nos canais electrónicos do Banco e o incremento de segurança na transmissão de informação;

7.3.2 Iniciativas da oferta

O ano foi marcado por iniciativas cada vez mais personalizadas para as reais necessidades dos Moçambicanos, com realce para o envio de extractos de forma automática por email, campanhas de leasing automóvel em parceria com marcas de referência, revitalização do programa de acordos comerciais e introdução da Conta + Negócios para PME's. Além disso, o Banco lançou uma linha de financiamento específica para PME's, promoveu campanhas de actualização de dados e celebrou o Mês da Poupança com condições especiais em depósitos a prazo.

7.3.3 Resultados obtidos pelas áreas de negócio

Crédito a Clientes

Num contexto macroeconómico menos favorável resultante da recuperação do impacto da pandemia da COVID-19, instabilidade no Norte do país e pressões inflacionárias externas, o Banco registou uma ligeira variação na sua carteira de crédito. Para 2022, foram desembolsados MZN 5.326 milhões com destaque para o crédito funcionário público e linha de financiamento as PME's, reflectindo a estratégia do Banco. Em termos absolutos, no final de 2022, a carteira bruta de crédito totalizava MZN 24.544 milhões, face aos MZN 24.301 milhões registados no final de 2021.

Recursos de Clientes

No que respeita aos recursos de Clientes, no final de 2022 o mesmo totalizava MZN 35.397 milhões de Meticals, face aos 32.753 milhões de Meticals registados no final de 2021. Esse crescimento é resultado da sólida capacidade do Banco em captar novos depósitos e novos depositantes e espelha a confiança dos Clientes no Banco.

Canais Digitais

O Banco tem vindo a reforçar as políticas de segurança e apostado na melhoria da experiência do Cliente destacando-se, em 2022, a implementação de autenticação por dois factores na plataforma Internet Banking. Esta implementação enquadra-se nas melhores práticas internacionais relativamente a segurança em soluções digitais.

Adicionalmente, foi implementada uma solução que permite a recuperação remota do acesso ao canal Moza Já.

Como forma de incentivar os Clientes a experimentarem a conveniência e facilidade do uso dos canais digitais do Moza, o Banco lançou uma campanha de incentivo que oferecia a oportunidade aos Clientes de ganharem o mais recente modelo de smartphone da Apple, o iPhone 14. Através destas campanhas foi possível gerar um feedback positivo nas redes sociais e avançar consideravelmente a utilização dos canais.

Interoperabilidade com as Carteiras Móveis

Desde 2020, o Moza tem trabalhado na interoperabilidade com o M-Pesa e o E-Mola, possibilitando que os Clientes do banco e os usuários das carteiras digitais realizem transacções financeiras entre si. Essa conquista é de grande importância tanto para o Moza quanto para a indústria bancária, pois promove a realização de transacções de maneira rápida, fácil e segura, contribuindo significativamente para a inclusão financeira.

Adicionalmente aos serviços de interoperabilidade, o Moza e o M-Pesa iniciaram um projecto, actualmente em fase piloto, que visa disponibilizar microfinanciamentos aos usuários das carteiras móveis de forma simplificada, segura e em tempo real. Com essa iniciativa, Moza e M-Pesa almejam impulsionar a economia local e melhorar a vida financeira dos utilizadores do serviço.

Em decorrência das acções implementadas ao longo de 2022, destaca-se o crescimento no número e no volume total de transacções, registando aumentos de 59% e 69%, respectivamente. Em relação aos financiamentos, houve uma evolução da carteira em 40% comparativamente a 2021.

Assim, o Banco mostra o seu comprometimento em continuar a desenvolver soluções inovadoras que atendam às necessidades dos Clientes, que promovam a inclusão financeira e alavancem a economia local.

Meios e Canais electrónicos

O ano de 2022 foi caracterizado pelo processo de integração dos meios e canais electrónicos do Banco, como Cartões, POS e ATM, na nova plataforma de processamento da SIMO (Euronet), que culminou com a implementação de novos cartões equipados com a tecnologia Contactless, disponibilizados aos Clientes a partir do mês de Maio.

Apesar dos desafios enfrentados durante o processo de integração, foram realizados vários esforços em acções de dinamização comercial e colaboração a fim de promover a utilização dos meios e canais electrónicos, reflectindo-se em uma evolução positiva do negócio.

Cartões Electrónicos

Os esforços empreendidos em 2022 contribuíram para um crescimento significativo do negócio em comparação ao ano de 2021, tanto em relação ao parque activo quanto ao número e volume de transacções, com uma variação positiva de cerca de 10%, 12% e 5%, respectivamente.

Contribuíram para este aumento do negócio os produtos de cartões de Débito com um crescimento do parque activo em 11%, e os cartões Pré-Pago com um crescimento do número de transacções em 28%. O aumento generalizado da utilização dos cartões electrónicos vai de encontro com a estratégia do Banco em tornar a experiência do Cliente mais segura e eficiente.

POS

Registou-se um crescimento assinalável comparativamente ao ano de 2021, tanto em comissões quanto em número e volume de transacções, com uma variação positiva de 18%, 22% e 25%, respectivamente. Este resultado foi alcançado por meio de diversas iniciativas de dinamização comercial.

Além dessas iniciativas implementadas, foi adquirido um novo modelo deste canal, possibilitando a modernização do parque, com o objectivo de melhorar a satisfação do Cliente e garantir um serviço sem interrupções, alinhado com a estratégia do banco.

ATM

O ano de 2022 regista melhoria no desempenho deste canal, espelhando a estratégia de contínua melhoria das plataformas de meios de pagamento. Registou-se um crescimento em número e volume de transacções face a 2021 de 24% e 36%, respectivamente, revelando a confiança depositada pelos Clientes nos canais electrónicos do Banco.

7.4 Compliance, Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

Em 2022, a função de compliance do Banco baseou-se na continuidade ao cumprimento da sua missão principal de promover e assegurar que o Moza cumpra com as exigências legais, regulamentares, estatutárias, normativas, éticas, de boa conduta e das boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, no quadro do ambiente de controlo e supervisão institucional definido pelas entidades reguladoras competentes e o normativo legal a que se encontram sujeitos.

Mais ainda, e no âmbito da inserção de Moçambique na lista de jurisdições de vigilância reforçada do GAFI / FATF (Grupo de Acção Financeira), a denominada lista cinzenta/"grey list", o Banco iniciou os esforços para auxiliar no fortalecimento da integridade do sistema financeiro nacional, fortalecendo ainda medidas no âmbito de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

Conformidade Regulamentar

No que concerne à actividade de Conformidade Regulamentar, no âmbito da actividade de análise e acompanhamento dos dispositivos legais divulgados, considera-se que 2022 foi um ano intenso em resultado das alterações havidas em termos legais, com destaque para:

- ▶ Lei nº11/2022, de 07 de Julho – que aprova a nova Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa;
- ▶ Aviso nº 05/GBM/2022, de 17 de Novembro – que aprova as Directrizes de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa;
- ▶ Lei nº 13/2022, de 8 de Julho – Regime Jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa, entre outras.

Formação sobre temáticas Compliance

Foram ministradas sessões de formação para colaboradores do Banco, incluindo membros da alta Direcção, sobre temas referentes a prevenção e detecção de Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa.

De referir que as formações foram ministradas por equipas internas especializadas, dotando os colaboradores abrangidos de conhecimentos necessários sobre prevenção, detecção e combate destes crimes, Código de Ética e Conduta, Conflitos de Interesses, Denúncias, reforço da necessidade do cumprimento das Leis, regulamentos, normativos, etc.

8. Gestão de Risco

8.1 Introdução

A gestão de riscos é encarada no Moza Banco como um processo fundamental para responder a perigos e incertezas nos mais variados domínios, que compreendem as actividades que podem afectar o seu perfil de risco. Muito associado ao risco, o Moza Banco está permanentemente atento às vulnerabilidades que caracterizam a potencialidade de perdas que possam ocorrer nas suas actividades ou no seu negócio, resultantes do impacto de eventos não esperados sobre o património que lhe está afecto. Nessa perspectiva a Gestão de Riscos assume uma importância acrescida, onde se privilegia o princípio de Governança Corporativa. A definição, acompanhamento e aplicação da política de gestão de riscos do Banco conta com o envolvimento de todas as áreas na gestão dos riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar os Órgãos de Administração.

Visando uma melhor combinação entre o risco e os resultados, o Moza Banco actua de forma prudente na gestão dos riscos financeiros e não financeiros, em linha com os regulamentos impostos pela Entidade Reguladora e em harmonia com as melhores práticas internacionais, de onde resulta a concepção de políticas, princípios, procedimentos, metodologias e definição de limites, que conduzem a actividade do Banco para a sua esfera de actuação nos vários segmentos de negócio.

Tendo em vista o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos e dado o perfil dos riscos a que o Moza Banco se encontra exposto, a condução da sua gestão é efectuada de acordo com o modelo de Gestão de Risco implementado na Instituição, a partir do qual são identificados os riscos existentes e os potenciais. Este processo inclui a identificação, a medição do controlo e o acompanhamento dos riscos, bem como a determinação do impacto positivo ou negativo desses riscos nos resultados e/ou no capital.

O quadro conceptual de gestão de riscos do Moza Banco compreende nove tipologias de risco, nomeadamente: Risco de Crédito; Risco de Liquidez; Risco de Taxa de Juro; Risco de Taxa de Câmbio; Risco Operacional; Risco Estratégico; Risco Reputacional; Risco de Compliance; e Risco de Tecnologias de Informação, incluindo os processos, sistemas e procedimentos para a sua gestão, como também as atribuições e responsabilidades dos órgãos envolvidos. Ainda neste quadro, inclui-se o Risco de Concentração, regulado pelo Banco de Moçambique, através da Circular número 3/SCO/2013 de 31 de Dezembro.

No âmbito do quadro conceptual, o Moza Banco deu início ao processo de elaboração e implementação de políticas sobre o Risco Social e Risco Ambiental, o que implica, doravante, a análise dos riscos sociais e ambientais nas operações de financiamento, alargando assim a gestão para doze tipologias de risco.

De um modo geral, a gestão de risco é efectuada de forma contínua através de:

- ▶ Acompanhamento dos Órgãos de Administração e Gestão de Topo, através da Comissão de Avaliação de Risco e do Comité de Controlo de Risco;
- ▶ Definição e divulgação de políticas, procedimentos e limites;
- ▶ Sistemas de medição, acompanhamento e de informação de gestão;
- ▶ Sistema de Controlo Interno.

A responsabilidade em matéria de coordenação da execução dos processos de Identificação, Mensuração, Controlo e Acompanhamento de todos os riscos, bem como a implementação dos controlos de risco em todas as áreas de negócio ou áreas funcionais de apoio ao negócio, recai sobre a Direcção de Gestão de Risco (DGR). Em termos de linhas de reporte e comunicação, a DGR presta suporte à Comissão de Avaliação de Risco, ao Comité de Controlo de Risco e à Comissão Executiva, em linha com as orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Avaliação de Risco, que emana do Conselho de Administração, é presidida por um Administrador não Executivo, que dedica especial atenção à gestão de riscos do Banco, com especial enfoque no acompanhamento da evolução dos diferentes riscos e no cumprimento das políticas, regulamentos e limites de apetite de risco aprovados pelo Conselho de Administração.

8.2 Perfil de Risco do Banco

No âmbito do acompanhamento dos diversos riscos, o Moza Banco tem presente os riscos considerados materialmente relevantes que constituem o seu perfil de risco, cuja gestão é considerada essencial para garantir o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio e da actividade do Banco e simultaneamente assegurar a conformidade com os requisitos regulatórios e legais.

O Moza Banco procede de forma contínua e prudente ao controlo do seu perfil de risco e ao cumprimento dos limites definidos em relação aos riscos da actividade.

A evolução do sistema financeiro e as constantes transformações tecnológicas obrigam à adopção de técnicas mais sofisticadas de mitigação de risco, consubstanciadas nas boas práticas internacionais e na observância dos princípios emanados pelo Órgão Regulador do Sistema Bancário. Para o efeito, o Moza Banco procura, de forma constante, dotar-se de ferramentas e procedimentos ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Para dar resposta à cada vez mais exigente regulamentação e visando estar em linha com as melhores práticas, em 2022 o Banco desenvolveu uma série de acções relevantes no âmbito da gestão de risco, das quais se destacam:

- ▶ A revisão do Modelo de Governança de Gestão de Risco do Banco em linha com as melhores práticas, observando o princípio de segregação de funções entre a originação e a gestão/controlo e reporte dos riscos assumidos;
- ▶ Implementação efectiva das novas funções e responsabilidades da Direcção de Gestão de Risco, considerando o framework de gestão de risco aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, o qual incorpora novas Ferramentas, Modelos, Metodologias, Métricas, Políticas e Procedimentos para a gestão equilibrada dos riscos inerentes à actividade do Banco;
- ▶ Implementação efectiva do Manual de Princípios e Procedimentos de Gestão de Riscos do Banco;
- ▶ Definição de uma Política de ESG (Environmental, Social and Governance) entre outras;
- ▶ Implementação de Programas de formações em matéria de riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e operacional aos colaboradores do Banco.

Governo da Gestão de Risco e Linhas de Defesa

O Moza Banco adopta o modelo de 3 (três) linhas de defesa para a gestão dos diferentes riscos, o que garante segregação e transparência sobre as responsabilidades atribuídas a cada uma das partes envolvidas na gestão de risco:

- 1 A primeira linha de defesa são as Unidades de Negócio e as Unidades que geram Exposições aos Riscos (tomadores de risco), que têm como responsabilidades: identificar, acompanhar, e mitigar os riscos dos negócios, mantendo os controlos eficientes.
- 2 A segunda linha de defesa é composta pelas seguintes Direcções:
 - ▶ **Direcção de Gestão de Risco (DGR)**, que tem como principais funções: assegurar a protecção do capital da Instituição, no que se refere à exposição aos riscos de crédito, mercado (taxa de juro e cambial), liquidez e operacional, entre outros, verificando a todo o momento se o nível de risco do Banco se mantém dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração, operando em conjunto com as diferentes Unidades de Negócio a fim de garantir que a primeira linha de defesa (áreas tomadoras de risco) identifica, avalia e reporta os riscos da suas actividades de forma atempada e correcta.
 - ▶ **Direcção de Compliance**, que tem como missão principal assegurar que o Moza Banco cumpra com exigências legais, regulamentares, estatutárias, éticas, de boa conduta e boas práticas bancárias nacionais e internacionais aplicáveis, através do controlo e supervisão institucional definido pela entidade reguladora e normativos internos (incluindo questões relacionadas com a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa).
- 3 A terceira linha de defesa cabe à **Direcção de Auditoria**, responsável por rever, de forma independente, os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos de negócio, identificando as áreas de maior risco e na avaliação da eficácia, eficiência e regularidade dos procedimentos nos órgãos de estrutura e de apoio.

9. Análise Financeira

9.1 Nota Introdutória

Actividade económica do ano de 2022 foi fortemente influenciada pelo aperto das condições financeiras, associadas à política monetária restritiva por parte do Banco Central para combater a inflação, bem como os efeitos do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. A actividade económica do Moza foi desenvolvida num ambiente desafiante e de incertezas, contudo, foram implementadas diversas iniciativas alinhadas aos objectivos estratégicos definidos pelo Banco.

A Carteira de Crédito Bruto fixou-se em MZN 24,5 mil milhões, apresentando um crescimento de MZN 243 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este incremento resulta do aumento dos desembolsos das operações de crédito, com particular destaque para o Crédito Funcionário Público, que teve uma contribuição de 39%.

O Moza Banco registou um aumento em 8% nos recursos de Clientes, atingindo MZN 35,4 mil milhões, em comparação com MZN 32,8 mil milhões registados em igual período de 2021. Esse crescimento é resultado do esforço do Banco em captar novos depósitos e depositantes. Com essa evolução, o Moza Banco consolidou a sua posição entre as cinco maiores instituições financeiras do mercado em termos de

depósitos, com uma quota de mercado de 5,64% (2021: 5,67%).

O rácio de transformação global, medido pela carteira de crédito bruto sobre o total de recursos de Clientes, fixou-se em 70% no final de 2022, uma melhoria de 6 pp face ao ano 2021, reflectindo a estratégia de optimização do balanço e postura mais prudente em relação à actividade creditícia.

Ainda em 2022, o Banco reforçou as imparidades e realizou o saneamento de algumas operações de crédito vencido que já estavam totalmente cobertas, à luz do quadro regulamentar do Aviso 16/GBM/2013, evidenciando esforços na sua recuperação, em conformidade com as directrizes regulamentares.

Actividade e Resultados

Em resultado do incremento do volume de transacções em diversos canais e serviços, da continuidade da estratégia de racionalização de custos e investimentos, bem como a optimização do balanço e eficiência na gestão de risco de crédito, o Banco obteve em 2022 um resultado líquido positivo de cerca de MZN 90,14 milhões.

O Activo do Banco totalizou MZN 47,7 mil milhões, reflectindo um crescimento de 6% em relação ao ano anterior. Este crescimento é impulsionado pela evolução positiva da carteira de aplicações, como consequência da maior prudência na concessão de crédito.

O Passivo do Moza caracterizou-se por um aumento na ordem de 7%, passando de MZN 36,6 mil milhões em 2021 para MZN 39,2 mil milhões em 2022, com destaque para o incremento da rubrica de depósitos de Clientes em 8%.

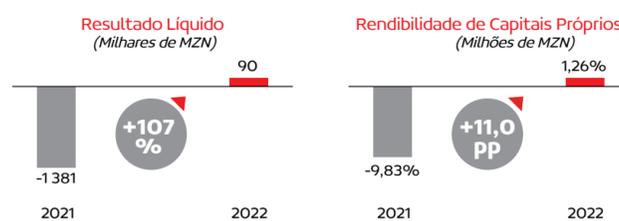
No que diz respeito aos indicadores prudenciais, ao final de 2022, o Rácio de Solvabilidade situou-se em 22,58%, fixando-se acima do requisito mínimo regulamentar de 12%. Adicionalmente, o Rácio de Liquidez fixou-se em 47,41% (2021: 44,50%), igualmente acima do nível mínimo regulamentar de 25%. Trata-se de níveis considerados adequados face aos requisitos e aos benchmarks, permitindo ao Banco cobrir os riscos actuais e futuros a que a sua actividade possa vir a estar sujeita.

9.2 Análise de Rendibilidade

Resultado Líquido do Exercício

Em 2022, o Moza Banco alcançou um resultado líquido positivo de MZN 90,14 milhões, resultante de diversos factores, nomeadamente, o crescimento do volume de negócios e transaccionalidade, a contínua aposta na estratégia de racionalização de custos, bem como na adopção de medidas de optimização e eficiência na gestão de risco de crédito.

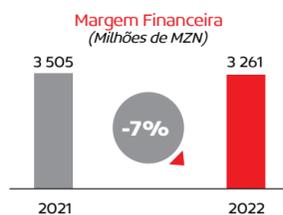
A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) fixou-se em 1,26%, uma melhoria significativa de 11 pp em comparação com o período homólogo, reflectindo a melhoria dos resultados do Banco.



Demonstração de Resultados (Milhares de Meticals)	2021	2022	Varição
Juros e rendimentos similares	5 307 010	5 370 712	1%
Juros e gastos similares	-1 802 351	-2 110 169	17%
Margem Financeira	3 504 659	3 260 543	-7%
Serviços e comissões líquidas	519 701	573 638	10%
Operações financeiras líquidas	491 240	285 864	-42%
Produto Bancário	4 515 600	4 120 045	-9%
Gastos com pessoal	-1 733 513	-1 773 280	2%
Outros gastos operacionais	-1 159 876	1 158 204	0%
Outros ganhos operacionais	538 405	425 103	-21%
Resultado Bruto de Exploração	2 160 616	1 613 664	-25%
Depreciações e Amortizações	-505 148	-446 546	-12%
Imparidade e Provisões do exercício	-2 904 983	-841 103	-71%
Resultado Antes do Imposto	-1 249 515	326 015	126%
Imposto	-131 506	-235 877	79%
Resultado Líquido	-1 381 021	90 138	107%

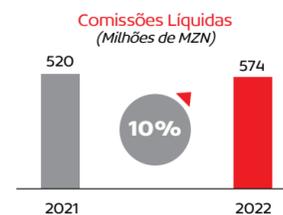
Margem Financeira

A margem financeira atingiu MZN 3 261 milhões, traduzindo-se numa redução de 7% em relação a 2021, devido ao aumento dos custos de financiamento decorrente dos ajustes em alta da taxa MIMO em cerca de 400 pontos base, o que conduziu a um aumento dos juros a pagar. Contudo, este aumento contribuiu para o arbrandamento da procura pelo crédito desembolso, o que influenciou na manutenção dos níveis dos juros a receber face ao período homólogo.



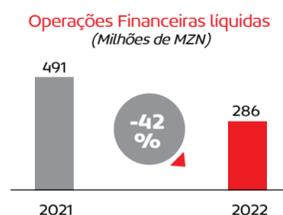
Comissões Líquidas

As comissões líquidas atingiram MZN 574 milhões, representando um aumento de 10% em comparação com MZN 520 milhões registados em igual período de 2021. Este aumento foi impulsionado pela melhoria a nível do volume de negócios e transacções nos diversos canais e serviços disponibilizados pelo Banco.



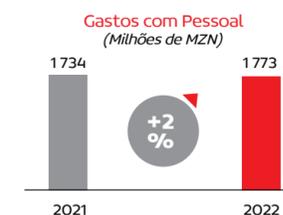
Operações Financeiras Líquidas

As operações financeiras líquidas, que agregam resultados cambiais, operações de negociação e cobertura, totalizaram MZN 286 milhões em 2022, representando uma redução de 42% em comparação com o ano anterior (2021: MZN 491 Mio). Essa redução resulta da reversão, de MZN 306 milhões, ocorrida em 2021, dos ganhos de reavaliação cambial dos passivos de locação denominados em moeda estrangeira, em conformidade com o IFRS 16, devido à estabilidade do Metical em relação ao dólar norte-americano.



Gastos com Pessoal

Os custos com pessoal totalizaram MZN 1 773 milhões, representando um aumento de 2% em relação ao mesmo período de 2021, espelhando o crescimento do número de colaboradores do Banco.



Outros Gastos Operacionais

Relativamente a outros gastos operacionais, observou-se que os mesmos mantiveram-se em linha, MZN 1 158 milhões em 2022 face ao período homólogo, como resultado da continuidade da implementação de medidas de controlo e racionalização de custos, num contexto de aumento de inflação.



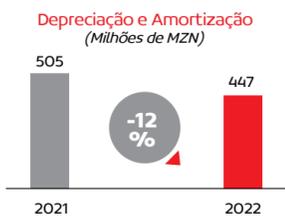
Outros Ganhos Operacionais

A rubrica de Outros Ganhos Operacionais compreende principalmente ajustes relacionados às contas de exercícios anteriores. No decorrer de 2022, o Banco empreendeu várias iniciativas que culminaram na recuperação de créditos vencidos e outros activos, originando o reconhecimento de proveitos extraordinários. Os Outros Ganhos Operacionais atingiram um montante positivo de MZN 425 milhões, o que significa uma diminuição de 21% em comparação com o ano de 2021.



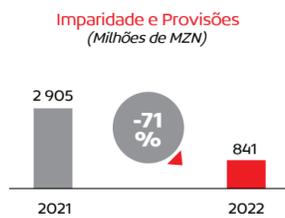
Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações do exercício apresentaram uma redução de 12% em comparação ao ano anterior, totalizando MZN 447 milhões (2021: MZN 505 milhões). Esta diminuição foi impulsionada pelos activos tangíveis que atingiram a sua vida útil em 2022, bem como o processo de alienação de imóveis registados em propriedades de investimentos.



Imparidades e Provisões do exercício

As imparidades e provisões incluem as dotações com imparidades de crédito, imparidades de activos disponíveis para venda, imparidades de outros activos, nomeadamente os activos recebidos em dação decorrente da resolução de contratos com Clientes, bem como as dotações com outras provisões.



Em 2022, os custos com imparidades e provisões apresentaram uma redução significativa de MZN 2.064 milhões em comparação com o período homólogo, devido ao reforço em 2021 de imparidades em uma grande operação vencida no valor de MZN 1.486 milhões. Por outro lado, ao longo de 2022, o Banco implementou melhorias na gestão e na constituição de imparidade de crédito, bem como na reversão de imparidades dos Títulos.

(Em milhões de meticais)	2021	2022	Variação
Imparidade e Provisões Globais	2 905	841	-71%
Imparidade de crédito	2 659	801	-70%
Activos disponíveis para venda	193	(39)	-120%
Outros activos	81	57	-29%
Provisões	(28)	22	-178%

Imparidade de crédito

Ao longo do ano de 2022, no contexto da gestão de risco de crédito e da estratégia de optimização do balanço, o Moza empenhou-se em aprimorar continuamente a eficácia da gestão de risco e assegurar adequados níveis de protecção contra potenciais riscos. Nesta perspectiva, o Banco incrementou as imparidades de crédito, com o objectivo de salvaguardar-se contra riscos de exposições e créditos vencidos, em conformidade com a estratégia estabelecida pelos Órgãos de Gestão. Essa abordagem evidencia o compromisso do Banco em sustentar uma política conservadora, cautelosa e profissional no exercício da gestão de risco.

Qualidade do Crédito a Clientes	Evolução anual				
	2019	2020	2021	2022	Variação
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido Total	132,2%	101,9%	71,4%	72,2%	0,83 pp
Imparidade do Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	139,9%	103,3%	74,3%	77,2%	2,82 pp
Custo médio de imparidade	2,9%	-0,7%	9,9%	3,2%	-6,6 pp
Crédito vencido/Crédito Total	12,8%	15,7%	15,2%	16,7%	1,46 pp
Imparidades acumuladas do Balanço/Crédito Total	16,9%	16,0%	10,9%	12,1%	1,18 pp

No final de 2022, o rácio de crédito vencido situou-se em 16,7%, representado um aumento em 1,46 pp, face ao período homólogo. Esta evolução evidencia o impacto do aperto das condições financeiras com vista ao controlo da inflação, traduzindo-se numa menor apetência das instituições financeiras em conceder crédito.

O rácio de cobertura do crédito vencido por imparidade apresenta um incremento de 0,83 pp, comparativamente ao período homólogo tendo se fixado em 72,2%, o que demonstra um equilíbrio na cobertura das exposições de crédito em risco.

Imparidades de activos disponíveis para venda

Ao longo do ano 2022, registou-se uma reversão parcial das imparidades constituídas dos títulos detidos pelo Moza no montante de MZN 156 milhões, em resultado da alteração do modelo de gestão dos activos financeiros passando de custo amortizado para o seguinte: (1) justo valor através de outros rendimentos integral e (2) justo valor através de resultados.

Outras Imparidades e Provisões

O Banco constituiu provisões no montante global de cerca de MZN 22 milhões, visando acautelar possíveis encargos futuros de natureza judicial, e em linha com o posicionamento prudente que o Banco tem vindo a imprimir.

9.3 Análise do Balanço

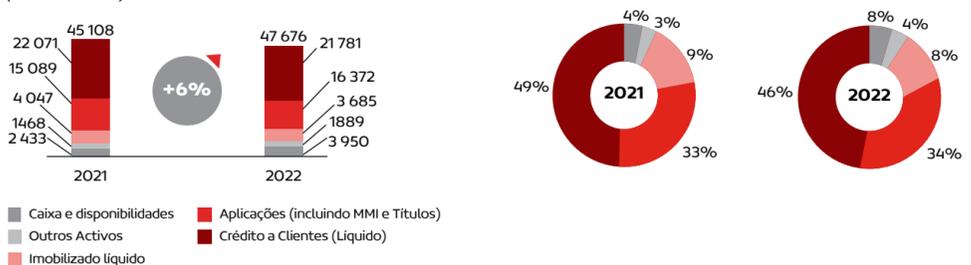
Activo Total

O Banco apresenta um crescimento em 6% em seus Activos Totais, quando comparado com o período homólogo, atingindo em 2022 MZN 47 676 milhões, superando os MZN 45 108 milhões registados em 2021. Este crescimento é explicado pela aplicação de liquidez em instrumentos financeiros de menor risco, que representam 34% dos Activos Totais.

O sector bancário em 2022 continuou a enfrentar desafios decorrentes das medidas restritivas da política monetária do Banco Central, mantendo uma postura mais prudente em relação à actividade creditícia, levando os bancos a direccionar seu excesso de liquidez para investimento em activos de elevada rentabilidade e de menor risco.

No final de 2022, o Moza Banco manteve-se na 5ª posição no ranking das instituições financeiras em Moçambique em termos de activos, com uma quota de mercado de 5,56%⁴.

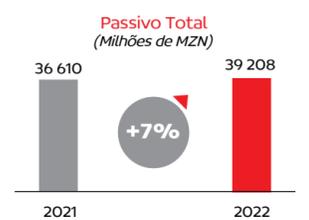
Estrutura do Activo (Milhões de MZN)



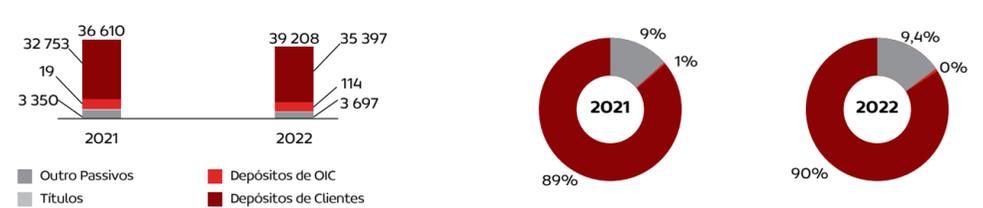
⁴Fonte: Banco de Moçambique

Passivo total

O Passivo do Banco atingiu MZN 39 208 milhões, representando um incremento de 7%, face a 2021. Este crescimento é resultado do esforço do Banco em captar novos depósitos e depositantes, consolidando deste modo a sua posição entre as cinco maiores instituições financeiras do mercado.



Estrutura do Passivo (Milhões de MZN)

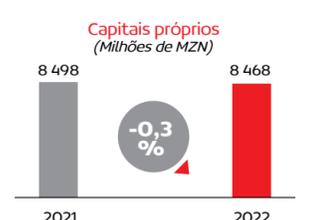


No período em análise, os depósitos de Clientes mantiveram-se como principal fonte de financiamento da actividade do Banco, representando 90% do total do passivo, situando-se em MZN 35 397 milhões, traduzindo-se num acréscimo de 8% em relação a 2021. Este resultado reflecte a confiança que os Clientes depositam no Banco.

Os outros passivos, que incluem os recursos consignados e passivos de arrendamento (IFRS 16), impostos correntes e diferidos e outras responsabilidades, totalizam MZN 3 812 milhões, comparados aos MZN 3 857 milhões registados no período homólogo.

Capitais Próprios

Em 2022, os capitais próprios, que agregam o capital social, reservas, resultados transitados e resultado líquido do exercício, mantiveram-se estáveis em relação ao período homólogo, totalizando MZN 8 468 milhões, traduzindo-se numa redução de 0,3%, em resultado da alteração do modelo de gestão dos activos financeiros passando de custo amortizado para o justo valor.



Adequação do Capital

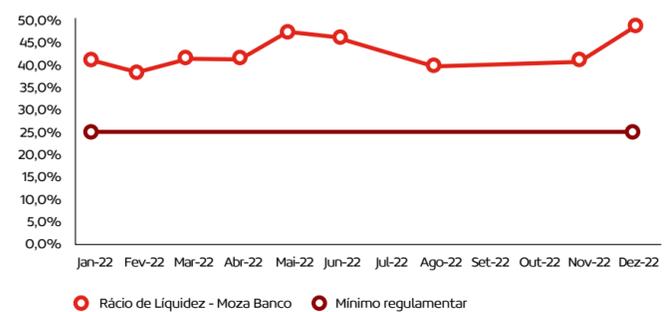
Em 2022, os fundos próprios regulamentares apresentaram uma redução de 4% face a 2021, situando-se nos níveis de MZN 5 367 milhões. Por sua vez, o rácio Tier 1 apresenta uma redução em 0,7 pp. Ainda assim o Banco mantém uma solidez consistente.

Ao longo do ano 2022, o Moza Banco continuou a apresentar uma situação de solvência adequada, tendo o rácio de solvabilidade situado em 22,58%, acima do limite Regulamentar exigido (12,0%), o que permitiu o desenvolvimento sustentável das actividades comerciais, reforçando a posição do Banco como uma instituição financeira estável.

(Milhões de Meticais)	2021	2022	Variação
Total de Fundos próprios Regulamentares	5 585	5 367	-4%
Fundos Próprios de Base	6 358	6 114	-4%
Fundos Próprios Complementares	3	1	-51%
Outras deduções	-776	-748	-4%
Activos Ponderados pelo Risco	24 061	23 771	-1%
Rácio Core Capital (Tier I)	26,42%	25,72%	-0,7pp
Rácio de solvabilidade	23,21%	22,28%	-0,6pp

Liquidez

No final de 2022, Moza Banco apresentava um rácio de liquidez na ordem de 47,41% (mínimo: 25%), demonstrando uma posição robusta.



Proposta de Aplicação de Resultados

O exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2022, gerou resultados positivos após impostos, no valor de **90.136.246 Meticais** (Noventa milhões, cento e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e seis Meticais). Considerando tal facto, assim como as disposições legais e estatutárias em vigor, vem desta forma o Conselho de Administração do Moza Banco, SA propor, para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte aplicação do resultado do exercício:

- ▶ 30% do Resultado do exercício económico de 2022, no valor de 27.040.874 MZN (Vinte e sete milhões, quarenta mil, e oitocentos e setenta e quatro Meticais) seja aplicado em reservas legais.
- ▶ 70% do Resultado positivo do exercício económico de 2022, no valor de 63.095.372 (sessenta e três milhões, noventa e cinco mil, trezentos e setenta e dois Meticais) seja aplicado em resultados transitados.

Assim, e após aplicação de resultados acima propostos, a estrutura do capital próprio será a seguinte:

Accionistas	Saldo a 31. Dez. 2022	Proposta			Saldo a 31. Dez. 2022
		Reserva legal (30%)	Utilização do Prémio de emissão	Resultados acumulados	
Capital	5 896 250 000	-	-	-	5 896 250 000
Reserva legal	4 661 842 992	27 040 874	-	-	4 688 883 866
Prémio de emissão	1 993 740 399	-	-	-	1 993 740 399
Reserva de justo valor	119 567 744	-	-	-	119 567 744
Resultados acumulados dos exercícios anteriores	4 054 013 162	-	-	63 095 372	-
Resultados do exercício	90 136 246	27 040 874	-	63 095 372	-
	8 468 388 731	-	-	-	8 468 388 731

Declaração de responsabilidade dos Administradores

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do Moza Banco, S.A, que compreendem a demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2022, a demonstração de resultados, a demonstração do resultado integral, a demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras que estão livres de distorções materiais devidas, quer a fraude, quer a erros, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os Administradores procederam a uma avaliação da capacidade do Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, não tendo encontrado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar se as Demonstrações Financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Março de 2023 e vão assinadas em seu nome, por:

Administrador do Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2022

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	6	5 370 712	5 307 010
Juros e gastos similares	6	(2 110 169)	(1 802 351)
Margem financeira	6	3 260 543	3 504 659
Rendimentos de serviços e comissões	7	798 250	667 316
Encargos com serviços e comissões	7	(224 612)	(147 615)
Serviços e comissões líquidas	7	573 638	519 701
Operações financeiras líquidas	8	285 864	491 240
Rendimentos operacionais		4 120 045	4 515 600
Imparidade líquida do exercício	19,20,21,22,30	(819 343)	(2 933 034)
Rendimentos operacionais líquidos		3 300 702	1 582 566
Gastos com pessoal	9	(1 773 280)	(1 733 513)
Depreciações e amortizações	21,22,23	(446 546)	(505 148)
Outros gastos operacionais	10	(1 158 204)	(1 159 876)
Outros ganhos operacionais	11	425 103	538 405
Provisões	12	(21 760)	28 051
Resultado antes de imposto		326 015	(1 249 515)
Imposto sobre rendimento			
IRPC- Taxa liberatória	14	(235 877)	(131 506)
Lucro/prejuízo do exercício		90 138	(1 381 021)
Resultados por acção			
Básicos	15	0,08	(1,68)
Diluídos	15	0,08	(1,68)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2022

	Nota	2022	2021
Lucro/prejuízo do exercício		90 138	(1 381 021)
		90 138	(1 381 021)
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para resultados			
Reserva de justo valor dos activos financeiros		(175 835)	-
Impostos diferidos (32%)	13	56 267	-
		(29 430)	(1 381 021)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Notas	2022	2021
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em Banco Central	16	3 469 028	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	17	480 809	182 543
Aplicações em instituições de crédito	18	6 591 707	8 344 160
Activos financeiros	19	9 779 840	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20	21 753 640	22 070 821
Outros activos	21	1 132 133	856 148
Activos não correntes detidos para venda	22	788 292	837 106
Propriedades de Investimento	23	237 705	351 936
Activos tangíveis	24	2 462 191	2 706 547
Activos intangíveis	25	224 572	151 503
Impostos correntes	26	605 181	517 274
Impostos diferidos	13	151 267	95 000
Total do activo		47 676 365	45 108 113
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	27	113 708	19 102
Depósitos e contas correntes	28	35 397 414	32 753 139
Recursos consignados	29	577 659	354 281
Provisões	30	219 124	151 932
Outros passivos	31	2 794 533	2 778 860
Empréstimos obrigacionistas	32	-	487 674
Impostos correntes	33	96 699	56 467
Impostos diferidos	13	8 839	8 839
Total do passivo		39 207 976	36 610 294
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	34	5 896 250	5 896 250
Reserva legal e outras reservas	35	4 542 275	4 661 843
Prémio de emissão	35	1 993 740	1 993 740
Resultados transitados		(3 963 876)	(4 054 014)
Total do capital próprio		8 468 389	8 497 819
Total do capital próprio e passivo		47 676 365	45 108 113

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social (nota 30)	Reserva legal e outras reservas (nota 31)	Prémio de emissão (nota 31)	Resultados transitados (nota 31)	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2021	3 943 250	4 661 843	1 993 740	(2 672 993)	7 925 840
Aumento do Capital Social	1 953 000	-	-	-	1 953 000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1 381 021)	(1 381 021)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	5 896 250	4 661 843	1 993 740	(4 054 014)	8 497 819
Reserva de justo valor	-	(175 835)	-	-	(175 835)
Activo por imposto diferido	-	56 267	-	-	56 267
Lucro do período	-	-	-	90 138	90 138
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	5 896 250	4 542 275	1 993 740	(3 963 876)	8 468 389

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022	2021
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Lucro/ prejuízo antes de imposto	90 138	(1 381 021)
Ajustamentos de:		
Depreciações e amortizações	446 546	505 148
Perdas por imparidade de crédito	819 343	2 933 034
Movimentos em:		
Empréstimos e adiantamentos	(511 499)	(319 340)
Activos financeiros	(3 046 696)	(2 564 752)
Outros activos	(275 985)	(616 618)
Activos não correntes disponíveis para venda	115 164	(241 602)
Recursos de instituições de crédito	94 606	(8 212)
Depósitos e contas correntes	2 644 275	(2 397 039)
Outros passivos	(66 510)	(1 043 277)
Reserva de justo valor através de outro rendimento integral	(119 568)	-
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais	189 814	(5 133 679)
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de propriedade de investimentos	101 175	521 202
Aquisição de activos tangíveis	(167 129)	31 217
Aquisição de activos intangíveis	(95 074)	(31 795)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento	(161 028)	520 624
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Reembolso de recursos consignados	223 378	42 356
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(487 674)	369 035
Aumento do capital social	-	1 953 000
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento	(264 296)	2 364 391
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(235 510)	(2 248 664)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	10 777 062	13 025 726
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	10 541 552	10 777 062
Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam-se como se segue:		
	2022	2021
Caixa e disponibilidades em Banco Central	3 469 028	2 250 359
Disponibilidades sobre Instituições de crédito	480 809	182 543
Aplicações em instituições de crédito	6 591 707	8 344 160
	10 541 544	10 777 062

Contabilista Certificado

OCAM n.º 888/CC/OCAM/2013

A Administração

1. Introdução

O Moza Banco, S.A. (doravante designado Moza Banco) é um Banco Comercial Universal de Retalho, criado em 2007, com sede social em Maputo, tendo como acionistas a KUHANHA-Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Moçambique, ARISE B.V., Moçambique Capitais, S.A., Novo Banco Africa S.G.P.S., S.A. (Banco português) e Dr. António Almeida Matos.

O Banco presta serviços financeiros orientados para clientes empresas e individuais, com especial incidência para os segmentos Retalho, Corporate e Institucionais.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, o Banco realizou uma forte aposta na sua remodelação e reestruturação interna, assim como, à redefinição dos seus objectivos estratégicos futuros com vista à consolidação e incremento da sua posição no sistema bancário moçambicano.

Actualmente o Banco possui 65 Unidades de Negócios e 108 ATM's distribuídas ao longo de todas as províncias de Moçambique (2021: 63 unidades de negócios), sendo ainda de salientar que 17 dessas agências localizam-se em zonas rurais e as remanescentes em zonas urbanas.

1.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As Demonstrações Financeiras do Moza Banco, SA para o ano findo a 31 de Dezembro de 2022, foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de Abril de 2023.

1.2. Moeda funcional e de apresentação

O Metical é a moeda funcional do Banco e as Demonstrações Financeiras são preparadas e apresentadas nesta moeda, arredondada a milhares de Meticais, excepto quando mencionado em contrário.

1.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração usou julgamentos, estimativas e premissas que afectam a aplicação das políticas contabilísticas do Banco e os valores reportados dos activos, passivos, réditos e despesas. Os resultados apurados podem diferir dos reais.

As estimativas e premissas subjacentes são revistas continuamente e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais estimativas e julgamentos contabilísticos são analisados como se seguem:

i) Julgamentos

O Banco usa o julgamento no estabelecimento dos critérios para determinar se o risco de crédito sobre um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, para determinar a metodologia a incorporar na informação prospectiva para mensuração da perda de crédito esperada (ECL), e na selecção e aprovação dos modelos utilizados para mensurar a ECL.

- ▶ **Nota 3 (b) (ii)** – classificação dos activos financeiros: avaliação do modelo de negócio dentro do qual os activos são mantidos e avaliação se os termos contratuais do activo financeiro são SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) sobre o valor principal em aberto.
- ▶ **Nota 5.1** – estabelece os critérios para determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, determinando a metodologia

ii) Pressupostos

Imparidade dos instrumentos financeiros – determinada através dos inputs no modelo de mensuração da perda de crédito esperada (ECL), incluindo a incorporação de informações prospectivas;

Activos por impostos diferidos – reconhecimento dos activos por impostos diferidos através da disponibilidade dos rendimentos tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais reportáveis. Durante o exercício económico de 2022, o Banco reconheceu activo por impostos diferidos sobre o justo valor dos activos financeiros.

As informações sobre premissas e incertezas de estimativas na data do relatório que tenham um risco significativo de resultar em um ajustamento material nos valores dos activos/passivos estão incluídos nas seguintes notas:

- ▶ **Nota 3 (g)** – imparidade de instrumentos financeiros;
- ▶ **Nota 3 (f)** – Mensuração do justo valor;
- ▶ **Nota 3 (r) (ii)** – Reconhecimento de imposto diferido;

2. Alteração de políticas contabilísticas

Durante o exercício económico de 2022, o Banco alterou o modelo de negócio relativo aos títulos representados por obrigações e acções, tendo o objectivo principal passando a ser o de colectar fluxos de caixas contratuais até à sua maturidade para:

- ▶ Obrigações – modelo de negócio passou a ter como objectivo principal colectar fluxos de caixas contratuais e realizar a sua venda;
- ▶ Acções – modelo de negócio passando a ter como objectivo principal serem detidos para venda.

3. Sumário das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras têm sido consistentes ao longo dos exercícios, sendo descritas como se segue:

a) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com base na taxa de câmbio à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data do relato.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2022	2021
Dólar Norte-Americano	63,87	74,90
Euro	68,18	92,04
Rand Sul africano	3,77	4,04

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros, imparidades e pagamentos efectivos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano. Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

b) Activos e Passivos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco toma uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não registado ao Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos, dos custos de transacção que são directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

O justo valor de um instrumento financeiro é geralmente o preço da transacção.

ii) Classificação

Activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como: custo amortizado, justo valor através de outro rendimento integral ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer simultaneamente as condições seguintes e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é manter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral somente se satisfizer ambas as condições a seguir e não for designado pelo justo valor através de lucros ou prejuízos:

- o activo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é alcançado tanto pela recolha de fluxos de caixa contratuais como pela venda de activos financeiros; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são SPPI.

No reconhecimento inicial de um investimento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no justo valor em Outro Rendimento Integral. Esta decisão é feita numa base de investimento por investimento.

Todos os outros activos financeiros que não se enquadrem nas classificações anteriores são mensurados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que, de outra forma,

satisfaça os requisitos a serem mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de lucros ou prejuízos se isso elimina ou reduz significativamente uma incompatibilidade contabilística que de outra forma surgiria.

iii) Modelo de avaliação empresarial

O Banco faz uma avaliação do objectivo de um modelo de negócios no qual um activo é mantido na carteira, considerando que reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações que são fornecidas à gestão.

A informação considerada inclui:

- ▶ as políticas e objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da gestão se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil específico de taxa de juro, combinando a duração dos activos financeiros com a duração dos passivos que estão a financiar esses activos ou a realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- ▶ como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à gestão do Banco;
- ▶ os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e a sua estratégia de como esses riscos são geridos;
- ▶ como os gestores dos negócios são compensados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- ▶ a frequência, o volume e a época das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e suas expectativas sobre a actividade de vendas futuras. No entanto, as informações sobre a actividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objectivo declarado do Banco para gerir os activos financeiros é alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

As actividades da banca de Retalho e de Corporate do Banco incluem principalmente empréstimos a clientes que são detidos para cobrança de cash-flows contratuais. Na banca de Retalho os empréstimos compreendem os destinados à habitação, descobertos, ao consumo sem hipoteca e facilidades de cartão de crédito. As vendas de empréstimos destas carteiras são inexistentes.

Os títulos de dívida são mantidos pelo Banco numa carteira separada para rendimentos de cash-flow ao longo da maturidade dos mesmos. O Banco considera que esses títulos são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objectivo é:

- colectar os fluxos de caixa contratuais até à maturidade – enquadram-se nesta classificação os Bilhetes de Tesouro;
- colectar os fluxos de caixa contratuais e de vender – enquadram-se nesta classificação as Obrigações de Tesouro;
- colectar os fluxos de caixa contratuais através de venda – enquadram-se nesta classificação as acções detidas pelo Banco junto a terceiro;

Activos financeiros que são mantidos ou geridos para negociação e cujo desempenho é avaliado com base no justo valor são mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, considerando que não são mantidos para recolher fluxos de caixa contratuais.

iv) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros

Para fins desta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juros” são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do capital em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI (Solely payments of principal and interest), o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o activo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não satisfaça a essa condição. Ao fazer a avaliação, o Banco considera:

- ▶ eventos contingentes que mudariam o valor e a época dos fluxos de caixa;
- ▶ outros recursos;
- ▶ pré-pagamento e condições de extensão;
- ▶ termos que limitam a reivindicação do Banco a fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, empréstimos sem recurso); e
- ▶ recursos que modificam a consideração do valor do dinheiro no tempo (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

O Banco detém uma carteira de empréstimos a taxa variável para os quais tem a opção de propor a revisão da taxa de juro em datas de redefinição periódicas. Estes direitos de reposição estão limitados à taxa de mercado no momento da revisão.

O Banco determinou que os fluxos de caixa contratuais destes empréstimos são SPPI (Solely payments of principal and interest), porque a opção pode fazer variar a taxa de juro considerando que a mesma é uma forma de remuneração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, outros riscos básicos de empréstimos e custos associados ao montante do capital pendente.

c) Reclassificações

Após o reconhecimento inicial os activos financeiros não são reclassificados, excepto no período após o Banco ter alterado o modelo de negócios para gestão de activos financeiros.

d) Desreconhecimento

i) Activos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais associados aos fluxos de caixa do activo financeiro expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não detém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada para a parte do activo desreconhecido) e a soma (i) da contraprestação recebida (incluindo qualquer novo activo obtido menos qualquer novo passivo assumido) e (ii) qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido nos Lucros ou Prejuízos.

Qualquer ganho/perda cumulativo reconhecido em Outro Rendimento Integral em relação a títulos de investimento de capital designados pelo justo valor através de Outro Rendimento Integral não é reconhecido nos lucros ou prejuízos no desreconhecimento desses títulos. Qualquer participação em activos financeiros transferidos que se qualifiquem para desreconhecimento criado ou retido pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos ou de uma parte deles. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Exemplos de tais transacções são empréstimo de títulos e transacções de venda e recompra.

Quando os activos são vendidos a um terceiro com uma taxa de retorno total concorrente nos activos transferidos, a transacção é contabilizada como uma transacção de financiamento garantido semelhante a transacções de venda e recompra, considerando que o Banco retém todos ou substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade de tais activos.

Em transacções em que o Banco não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro e retém o controlo sobre o activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão ao qual está exposto a alterações no valor do activo transferido.

Um activo ou passivo é reconhecido para o contrato de serviço se a taxa de serviço for mais do que adequada (activo) ou for menos que adequada (passivo) para a execução do serviço.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas, ou quando expiram.

e) Modificações de activos e passivos financeiros

i) Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado são substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original são considerados vencidos. Nesse caso, o activo financeiro original é desreconhecido e um novo activo financeiro é reconhecido pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção elegíveis.

Quaisquer honorários pagos como parte da modificação são contabilizados como se segue:

- ▶ custos que são considerados na determinação do justo valor do novo activo e os custos que representam o reembolso de custos de transacção elegíveis são incluídos na mensuração inicial do activo; e
- ▶ outros custos são incluídos nos lucros ou prejuízos como parte do ganho ou perda no desreconhecimento.

Se os fluxos de caixa forem modificados quando o mutuário estiver com dificuldades financeiras, o objectivo da modificação é geralmente maximizar a recuperação dos termos contratuais originais em vez de originar um novo activo com termos substancialmente diferentes. Se o Banco pretender modificar um activo financeiro de uma maneira que resultaria em perdão dos fluxos de caixa, o Banco considera inicialmente se uma parte do activo deve ser abatido antes que a modificação ocorra (vide abaixo a política de abatimentos). Esta abordagem afecta o resultado da avaliação quantitativa e significa que os critérios de desreconhecimento não são geralmente satisfeitos nesses casos.

Se a modificação de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou Justo Valor através de Outro Rendimento Integral não resultar no desreconhecimento do activo financeiro, então o Banco recalcula inicialmente a quantia escriturada bruta do activo financeiro utilizando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante como ganho ou perda de modificação nos lucros ou prejuízos. Para activos financeiros de taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda de modificação é ajustada para reflectir os termos actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas e taxas recebidas como parte da modificação ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e são amortizados pelo prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Se tal modificação é efectuada devido a dificuldades financeiras do mutuário, o ganho ou custo é apresentado em conjunto com os custos de imparidade. Noutros casos, é apresentado como proveitos dos juros calculados através do uso do método da taxa de juro efectiva.

ii) Passivos financeiros

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida nos lucros ou prejuízos. A retribuição paga inclui activos não financeiros transferidos, se houver, e assunção de passivos, incluindo o novo passivo financeiro modificado.

Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como desreconhecimento, então o custo amortizado do passivo é recalculado pelo desconto dos fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e o ganho ou a perda resultante é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Para os passivos financeiros com taxa flutuante, a taxa de juro efectiva original usada para calcular o ganho ou a perda da modificação é ajustada para reflectir as condições actuais de mercado no momento da modificação. Quaisquer custos e taxas incorridas são reconhecidas como um ajustamento na quantia escriturada do passivo e amortizado durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado pelo novo cálculo da taxa de juro efectiva sobre o instrumento.

iii) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, o Banco tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os rendimentos e custos são apresentados líquidos apenas quando as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) o permitirem, ou para rendimentos e custos provenientes de transacções similares do Banco na sua actividade operacional.

f) Mensuração do justo valor

“Justo Valor” é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para liquidar um passivo numa transacção ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração do principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tem acesso nessa data. O justo valor de um passivo reflecte o seu risco de não desempenho.

Quando um activo está disponível, o Banco mensura o justo valor de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado “activo” se as transacções para o activo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Se não houver preço cotado num mercado activo, o Banco usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os factores que os participantes do mercado levariam em consideração ao estabelecer o preço de uma transacção.

A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transacção, ou seja, o justo valor da contrapartida dada ou recebida. Se o Banco determinar que o justo valor no reconhecimento inicial difere do preço da transacção e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado num mercado activo para um activo ou passivo idêntico, nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer “inputs” não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor, ajustado para diferir a diferença entre o justo valor no reconhecimento inicial e o preço da transacção. Subsequentemente, essa diferença é reconhecida nos lucros ou prejuízos numa base adequada ao longo da vida do instrumento, mas não depois de a avaliação ser totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transacção ser encerrada.

Se um activo ou um passivo mensurado pelo justo valor tiver um preço de oferta e um preço de venda, então o Banco mensura os activos e posições longas a um preço de oferta e passivos e posições curtas a um preço de venda.

As carteiras de activos financeiros e passivos financeiros que estão expostas ao risco de mercado e ao risco de crédito que são geridos pelo Banco com base na exposição líquida ao risco de mercado ou de crédito, são medidas com base num preço que seria recebido para vender uma posição comprada líquida (ou paga para transferir uma posição líquida vendida) para a exposição de risco particular. Ajustamentos no portfólio - por exemplo ajustamento de ofertas ou ajustamentos de risco de crédito que reflectem a mensuração com base na exposição líquida - são alocados aos activos e passivos individuais com base no ajustamento de risco relativo de cada um dos instrumentos individuais na carteira.

O justo valor de um passivo financeiro com um recurso de demanda (por exemplo, um depósito à ordem) não é menor do que o valor pagável à ordem, descontado da primeira data em que o valor poderia ser exigido.

O Banco reconhece as transferências entre os níveis da hierarquia do justo valor no final do período de relato durante o qual a mudança ocorreu.

g) Imparidade de instrumentos financeiros

O Banco reconhece as provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperada nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados pelo Justo Valor através de Lucros ou Prejuízos:

- ▶ Activos financeiros que são instrumentos de dívida;
- ▶ Locações a receber;
- ▶ Contratos de garantia financeira emitidos; e
- ▶ Compromissos de empréstimos emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas num montante igual à perda esperada de crédito ao longo da vida, para o qual elas são mensuradas como perda esperada de crédito de 12 meses, da seguinte forma:

- ▶ garantias de investimento da dívida que são determinadas como tendo um risco de crédito baixo à data de relato; e
- ▶ outros instrumentos financeiros (excepto locações a receber) sobre os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

As provisões para perdas em locações a receber são sempre mensuradas num valor igual à perda de crédito esperada ao longo da vida da locação.

O Banco considera que um título de investimento de dívida apresenta um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente compreendida de “grau de investimento”. O Banco não aplica a injeção de risco de crédito baixo a quaisquer outros instrumentos financeiros.

A Perda de Crédito Esperada em 12 meses é a parte da Perda de Crédito Esperada que resulta de eventos de incumprimento num instrumento financeiro que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de relato. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma Perda de Crédito Esperada de 12 meses são designados por “Instrumentos financeiros da Fase 1”. Os instrumentos financeiros alocados à Fase 1 não sofreram aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial e não estão em imparidade.

A Perda de Crédito Esperada de tempo de vida útil é a Perda de Crédito Esperada que resulta de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros para os quais é reconhecida uma perda de crédito esperada ao longo da vida útil, mas que não tenham imparidade de crédito, são designados por “Instrumentos financeiros da Fase 2”. Os instrumentos financeiros alocados na Fase 2 são aqueles que sofreram um aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas estão em imparidade.

Os instrumentos financeiros para os quais a Perda de Crédito Esperado de tempo de vida útil é reconhecida e que estão em imparidade são designados “Instrumentos financeiros de Fase 3”.

i) Mensuração da Perda de Crédito Esperada

A Perda de Crédito Esperada é uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito as quais são mensuradas da seguinte forma:

- ▶ Activos financeiros que não apresentem imparidade de crédito na data de relato: como o valor actual de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- ▶ Activos financeiros com imparidade de crédito na data de relato: como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- ▶ Compromissos de empréstimo não realizados: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Banco se o compromisso for levantado e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e
- ▶ Contratos de garantia financeira: os pagamentos esperados para reembolsar ao detentor menos os valores que o Banco espera recuperar.

Para o desconto de fluxos de caixa futuros, são utilizadas as seguintes taxas:

- ▶ Outros activos financeiros que não resultem ou que não tenham origem na imparidade de crédito, activos financeiros e recebíveis de arrendamento mercantil: a taxa de juro efectiva original ou uma taxa aproximada;
- ▶ Compromissos de empréstimo não utilizados: a taxa de juro efectiva, ou uma aproximação dela, que seria aplicada ao activo financeiro resultante do compromisso de empréstimo;
- ▶ Contratos de garantia financeira emitidos: a taxa que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos aos fluxos de caixa; e
- ▶ Activos (Imparidades de Crédito): taxa de juro efectiva ajustada para o crédito.

ii) Activos financeiros reestruturados

Se os termos de um activo financeiro forem renegociados ou modificados ou um activo financeiro existente for substituído por um novo devido a dificuldades financeiras do mutuário, então é feita uma avaliação se o activo financeiro deve ser desreconhecido e a Perda de Crédito Esperada é mensurada da seguinte forma:

- ▶ Se a reestruturação esperada não resultar no desreconhecimento do activo existente, então os fluxos de caixa esperados decorrentes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa do activo existente.
- ▶ Se a reestruturação esperada resultar no desreconhecimento do activo existente, então o justo valor esperado do novo activo é reconhecido como o fluxo de caixa final do activo financeiro existente no momento do seu desreconhecimento. Este valor é incluído no cálculo das insuficiências de caixa do activo financeiro existente que são descontadas desde a data prevista de desreconhecimento até à data de relato, usando a taxa de juro efectiva original do activo financeiro existente.

iii) Activos financeiros em imparidade

Em cada data de relato, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado, os activos financeiros de dívida escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral, e os créditos de locação financeira estão em imparidade de crédito (referidos como “Activos financeiros de Fase 3”).

Um activo financeiro está “em imparidade de crédito” quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrem.

A evidência de que um activo financeiro está em imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- ▶ dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- ▶ uma violação de contrato, como um evento de incumprimento ou vencido;
- ▶ a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento em termos que o Banco não consideraria de outra forma;
- ▶ é provável que o mutuário declare falência ou solicite uma reorganização financeira; ou
- ▶ o desaparecimento de um mercado activo de um valor mobiliário devido a dificuldades financeiras.

Um empréstimo renegociado resultante da deterioração da condição do mutuário é normalmente considerado em imparidade, a menos que haja evidências de que o risco de não receber fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não existam outros indicadores de imparidade. Além disso, um empréstimo vencido há 90 dias ou mais é considerado em imparidade de crédito, mesmo quando a definição regulamentar de incumprimento é diferente.

Ao avaliar se um investimento em dívida soberana está em imparidade, o Banco considera os seguintes factores:

- ▶ A avaliação do risco de mercado, conforme reflectido no rendimento dos títulos.
- ▶ As avaliações das classificações das agências respeitantes à idoneidade creditícia.
- ▶ A capacidade do país em aceder aos mercados de capitais para novas emissões de dívida.
- ▶ A probabilidade da dívida ser reestruturada, resultando em prejuízos aos detentores por meio do perdão voluntário ou obrigatório da dívida.
- ▶ Os mecanismos de apoio internacional em vigor para fornecer o apoio necessário como “credor de última instância” a esse país, bem como a intenção, reflectida em declarações públicas, de governos e agências de usar esses mecanismos. Isso incluiu uma avaliação da profundidade desses mecanismos e, independentemente da intenção política, se havia capacidade para cumprir os critérios exigidos.

iv) Apresentação da provisão para Perda de Crédito Esperada na Demonstração da Posição Financeira

As provisões respeitantes à Perda de Crédito Esperado são apresentadas na demonstração da posição financeira como se segue:

- ▶ Activos financeiros mensurados pelo custo amortizado: como uma dedução da quantia escriturada bruta dos activos;
- ▶ Compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: em geral, como provisão;
- ▶ Quando um instrumento financeiro inclui uma fracção desembolsada e não desembolsada de capital, o Banco não pode identificar a Perda de Crédito Esperada no componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles da fracção desembolsada: o Banco apresenta uma provisão de perda combinada para ambos os componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução da quantia escriturada da fracção desembolsada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da fracção desembolsada é apresentado como provisão; e
- ▶ Instrumentos de dívida mensurados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira considerando que a quantia escriturada desses activos é o seu justo valor. A provisão para perdas é divulgada e reconhecida na reserva de justo valor.

v) Desreconhecimento

Empréstimos e títulos de dívida são desreconhecidos (parcial ou integralmente) quando não há expectativa razoável de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade ou parte do mesmo. Esse é geralmente o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos ao abate. Essa avaliação é realizada ao nível do activo individual.

As recuperações de valores anteriormente abatidos são incluídas em "perdas por redução ao valor recuperável em instrumentos financeiros" na demonstração de resultados e outro rendimento integral.

Os activos financeiros que são abatidos estão sujeitos a actividades de fiscalização para cumprir os procedimentos do Banco para fins de recuperação de valores devidos.

vi) Contratos de garantia financeira

O Banco avalia se um contrato de garantia financeira detido é um elemento integrante de um activo financeiro que é contabilizado como um componente desse instrumento ou é um contrato contabilizado separadamente. Os factores que o Banco considera ao fazer essa avaliação incluem:

- ▶ a garantia é implicitamente parte dos termos contratuais do instrumento de dívida;
- ▶ garantia é exigida pelas leis e regulamentos que regem o contrato do instrumento de dívida;
- ▶ a garantia é celebrada ao mesmo tempo e na contemplação do instrumento de dívida; e
- ▶ a garantia é concedida pela empresa-mãe do mutuário ou outra empresa ao nível do grupo do mutuário.

Se a garantia é um elemento integrante do activo financeiro, então qualquer prémio a pagar relacionado com o reconhecimento inicial do activo financeiro é reconhecido como um custo de transacção para adquiri-lo. O Banco considera o efeito da garantia ao mensurar o justo valor do instrumento de dívida e ao mensurar a Perda de Crédito Esperada.

Se o Banco determinar que a garantia não é um elemento integrante do instrumento de dívida, então reconhece um activo representando qualquer pré-pagamento de prémio de garantia e um direito a compensação por perdas de crédito. Um activo de prémio pré-pago é reconhecido somente se a exposição garantida não estiver com perda de crédito nem tiver sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando a garantia foi adquirida. Esses activos são reconhecidos em "outros activos". O Banco apresenta ganhos ou perdas sobre um direito de compensação nos lucros ou prejuízos no item "perdas por imparidade em instrumentos financeiros".

h) Reconhecimento de réditos e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento do rédito obedece aos seguintes critérios por rubrica.

i) Juros

Taxa de juro efectiva

As receitas e despesas de juros são reconhecidas nos lucros ou prejuízos através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- ▶ a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- ▶ o custo amortizado do passivo financeiro.

Ao calcular a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos adquiridos ou originários com perda de crédito, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não a Perda de Crédito Esperada. Para activos financeiros com perda de crédito adquirida ou originada, uma taxa de juro efectiva ajustada ao crédito é calculada usando fluxos de caixa futuros estimados incluindo a Perda de Crédito Esperada.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui custos de transacção e taxas e pontos pagos ou recebidos que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

j) Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O 'custo amortizado' de um activo financeiro ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do capital, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre aquele valor inicial e o valor à maturidade e, para os activos financeiros, ajustados de qualquer provisão para Perda de Crédito Esperada.

A quantia escriturada bruta de um activo financeiro é o custo amortizado de um activo financeiro antes do ajustamento de qualquer provisão de Perda de Crédito Esperada.

k) Cálculo da receita e despesa de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo financeiro ou passivo financeiro. No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não se encontra em imparidade) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista como resultado da nova estimativa periódica dos fluxos de caixa dos instrumentos de taxa flutuante para reflectir os movimentos nas taxas de juro do mercado.

No entanto, para activos financeiros em imparidade após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo do rendimento de juros reverte para a base bruta.

Para activos financeiros em imparidade no reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo da receita de juros não reverte para a base bruta mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

l) Apresentação

A receita de juros calculada usando o método da taxa de juro efectiva apresentado na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui:

- ▶ juros sobre activos financeiros e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;
- ▶ juros sobre instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Outras receitas de juros apresentadas na demonstração de resultados e outro rendimento integral incluem receitas de juros sobre locações financeiras.

A despesa de juros apresentada na demonstração de resultados e outro rendimento integral inclui passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e juros em passivos de locação.

As receitas e despesas de juros em outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos são apresentadas na rubrica de receitas líquidas de outros instrumentos financeiros ao justo valor através de proveitos e prejuízos.

m) Comissões

- ▶ **Rendimentos provenientes de serviços e comissões**
O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através de uma diversificada rede de serviços que presta aos seus Clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:

- ▶ **Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo**
São obtidas à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período em que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

- ▶ **Comissões cobradas pela prestação de serviços**

A receita de honorários e comissões de contratos com Clientes é mensurada com base na remuneração especificada num contrato com um cliente. O Banco reconhece o rédito quando o serviço é prestado.

Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.

▶ Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações de conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, o Banco procede ainda ao reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor.

n) NIRF 16 - Locações

No início de uma locação, o Banco avalia se o contrato é ou contém um arrendamento partindo da definição estabelecida na norma IFRS 16 que diz "um contrato constitui ou contém uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição". Esta política é aplicada aos contratos celebrados (ou actualizados) em ou após 1 de Janeiro de 2019.

O Banco está a aplicar a emenda da IFRS 16 relacionada com o tratamento dado às locações em momento de pandemia do Covid 19, o qual teve aplicação efectiva a 01 de Janeiro de 2021.

i) Banco na perspectiva de Locatário

No início ou na actualização de um contrato que contém a componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base no seu preço autónomo relativo. No entanto, para locações de agências e escritórios, o Banco optou por não separar as componentes não locativas e contabilizar as componentes locativas e não locativas como um único componente de locação.

O Banco reconhece um activo sob direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início da locação. O activo sob direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efectuados antes da data de início, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmontar e remover quaisquer melhorias feitas nas filiais ou nas instalações do escritório.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até ao final do prazo da locação. Adicionalmente, o activo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas sobre o valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de locação que ainda não foram efectuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita de locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental do Banco. Geralmente, o Banco utiliza a taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

O Banco determina a taxa incremental de empréstimos através da análise de empréstimos de várias fontes externas e faz alguns ajustes para reflectir os termos do arrendamento e o tipo de activo arrendado.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem os seguintes:

- ▶ Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos in-substance;
- ▶ Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- ▶ Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- ▶ Montantes que se espera pagar sob uma garantia de valor residual; e
- ▶ Preço do exercício de uma opção de compra que o Banco preveja exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tem a certeza razoável de exercer uma opção de extensão, e penalizações por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efectivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrentes de uma mudança no índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco sobre o montante que se espera que seja pago sob garantia do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre se irá efectuar uma compra, extensão ou rescisão da compra, ou se houver uma revisão do pagamento de locação fixa in-substance.

Quando o passivo de locação é remensurado dessa forma, um ajuste correspondente é feito ao valor contabilístico do activo de direito de uso ou é registado nos lucros ou prejuízos se o valor contabilístico do activo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Banco apresenta na demonstração da posição financeira os activos sob direito de uso em 'activos tangíveis' e passivos de arrendamento em 'outros passivos' na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer activos sob direito de uso e passivos de locação financeira para locações de activos de baixo valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamentos de tecnologia de comunicação e informação. O Banco reconhece os pagamentos de locação associados a essas locações como uma despesa de forma linear durante o período da locação.

ii) Banco na perspectiva de Locador

No início ou na reavaliação de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco aloca a contraprestação do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços de venda autónomos relativos.

Quando o Banco actua como locador, determina, no início da locação, se é uma locação financeira ou operacional. Para classificar cada locação, o Banco avalia se todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo subjacente são ou não substancialmente transferidos para o Moza Banco. Se for esse o caso, então a locação é uma locação financeira; caso contrário, essa locação é tratada como locação operacional. Como parte dessa avaliação, o Banco considera determinados indicadores, como se a locação é destinada à maior parte da vida económica do activo.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, a contar da data da aquisição, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração do justo valor e são utilizados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo, sendo que estes são mensurados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

p) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupos para alienação) são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor na posição financeira seja essencialmente recuperado através da sua venda e que a mesma seja considerada altamente provável. Para que um activo (ou grupo de alienação) seja classificado nesta rubrica é necessário que cumpra os seguintes requisitos:

- 1 A probabilidade de venda seja elevada;
- 2 O activo esteja disponível para venda no seu estado actual; e
- 3 Existir expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nessa rubrica. Contudo, os acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período para concluir a venda para além de um ano.

Os activos registados nessa rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o seu justo valor, deduzidos do custo a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações efectuadas por entidades especializadas.

A Administração compromete-se a desenvolver todos os esforços tendentes a que a sua alienação se verifique no período máximo de um ano após a sua classificação nesta categoria.

Para materialização dos objectivos de expansão da rede de distribuição dos serviços do Banco, através da abertura de um balcão, no ano de 2022 o Banco deliberou efectuar a com alteração do plano de vender 2 (dois) imóveis localizados no condomínio Platinum com a denominação de Loja A e B, no valor global de 152.033 milhares de meticais, transferindo os mesmos para a rubrica de activos tangíveis em curso.

q) Activos tangíveis

• Propriedades e equipamentos

As propriedades e equipamentos são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos de manutenção, reparação e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidas em lucros ou prejuízos no período em que foram incorridos. O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento relacionado é capitalizado como parte desse equipamento.

Se as partes significativas de um item do imobilizado têm vida útil diferente, então elas são contabilizadas como itens separados (componentes principais) do activo. Qualquer ganho ou perda na alienação de um item de propriedade e equipamento é reconhecido em outros ganhos operacionais na Demonstração de Resultados.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos tangíveis apenas se for provável que os benefícios económicos futuros associados aos gastos fluirão para o Banco.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como a vida útil dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de relato. As vidas úteis estimadas para os activos tangíveis são as seguintes:

	Anos	O Banco efectua regularmente a análise da adequabilidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil estimada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.
Imóveis	25	
Edifícios arrendados	10	
Equipamentos	10	
Activo de direito de uso	10	
Outros	4-5	

• Propriedades de investimentos

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo custo e depreciadas de forma linear e a vida útil estimada para os activos classificados como propriedades de investimento é de 25 anos. Qualquer ganho ou perda na alienação de propriedades de investimento (calculado como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do item) é reconhecido em lucro ou prejuízo.

Quando o uso de uma propriedade muda de modo a que seja reclassificada como activo tangível, o valor líquido do activo na data de reclassificação torna-se o seu custo para contabilização subsequente.

r) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis que incluem os valores de software (licenças) adquiridos pelo Banco são registados ao custo amortizado menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

Os custos com software desenvolvido internamente são reconhecidos como activo quando o Banco consegue demonstrar que o produto é técnica e comercialmente viável, a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e podem fiavelmente mensurados os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos as amortizações acumuladas e menos as perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

s) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte relativa à combinação de negócio ou a itens reconhecidos directamente nos capitais próprios ou a outros resultados.

O Banco determina os juros e penalizações decorrentes do apuramento de imposto e quaisquer diferenças apuradas, incluindo tratamento fiscais incertos que não se enquadrem na definição de imposto sobre o rendimento, são contabilizados de acordo com a IAS 37.

i) Impostos correntes

O imposto corrente compreende o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do ano e quaisquer ajustamentos ao imposto a pagar ou a receber de anos anteriores.

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar das autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de relato.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os activos e passivos de impostos correntes podem ser compensados se determinadas condições forem satisfeitas.

ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, à data da posição financeira, entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis sejam suficientes para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de relato e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período em que seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data de relato.

Os activos ou passivos por impostos diferidos poderão ser compensados caso determinadas condições sejam satisfeitas.

t) Benefícios aos empregados

i) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, remunerações variáveis, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

ii) Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

u) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado de forma fiável. As provisões são mensuradas com base no valor presente dos custos que se espera que venham a incorrer para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual.

v) Depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados

Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são as fontes de financiamento por dívida do Banco.

Quando o Banco vende um activo financeiro e simultaneamente celebra um acordo de recompra do mesmo (ou um activo semelhante) a um preço fixo numa data futura (acordo de venda e recompra) a contraprestação recebida é contabilizada como um depósito e o activo subjacente continua reconhecido nas demonstrações financeiras do Banco.

O Banco classifica os instrumentos de capital como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a substância dos termos contratuais dos instrumentos. Os depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são mensurados inicialmente pelo justo valor menos os custos directos de transacção incremental. Posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva de juros, excepto quando o Banco designa passivos ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL).

Quando o Banco designa um passivo financeiro ao justo valor através de lucros ou prejuízos (FVTPL), o montante da variação no justo valor do passivo que é atribuível às alterações no seu risco de crédito é apresentado em outro rendimento integral (OCI) como uma reserva de crédito do passivo.

No reconhecimento inicial do passivo financeiro, o Banco avalia se a apresentação do montante da variação do justo valor do passivo que é atribuível ao risco de crédito em outro rendimento integral (OCI) criaria ou ampliaria um desajuste contabilístico nos lucros ou prejuízos. Essa avaliação é feita usando uma análise de regressão para comparar:

- ▶ as mudanças esperadas no justo valor do passivo relacionadas com as mudanças no risco de crédito; com
- ▶ o impacto no resultado das mudanças esperadas no justo valor de instrumentos cujas características estão relacionadas economicamente às características do passivo

Os valores apresentados na reserva de crédito do passivo não são posteriormente transferidos para resultados. Quando esses instrumentos são desreconhecidos, o valor acumulado registado na reserva de crédito do passivo é transferido para lucros acumulados.

w) Garantias financeiras e compromissos de empréstimos

As "Garantias financeiras" são contratos que exigem que o Banco efectue pagamentos específicos para reembolsar o titular por perda em que incorra devido ao facto de um devedor específico não efectuar o pagamento quando este é exigido de acordo com os termos do instrumento de dívida. Os "compromissos de empréstimo" são compromissos firmes de concessão de crédito com termos e condições pré-estabelecidas.

As garantias financeiras emitidas ou os compromissos de concessão de empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensuradas inicialmente pelo justo valor. Posteriormente, são mensurados pela provisão da perda mais elevada determinada de acordo com a NIRF 9 e o valor inicialmente reconhecido menos, o valor acumulado do resultado reconhecido de acordo com os princípios da NIRF 15.

Os passivos decorrentes de garantias financeiras e compromissos de empréstimos são incluídos nas provisões.

x) Capital social e reservas

i. Outros instrumentos do capital próprio

O Banco classifica instrumentos emitidos como passivos financeiros ou instrumentos de capital próprio, de acordo com a natureza dos termos contratuais dos instrumentos.

ii. Custos de emissão de acções

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de um instrumento de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

4. Normas contabilísticas emitidas, mas não implementadas

Mais alguns novos normativos tomaram-se efectivos a partir de 01 de Janeiro de 2022, contudo os mesmos não tiveram impacto material nas Demonstrações Financeiras do Banco.

- ▶ Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato - alterações à NIC 37 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ Referência à estrutura conceptual - alterações às IFRS 3 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ Classificação de passivos em corrente e não-correntes - alterações à NIC 1 (data efectiva: 1 de Janeiro de 2022);
- ▶ NIRF 17 - Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- ▶ Alterações à NIRF 17 - Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- ▶ IAS 8 - Alteração da definição de estimativas contabilísticas (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);
- ▶ Divulgação das políticas contabilísticas - alterações à IAS 1 e as divulgações das NIRF's (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023).

5. Gestão do risco, objectivos e políticas

A função de gestão de riscos no Moza Banco encontra-se suportada por um modelo de governação que pretende, simultaneamente, respeitar as melhores práticas na matéria, bem como garantir solidez e eficácia aos processos de Identificação, Medição, Controlo e Acompanhamento dos riscos financeiros e não financeiros a que o Moza Banco se encontra ou possa vir a encontrar-se exposto, nomeadamente:

- | | | |
|------------------------------------|--------------------------------|--|
| a. Risco de Crédito; | e. Risco Operacional; | i. Risco de Tecnologias de Informação (TI); |
| b. Risco de Liquidez; | f. Risco Estratégico; | j. Risco de Concentração. |
| c. Risco de Taxa de Juro; | g. Risco Reputacional; | |
| d. Risco de Taxa de Câmbio; | h. Risco de Compliance; | |

A gestão dos riscos é efectuada de forma transversal e coordenada por uma estrutura dedicada, a Direcção de Gestão de Risco, que responde a um membro da Comissão Executiva do Moza Banco.

O Moza Banco considera, no âmbito da gestão de riscos, o quadro regulamentar aplicável emitido pelo Banco de Moçambique (Entidade Supervisora do Sistema Bancário Moçambicano), bem como as melhores práticas bancárias (European Bank Authority ou Banco de Portugal), bem como as normas de risco globalmente aceites, tais como o Quadro Integrado de Gestão Corporativa de Risco COSO e os Princípios de Gestão de Risco ISO 31000, como referencial técnico e metodológico, para a Política de Gestão de Risco do Banco.

Quadro conceptual de gestão de riscos do Moza Banco

O quadro conceptual de gestão de riscos implementado no Moza Banco compreende o âmbito dos riscos, os processos, os sistemas e procedimentos para gerir tais riscos, bem como as atribuições e responsabilidades dos diferentes órgãos do Banco envolvidos na sua gestão. O Moza Banco considera que o seu quadro conceptual de gestão de riscos se ajusta à sua dimensão e complexidade e é abrangente o suficiente para captar todos os riscos aos quais se encontra exposto e tem a flexibilidade necessária para acomodar qualquer alteração no sentido de melhoria das actividades do Banco.

É neste contexto que o Conselho de Administração do Moza Banco detém a responsabilidade pelo nível de riscos assumidos pelo Banco, aprova as estratégias globais de negócio e as políticas de tomada e gestão de risco do Banco, fornecendo uma orientação clara relativamente aos níveis de exposição ao risco, através da Declaração de Appetite de Risco do Banco (RAS - Risk Appetite Statement). Adicionalmente, as políticas e procedimentos de gestão de riscos, bem como os limites de controlo do nível de exposição do Banco aos riscos inerentes à sua actividade, são concebidos por forma a serem consistentes com a complexidade e a dimensão de negócio, objectivos, metas e a robustez financeira do Banco.

O Banco efectua, anualmente, a revisão e actualização das políticas de gestão de risco, por forma a reflectir as alterações ocorridas ao nível dos mercados, produtos e as melhores práticas do sector em que se encontra inserido.

Modelo de Governo da gestão de risco do Moza Banco

No âmbito do controlo e gestão dos riscos, o Banco adoptou um modelo de Governança que estabelece os equilíbrios necessários para que o Conselho de Administração exerça a fiscalização de forma eficaz, através do acompanhamento dos níveis globais de risco. Além disso, a estrutura se conforma com a nova lei das instituições de crédito e sociedades

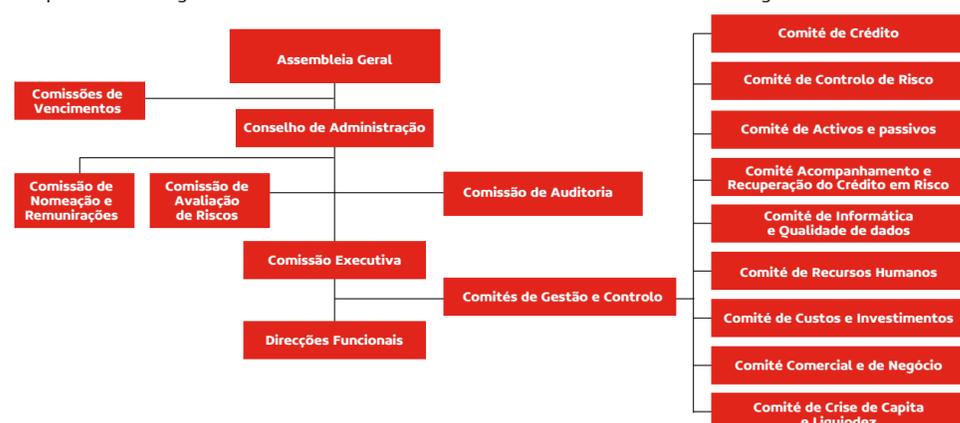
financeiras (Lei 20/20 de 31 de Dezembro), em matérias de governação, especificamente no que se refere aos comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Moza Banco. O processo de acompanhamento assegura ao Conselho de Administração, que os níveis de risco do Banco são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Banco.

No âmbito do controlo e gestão dos riscos, o Banco adoptou um Modelo de Governance que estabelece os equilíbrios necessários para que o Conselho de Administração exerça a fiscalização de forma eficaz, através do acompanhamento dos níveis globais de risco. Adicionalmente o modelo de governo adoptado pelo Moza Banco encontra-se em linha com o estipulado na Lei das Instituições de crédito e sociedades financeiras (Lei 20/20 de 31 de Dezembro), em matérias de governação, especificamente no que se refere aos Comités obrigatórios, tendo em conta a dimensão do Banco.

Com efeito, o Banco implementou em 2022 um Modelo de Governance de Gestão de Risco, que incorpora dois conceitos: (i) o conceito de Comissões para os órgãos que emanam da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e (ii) o conceito de Comités para os órgãos que emanam da Comissão Executiva. O Governance do Banco integra 5 Comissões e 9 Comités, conforme o organograma apresentado abaixo. Este modelo incorpora igualmente 3 linhas de defesa, sendo que a Primeira Linha de Defesa é preenchida pela Rede Comercial, a Direcção de Operações e a Direcção de Sistemas e Tecnologias de Informação, a Segunda Linha pelo Risco e Compliance e a Terceira Linha de Defesa pela Auditoria.

O processo de acompanhamento implementado assegura ao Conselho de Administração, que os níveis de risco do Banco são compatíveis com os objectivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade do Banco.

O organograma abaixo descreve o Modelo de Governo em vigor no Moza Banco, seguido das principais funções/competências dos órgãos relevantes do referido modelo encontra-se descritas no relatório de gestão.



Capital económico

De acordo com a Regulamentação aplicável, o Moza Banco, assegura o processo de ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) através da aplicação de metodologias internas para o apuramento de requisitos de capital, para a cobertura dos riscos de pilar I e II, do Basileia II. O objectivo principal do ICAAP é comparar as necessidades de capital económico com os recursos financeiros disponíveis, aferindo a capacidade do Banco em absorver os riscos a que se encontra exposto, tornando-se igualmente possível identificar actividades e/ou linhas de negócio geradoras de maior valor.

O processo do ICAAP incorpora entre as várias actividades do processo:

- A definição do Modelo de Governo do ICAAP, ajustado à realidade do Moza Banco;
- A definição da Taxonomia de riscos do Moza Banco através da listagem dos riscos inerentes à actividade do Banco;
- A definição da materialidade dos riscos. Sem prejuízo de alterações futuras, abaixo apresentam-se os riscos materialmente relevantes para efeitos do ICAAP (Pilar I - Basel II & Pilar II) e sobre os quais deverão ser quantificados os requisitos de capital para garantir a sua cobertura:



* Acomoda os outros riscos materiais considerados na taxonomia de riscos do Banco e não quantificados com recurso a uma metodologia específica para o cálculo dos respectivos requisitos de capital.

iv. Definição dos cenários base e adverso, este último caracterizado por uma deterioração significativa dos indicadores macroeconómicos (aumento da pressão inflacionária, aumento das taxas directoras do mercado, uma forte desvalorização do Metical, um decréscimo acentuado do PIB, entre outros). O cenário adverso, apesar de ser hipotético é criado com o intuito de avaliar a solidez do Banco e a sua resiliência num ambiente económico desfavorável.

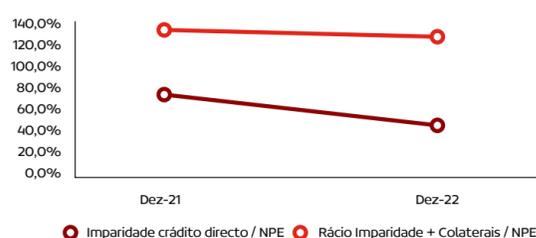
A análise qualitativa da gestão dos riscos do Moza Banco é apresentada como se segue:

5.1. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos na estrutura económico-financeira do Banco, em resultado da incapacidade das contrapartes ou respectivos garantes honrarem com os compromissos de pagamento previamente acordados. O risco está associado a exposições com contrapartes em empréstimos, emittentes de títulos e outros compromissos efectivos ou potenciais que colocam a instituição numa situação de dependência.

Principais indicadores de risco de crédito

No quadro abaixo apresenta-se a evolução anual dos principais indicadores do risco de crédito e de cobertura da exposição do crédito entre Dezembro de 2021 e 2022:



Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos na posição financeira, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar caso a garantia fosse executada. Para os compromissos de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

A tabela abaixo mostra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2022, relativamente ao risco de crédito na posição financeira, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito a Clientes (Empréstimos e adiantamentos a clientes, Garantias Prestadas e Cartas de Crédito) que são, fundamentalmente, hipotecas sobre imóveis, penhores financeiros, garantias prestadas pelo Estado (à ordem e a prazo) e penhores de equipamentos:

	2022	2021
Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	3 469 028	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	480 809	182 543
Aplicações em instituições de crédito	6 591 707	8 344 160
Activos financeiros	9 779 840	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	21 753 564	22 070 821
Outros activos	820 715	740 848
	40 895 739	40 333 447
Exposição ao risco de crédito relativa a elementos extrapatrimoniais		
Garantias	6 017 657	5 580 842
Moeda nacional	4 353 031	3 630 461
Moeda estrangeira	1 664 626	1 950 381
Cartas de crédito	416 039	212 091
	6 433 696	5 792 933
	49 329 435	46 126 380

Qualidade do crédito:

O quadro abaixo, mostra a qualidade da carteira de crédito do Banco sob ponto de vista dos estágios em que se encontram as operações/clientes, tendo em conta as regras adoptadas pelo Banco para a classificação dos mesmos, no âmbito da NIRF9:

2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	3 469 028	-	-	3 469 028
Disponibilidades sobre instituições de crédito	480 809	-	-	480 809
Aplicações em instituições de crédito	6 591 707	-	-	6 591 707
Activos financeiros	9 779 840	-	-	9 779 840
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9 376 597	2 198 260	10 178 783	21 753 640
Outros activos	1 132 133	-	-	1 132 133
	30 830 114	2 198 260	10 178 783	43 207 157

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	2 250 359	-	-	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	182 543	-	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 344 160	-	-	8 344 160
Activos financeiros	6 744 716	-	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13 451 180	4 907 745	3 711 896	22 070 821
Outros activos	856 148	-	-	856 148
	31 829 106	4 907 745	3 711 896	40 448 747

Em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes, a qualidade do crédito do Banco é apresentada conforme se segue:

2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2022
Em cumprimento	9 376 597	-	-	9 376 597
Em incumprimento mas sem imparidade	-	2 198 260	-	2 198 260
Em incumprimento	-	-	10 178 783	10 178 783
	9 376 597	2 198 260	10 178 783	21 753 640

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
Em cumprimento	13 451 179	-	-	13 451 179
Em incumprimento mas sem imparidade	-	4 907 745	-	4 907 745
Em incumprimento	-	-	3 711 897	3 711 897
	13 451 179	4 907 745	3 711 897	22 070 821

O crédito vencido inclui a totalidade da exposição dos clientes com prestações vencidas assim como os valores das prestações vencidas.

Perda esperada de crédito

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades de crédito ao longo do ano:

2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2022
Saldo a 01 Janeiro de 2022	292 439	376 306	1 986 750	2 655 495
Transferência para Stage 1	-	27 268	186 590	213 858
Transferência para Stage 2	(39 876)	-	434 617	394 741
Transferência para Stage 3	(21 264)	(281 095)	-	(302 359)
Reforços	16 010	3 441	724 225	743 676
Novas entradas	150 800	-	-	150 800
Reduções	(277 040)	(20 887)	(74 101)	(372 028)
Write-offs	-	-	(495 361)	(495 361)
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	121 069	105 033	2 762 720	2 988 822

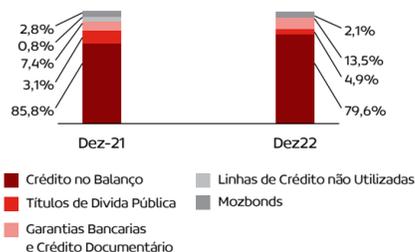
2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
Saldo a 01 Janeiro de 2021	151 761	462 657	3 915 350	4 529 768
Transferência para Stage 1	-	39 506	(611)	38 895
Transferência para Stage 2	11 040	-	(72 504)	(61 464)
Transferência para Stage 3	328	38 746	-	39 074
Reforços	50 292	171 594	5 648 944	5 870 830
Novas entradas	149 758	-	-	149 758
Reduções	(70 740)	(336 197)	(2 970 928)	(3 377 865)
Write-offs	-	-	(4 533 502)	(4 533 502)
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	292 439	376 306	1 986 749	2 655 494

O quadro seguinte apresenta o movimento das imparidades dos compromissos de empréstimos e contratos de garantias financeiras ao longo do ano:

Compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira	2022	2021
Saldo a 01 de Janeiro de 2022	66 744	25 596
Reforço	106 386	70 804
Reversão	(60 954)	(31 049)
Regularização	(10)	1 393
Saldo a 31 de Dezembro de 2022	112 176	66 744

Distribuição das Exposições Sujeitas a imparidade

As exposições de crédito do Moza Banco sujeitas ao cálculo de perdas por imparidade, encontram-se distribuídas como mostra o gráfico abaixo em conformidade com as estratégias internamente aprovadas para o tratamento de cada um dos itens que constituem a carteira de crédito do Banco:



Colaterais e outras garantias de crédito

As garantias ou colaterais visam assegurar que, em caso de não pagamento do crédito pelos mutuários, as instituições de crédito conseguem, ainda assim, obter o reembolso do crédito através da execução ou apropriação do colateral ou garantia, com o intuito de seguidamente transformá-lo em liquidez, por alienação, venda ou outras opções aplicáveis. Na listagem abaixo, encontram-se os tipos de colaterais elegíveis, para a cobertura do risco de crédito:

- ▶ Penhor de Depósitos (DP Colateral e Caução em DO) junto do Banco;
- ▶ Penhor de acções;
- ▶ Garantias prestadas pelo Estado;
- ▶ Garantias prestadas por Outras Instituições de Crédito;
- ▶ Hipotecas sobre Propriedades (habitações, imóveis industriais e/ou comerciais);
- ▶ Hipoteca de Bens Móveis;
- ▶ Penhor de Equipamentos;

A análise da exposição de crédito face aos colaterais e outras garantias de crédito a favor do Banco, consta do quadro seguinte:

	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias líquidas	Exposição líquida
2022							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	3 469 028	-	-	-	-	-	3 469 028
Disponibilidade sobre instituições de crédito	480 809	-	-	-	-	-	480 809
Aplicações em instituições de crédito	6 591 707	-	-	-	-	-	6 591 707
Activos financeiros	9 779 840	-	-	-	-	-	9 779 840
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	8 372 389	72 022	660 000	2 179 465	2 579 436	5 490 923	2 881 466
Pequenas empresas	8 115 196	167 116	153 095	5 922 701	-	6 242 912	1 872 284
Particulares	4 972 838	1 851 315	124	1 040 270	-	2 891 709	2 081 129
Outros	293 217	-	-	-	-	-	293 217
Outros activos	820 715	-	-	-	-	-	820 715
	42 895 739	2 090 453	813 219	9 142 436	2 579 436	14 625 544	28 270 195

	Máxima exposição ao risco de crédito	Depósitos	Cartas de crédito/garantias bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias líquidas	Exposição líquida
2021							
Caixa e disponibilidade em Banco Central	2 250 359	-	-	-	-	-	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	182 543	-	-	-	-	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 344 160	-	-	-	-	-	8 344 160
Activos financeiros	6 744 716	-	-	-	-	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes empresas	8 835 884	38 604	660 000	1 448 753	2 318 006	4 465 363	4 370 521
Pequenas empresas	8 999 141	338 846	221 514	4 048 200	-	4 608 560	4 390 581
Particulares	4 228 505	126 994	124	145 682	-	272 800	3 955 705
Outros	7 291	-	-	-	-	-	7 291
Outros activos	740 848	-	-	-	-	-	740 848
	40 333 447	504 444	881 638	5 642 635	2 318 006	9 346 723	30 986 724

O quadro abaixo apresenta as quantias escrituradas e o valor das garantias identificáveis (principalmente hipotecas de imóveis) a favor do Banco, para a cobertura do risco de crédito inerente à carteira de empréstimos e adiantamentos. Para cada empréstimo, o valor das propriedades objecto de hipoteca é limitado ao valor nominal contra o qual é detido:

	Quantia escriturada	Hipoteca de Imóveis	Caução de DP	Quantia escriturada	Hipoteca de Imóveis	Caução de DP
Estágio 01 e 02	11 800 971	4 071 202	1 971 670	19 027 669	3 715 812	481 299
Estágio 03	12 941 491	5 071 234	118 784	5 698 646	1 926 823	23 146
	24 742 462	9 142 436	2 090 453	24 726 315	5 642 635	504 445

Activos obtidos mediante a tomada de posse de garantias

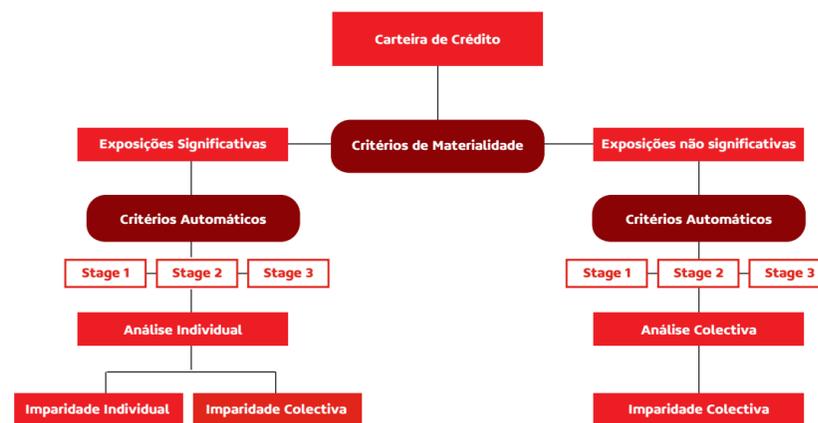
Os detalhes dos activos financeiros e não financeiros obtidos pelo Banco durante o ano através de tomada de posse de colaterais detidos como garantias sobre empréstimos e adiantamentos no final do exercício são apresentados abaixo.

	2022	2021
Imóveis	1 089 837	1 089 837
	1 089 837	1 205 001

Cálculo de imparidade da carteira de crédito

Durante o ano de 2022 o Banco implementou o novo modelo de cálculo de perdas por imparidade, por forma a incluir o processo de análise individual para os clientes significativos do Banco e ainda melhorar a componente de análise colectiva com vista a alinhar o modelo de imparidade do Banco às boas práticas.

O modelo actual de perdas esperadas do Banco, encontra-se sintetizado no seguinte diagrama:



O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos, ou colectivamente, para activos financeiros que não sejam individualmente significativos.

Na Análise Individual de imparidade, a perda esperada é determinada com base na avaliação individual, enquanto que na Análise colectiva de imparidade a perda esperada é determinada tendo em conta os grupos de clientes com características de risco de crédito semelhantes.

O modelo de perdas esperadas, implementado no Banco permite mensurar a ECL não só em função da classificação dos activos por stage, como também da classificação por segmento, cobertura de garantias e materialidade, conforme abaixo indicado:

Stage 1 - todos os activos financeiros em que não se verifica aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial (a não ser que sejam adquiridos ou originados com evidência objectiva de perda);

Stage 2 - todos os activos financeiros que apresentam um aumento significativo de risco de crédito;

Stage 3 - todos os activos financeiros com evidência objectiva de imparidade (default).

Aumento significativo do risco de crédito (stage 2)

Para determinar se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou, significativamente, desde o seu reconhecimento inicial, de acordo com a IFRS9, o Moza Banco avalia a existência de informação disponível quanto à sua actualidade e relevância, para tal considera as informações qualitativas e análises quantitativas, baseadas na experiência histórica do Banco e/ou com recurso a avaliações pontuais.

O objectivo da avaliação regular é identificar a ocorrência de eventos que possam representar um aumento significativo do risco de crédito para as exposições de crédito, através da comparação entre:

- ▶ A probabilidade de incumprimento (PD) durante a vida útil remanescente do activo financeiro, na data do reporte; e
- ▶ A probabilidade de incumprimento durante a vida útil restante do activo financeiro, para o mesmo período estimado no momento do reconhecimento inicial da exposição.

Para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os seguintes critérios:

#	Tipo de Trigger	Trigger	Critérios de Entrada	Critério Quarentena/ Saída
1	Automático	Incumprimento	Cliente com pelo menos uma operação com mais de 30 dias de atraso.	3 meses
2	Automático	Reestruturados por dificuldades financeiras	Cliente com pelo menos uma operação reestruturada por dificuldades financeiras dentro do período de marcação.	12 meses
3	Automático	Análise individual	Clientes de análise individual para os quais a stage que resulte do preenchimento do questionário qualitativo seja a stage 2.	Deixar de verificar o critério de entrada.
4	Manual	Default na CRC	Cliente marcado em default em pelo menos uma entidade do Sistema Financeiro nacional.	3 meses

Evidências objectivas de imparidade (stage 3)

A cada data de relato, o Banco avalia se existe evidência objectiva de que os activos não mantidos ao justo valor através de resultados encontram-se em imparidade.

O conceito de stage 3 está alinhado com a definição de default. Para efeitos do modelo de imparidade considera-se que um cliente está em default quando tem pelo menos um trigger de default activo ou encontra-se dentro do período de quarentena.

Para os triggers de incumprimento, de crédito abatido e de contencioso os clientes entram em quarentena após deixarem de verificar o critério de entrada do trigger e tiverem menos de 30 dias de prestação vencida.

Abaixo encontram-se detalhados os critérios definidos para clientes de stage 3, critérios esses que se enquadram com as melhores práticas definidas pela regulamentação da European Banking Authority (EBA) para a definição de default.

#	Tipo de Trigger	Trigger	Critérios de Entrada	Critério Quarentena/ Saída
1	Automático	Incumprimento	<ul style="list-style-type: none"> • Cliente verifica em simultâneo os seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"> - Pelo menos uma operação com prestação vencida há mais de 90 dias; e - Somatório da prestação vencida superior ao threshold absoluto; e - Somatório da prestação vencida superior ao threshold relativo à exposição em balanço total do cliente. 	12 meses
2	Automático	Crédito abatido	<ul style="list-style-type: none"> • Cliente verifica em simultâneo os seguintes critérios: <ul style="list-style-type: none"> - Clientes com pelo menos uma recuperação reestruturada por dificuldades financeiras da qual resulte perda económica; e - Cliente que esteja em incumprimento com mais de 30 dias em alguma operação reestruturada, mediante os mesmos critérios de materialidade do trigger de incumprimento; e - Clientes reincidentes em reestruturação por dificuldades financeiras. • Cliente verifica em simultâneo os seguintes critérios: 	12 meses
3	Automático	Reestruturados com incumprimento	<ul style="list-style-type: none"> - Somatório da prestação vencida superior ao threshold absoluto; e - Somatório da prestação vencida superior ao threshold relativo à exposição em balanço total do cliente. 	12 meses

Evidências Objectivas de Imparidade (Stage 3) - Continuação

#	Tipo de Trigger	Trigger	Crítérios de Entrada	Crítério Quarentena/ Saída
4	Automático	Contencioso	• Clientes com pelo menos uma operação em situação de litígio com o Banco.	3 meses
5	Automático	Dupla reestruturação	- Pelo menos uma operação reestruturada por dificuldades financeiras que não estava na carteira da data de referência anterior ou que estava na carteira da data de referência, mas que, não estava marcada como operação reestruturada por dificuldades financeiras; e - Tinham pelo menos uma operação reestruturada por dificuldades financeiras na data de referência anterior.	12 meses
6	Manual	Reestruturados com perda económica	• Clientes com pelo menos uma operação reestruturada, por dificuldades financeiras e que no momento da reestruturação a mesma tenha levado à perda do valor económico superior a um 1%.	12 meses
7	Manual	Crédito improdutivo	• Clientes com pelo menos uma operação em que o Banco tenha deixado de reconhecer juros remuneratórios, devido à percepção da deterioração da qualidade de crédito do mesmo	3 meses
8	Manual	Insolvência	• Clientes que se encontram em situação de insolvência.	3 meses
9	Automático	Análise individual	• Clientes de análise individual para os quais a stage que resulte do preenchimento do questionário qualitativo seja a stage 3.	Deixar de verificar o critério de entrada
10	Manual	Garantes de exposições em default	• Devedores que sejam garantes de outras exposições em default, desde que (i) a intervenção da garantia tenha sido oficialmente reclamada; e (ii) após o período estabelecido contratualmente, o montante em dívida não tenha sido pago.	3 meses
11	Manual	Fraude de crédito	• Devedores que tenham participado numa fraude de crédito.	3 meses
12	Manual	Venda de crédito	• Devedores que tiveram obrigações alvo de venda por parte do Banco, com uma perda significativa (igual ou superior a 5%).	3 meses
13	Manual	Obrigações de crédito conjuntas	• Clientes em incumprimento ao nível das obrigações de crédito conjuntas (i.e., contratos de crédito com mais do que um titular) o Banco aplica o contágio de default a todos os titulares.	3 meses
14	Manual	Subjectivo	• Marcação manual devido a eventos pontuais identificados pelo Banco de situações de potencial perda efectiva (ex: cliente falecido, cliente desempregado, cliente em processo de execução judicial, entre outros).	3 meses

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado, reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução, menos os custos de manutenção e da venda do colateral, quer a execução seja ou não provável.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente, para reduzir as diferenças entre as estimativas e as perdas reais.

Análise individual

Para se efectuar a avaliação individual de imparidade é necessário definir critérios de materialidade. O Moza Banco considera neste processo, a combinação entre o stage de selecção, a exposição do cliente e a contaminação dos restantes clientes, do grupo económico que reúnam o critério de materialidade mínimo.

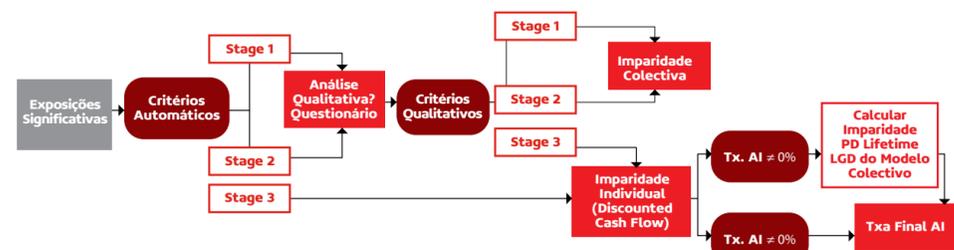
Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de clientes ou grupos económicos individualmente significativos encontram-se abaixo definidos:

1. Clientes que satisfazem o threshold de materialidade por stage abaixo definido:

Stage	Threshold (MZN)
Stage 1	>=40 Milhões
Stage 2	>=30 Milhões
Stage 3	>=20 Milhões

2. Outros clientes com exposição superior a 7 milhões de meticais de um grupo económico que inclua pelo menos um cliente acima dos thresholds referidos em cima.

A actividade da análise individual, pode ser resumida no diagrama abaixo:



Consoante a classificação por stage, as exposições nos stages 1 e 2 que cumpram com os critérios de materialidade para análise individual, serão sujeitas a um questionário de análise qualitativa do qual, com base nas respostas e respectivos pesos, irá resultar numa classificação de stage que fará o override ao stage inicial.

Os clientes classificados em stage 1 e 2 após preenchimento dos questionários de análise qualitativa serão reencaminhados para Análise Colectiva.

Para os clientes inicialmente classificados em stage 3 ou classificados em stage 3 por via dos critérios do questionário de análise qualitativa o analista deverá preencher (i) um questionário com a situação do cliente que permita suportar a selecção do cenário de recuperação para classificar o cliente em going concern ou gone concern e (ii) calcular a taxa de imparidade individual, a qual deverá estar assente numa metodologia de discounted cash-flows com base em cenários de recuperação (going concern ou gone concern) conforme descrito abaixo:

- ▶ Abordagem going concern - Abordagem de continuidade do negócio, em que se assume que a empresa tem capacidade de continuar a gerar fluxos de caixa operacionais e estes são suficientes para fazer face ao serviço de dívida;

- ▶ Abordagem gone concern - Abordagem de recuperação de crédito exclusivamente através da execução/dação de colaterais associados, uma vez que o devedor revela dificuldades de gerar fluxos de caixa para fazer face ao serviço de dívida.

As abordagens de recuperação encontram-se subdivididas em cenários prospectivos (cenários base, cenário optimista e cenário pessimista) com os respectivos ponderadores, tendo em conta a probabilidade de ocorrência de cada cenário.

Tendo por base os cenários de recuperação considerados, o montante de imparidade deve ser determinado como a média ponderada dos cash-flows actualizados de cada cenário.

Análise colectiva

Para as exposições não significativas, a perda esperada (ECL) para os activos financeiros resulta, da diferença entre os cash-flows contratualmente estipulados e os cash-flows que a entidade espera receber, descontados à data de referência, considerando os parâmetros de risco como: Probabilidade de Default (PD), Loss Given Default (LGD) e Behavioral Maturity - Maturidade Comportamental (BM).

As Probabilidades de Default (PDs) são agrupadas com base em populações homogéneas, que resultam da combinação entre o segmento do cliente e o Bucket de Risco. As curvas de PDs são estimadas com base no histórico comportamental e na projecção das variáveis macroeconómicas.

As LGDs são calculadas em função da combinação do tipo de cliente, produtos de crédito e antiguidade de default, sendo as estimativas apuradas com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada dos clientes em default.

Para produtos sem maturidade definida o Banco efectua o apuramento de maturidades comportamentais, por forma a identificar o período em que a instituição se encontra exposta ao risco e a percentagem de amortização esperada a cada período.

Os factores de risco são actualizados anualmente com base na informação prospectiva.

Incorporação de informações prospectivas

A IFRS 9 exige a consideração de projecções razoáveis e documentadas de eventos futuros e condições económicas, à data de reporte das Demonstrações Financeiras, no cálculo das perdas por imparidade do crédito esperadas. Esta informação macroeconómica prospectiva permite que a imparidade do crédito do Banco se ajuste, de acordo com o momento económico que o Banco atravessa e as diferentes tendências possíveis, o que deve resultar em ponderadores aplicados aos cenários avaliados.

As ponderações de probabilidade de cenário aplicadas na mensuração da perda de crédito esperada (ECL) são como se segue:

	2022			2021		
	Base	Alternativo	Desafiante	Alto	Médio	Baixo
Probabilidade dos cenários	51%	25%	24%	19%	47%	34%

Imparidade da Carteira de Títulos

A metodologia de cálculo da imparidade da carteira de títulos segue, de uma forma geral, a metodologia utilizada no processo de cálculo da imparidade da carteira de crédito, embora com algumas especificidades.

Para a carteira de títulos deve ser utilizado como valor de exposição, o montante em balanço ou, para os títulos registados ao FVOCI, o valor que os mesmos teriam caso se encontrassem registados ao custo amortizado.

Para os bilhetes do tesouro é considerada uma taxa de imparidade de 0%.

Para as obrigações do tesouro e os títulos em moeda estrangeira é considerada a PD e a LGD da Moody's para o rating do país. A imparidade é apenas calculada para os títulos com maturidade residual superior a 1 ano.

Write-off

Os empréstimos e títulos de dívida são levados a write-off (parcial ou total) quando não há expectativa de recuperação de um activo financeiro na sua totalidade. Este é geralmente o caso em que o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de rendimento que poderiam gerar fluxos suficientes, para pagar os valores sujeitos a write-off.

Eventuais valores recuperados de operações anteriormente levadas a write-off são reconhecidos na demonstração de resultados, com um efeito positivo (reversão).

Os activos financeiros levados a write-off são recuperados via confissão de dívida e sujeitos a actividades de execução/recuperação.

A análise dos empréstimos e adiantamento a Clientes em imparidade apresenta-se como se segue:

2022	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5 349 504	872 914	4 476 590
Construção civil	1 782 970	521 393	1 261 577
Energia	226 684	5 724	220 960
Turismo	483 252	54 671	428 581
Indústria transformadora	2 472 836	341 623	2 131 213
Particulares	5 363 210	385 682	4 977 528
Serviços	3 873 058	412 643	3 460 415
Transportes e Comunicações	3 869 689	269 235	3 600 454
Agricultura e Pescas	445 544	85 616	359 928
Outros	875 715	39 321	836 394
	24 742 462	2 988 822	21 753 640

2021	Quantia escriturada	Imparidade de crédito	Valor líquido
Retalho	5 179 008	532 836	4 646 172
Construção civil	1 598 481	409 028	1 189 453
Energia	113 202	563	112 639
Turismo	609 907	25 012	584 895
Indústria transformadora	2 796 394	270 644	2 525 750
Particulares	4 765 970	536 789	4 229 181
Serviços	7 318 740	544 270	6 774 470
Transportes e Comunicações	1 492 272	244 566	1 247 706
Agricultura e Pescas	507 331	59 013	448 318
Outros	345 010	32 773	312 237
	24 726 315	2 655 494	22 070 821

Concentração do Risco de Crédito

O risco de concentração de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da concentração de exposições sobre clientes individuais, grupos económicos, agregados de clientes que operem no mesmo sector económico ou na mesma região geográfica, ou decorrente da concentração numa mesma actividade ou mercadoria, ou nas garantias aceites pela instituição.

A análise da concentração do risco de crédito do Banco por indústria apresenta-se como se segue:

2022	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	9 464 693	275 121	-	9 739 814
Seguros	-	-	-	37 156	22	-	37 178
Financeiro	3 469 028	480 809	6 591 707	114 076	502 119	-	11 157 739
Retalho	-	-	-	-	4 476 590	-	4 476 590
Construção civil	-	-	-	-	1 261 577	-	1 261 577
Energia	-	-	-	-	220 960	-	220 960
Turismo	-	-	-	-	428 582	-	428 582
Indústria transformadora	-	-	-	-	2 131 213	-	2 131 213
Particulares	-	-	-	-	4 977 529	-	4 977 529
Serviços	-	-	-	-	3 185 294	-	3 185 294
Transportes e comunicações	-	-	-	163 915	3 600 454	-	3 764 369
Agricultura e pesca	-	-	-	-	359 927	-	359 927
Outros	-	-	-	-	334 252	820 715	1 154 967
	3 469 028	480 809	6 591 707	9 779 840	21 753 640	820 715	42 895 739

2021	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidade sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos Financeiros	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Governamental	-	-	-	6 397 227	306 100	-	6 703 327
Seguros	-	-	-	23 263	-	-	23 263
Financeiro	2 250 359	182 543	8 344 160	110 858	321 085	-	11 209 005
Retalho	-	-	-	-	4 646 172	-	4 646 172
Construção civil	-	-	-	-	1 189 453	-	1 189 453
Energia	-	-	-	-	112 638	-	112 638
Turismo	-	-	-	-	584 894	-	584 894
Indústria transformadora	-	-	-	-	2 525 750	-	2 525 750
Particulares	-	-	-	-	4 229 181	-	4 229 181
Serviços	-	-	-	-	6 468 370	-	6 468 370
Transportes e comunicações	-	-	-	213 368	1 247 706	-	1 461 074
Agricultura e pesca	-	-	-	-	352 889	-	352 889
Outros	-	-	-	-	86 583	740 848	827 431
	2 250 359	182 543	8 344 160	6 744 716	22 070 821	740 848	40 333 447

5.2. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é a probabilidade de uma instituição enfrentar dificuldades em honrar as suas obrigações à medida que se vencem ou, de transformar os seus activos em cash, ou ainda, em assegurar o refinanciamento dos activos detidos no seu balanço, sem incorrer em custos ou perdas significativas (funding liquidity risk). Quando as condições de mercado em que a instituição opera não permitem que esta se desfaça de certos activos a preços de mercado, mas somente abaixo destes, está-se perante o que se designa por risco de liquidez de mercado (market liquidity risk).

O processo de gestão de liquidez é realizado internamente, em linha com as métricas e limites definidos e monitorados pelo Banco, que pressupõem o acompanhamento de indicadores de alerta prévio, instrumentos de mensuração e avaliação com periodicidade diária e mensal.

Este processo é complementado com a execução dos testes de stress de liquidez pela Direcção de Gestão de Risco, com periodicidade anual.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro com base em fluxos de caixa contratuais não descontados:

2022	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem prazo de Maturidade	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	3 469 028	3 469 028
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	480 809	480 809
Aplicações em instituições de crédito	6 424 327	167 380	-	-	6 591 707
Activos financeiros	4 415 847	3 263 335	2 050 847	49 811	9 779 840
Empréstimos e adiantamento a clientes	3 206 624	2 674 615	15 872 401	-	21 753 640
Outros activos	-	-	-	1 132 133	1 132 133
Total dos activos não descontados	14 046 798	6 105 330	17 923 248	5 131 781	43 207 157
Passivo financeiro					
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	113 708	113 708
Depósitos e contas correntes	7 493 913	12 081 947	800 240	15 021 314	35 397 414
Recursos consignados	-	-	262 572	315 087	577 659
Outros passivos	-	-	-	2 794 533	2 794 533
Total dos passivos não descontados	7 493 913	12 081 947	1 062 812	18 244 642	38 883 314
Gap de liquidez	6 552 885	(5 976 617)	16 860 436	(13 112 861)	4 323 843
Gap Cumulativo de liquidez	6 552 885	576 268	17 436 704	4 323 843	

2021	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem prazo de Maturidade	Total
Caixa e disponibilidade em Banco Central	855 794	-	1 394 565	-	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	182 543	-	-	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 286 685	57 475	-	-	8 344 160
Activos financeiros	1 823 828	3 084 057	1 800 914	35 918	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	2 233 441	1 590 784	18 246 596	-	22 070 821
Outros activos	-	-	-	856 148	856 148
Total dos activos não descontados	13 382 290	4 732 316	21 442 075	892 066	40 448 747
Passivo financeiro					
Recursos de instituições de crédito	8 650	-	-	10 452	19 102
Depósitos e contas correntes	23 980 484	8 772 205	451	-	32 753 140
Recursos consignados	-	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	1 851	30 514	1 922 213	1 032 681	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	-	487 674	-	487 674
Total dos passivos não descontados	23 990 985	8 802 719	2 764 619	1 043 133	36 601 455
Gap de liquidez	(10 608 695)	(4 070 403)	18 677 456	(151 067)	3 847 292
Gap Cumulativo de liquidez	(10 608 695)	(14 679 098)	3 998 358	3 847 292	

Para todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano, espera-se que sejam recuperados ou liquidados, passados mais de 12 meses após a data da Posição Financeira.

5.3. Risco de mercado

O Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial resultante das alterações do justo valor dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros, devido a oscilações das variáveis do mercado do activo ou mesmo de factores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos desses factores de risco: os riscos relacionados com a variação das taxas de câmbio, taxas de juros, preços de obrigações e acções, de mercadorias (commodities), entre outros.

5.3.1 Risco de taxa de juro

Risco de Taxa de Juro é a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfazamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O Banco monitora a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrência de movimentos não previstos.

Os instrumentos financeiros com o risco de taxa de juro compreendem saldos de aplicações em outras instituições de crédito, activos financeiros, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito e passivos em arrendamento.

O quadro seguinte apresenta os instrumentos financeiros do Banco sensíveis a taxa de juros por maturidade:

2022	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem prazo de Maturidade	Total
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	3 469 028	3 469 028
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	480 809	480 809
Aplicações em instituições de crédito	6 424 327	167 380	-	-	6 591 707
Activos financeiros	4 415 847	3 263 335	2 050 847	49 811	9 779 840
Empréstimos e adiantamento a clientes	15 663 839	2 759 099	-	3 330 702	21 753 640
Outros activos	-	-	-	1 132 133	1 132 133
Total	26 504 013	6 189 814	2 050 847	8 462 483	43 207 157
Passivo financeiro					
Recursos de instituições de crédito	8 700	-	-	105 008	113 708
Depósitos e contas correntes	11 184 231	11 946 644	790 210	11 476 329	35 397 414
Recursos consignados	-	-	-	577 659	577 659
Outros passivos	-	-	-	2 794 533	2 794 533
Total	11 192 931	11 946 644	790 210	14 953 529	38 883 314
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	15 311 082	(5 756 830)	1 260 637	(6 491 046)	4 323 843

2021	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem prazo de Maturidade	Total
Activo financeiro					
Caixa e disponibilidade em Banco Central	-	-	-	2 250 359	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	182 543	182 543
Aplicações em instituições de crédito	8 286 696	57 464	-	-	8 344 160
Activos financeiros	1 823 827	3 084 057	1 800 914	35 918	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	16 385 930	340 373	-	5 344 518	22 070 821
Outros activos	-	-	-	856 148	856 148
Total	26 496 453	3 481 894	1 800 914	8 669 486	40 448 747
Passivo financeiro					
Recursos de instituições de crédito	8 650	-	-	10 452	19 102
Depósitos e contas correntes	16 317 668	7 550 503	376	8 884 592	32 753 139
Recursos consignados	-	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	1 851	30 514	1 924 426	1 030 468	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	-	487 674	-	487 674
Total	16 328 169	7 581 017	2 766 757	9 925 512	36 601 455
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	-16 328 169	-7 581 017	-2 766 757	-9 925 512	-36 601 455

A análise de sensibilidade constante do quadro abaixo é parte integrante dos testes de esforço relativos ao Risco de Taxa de Juro, devendo o Banco, em cada momento da sua actuação e, dependendo das condições do mercado, alterar os factores de risco a serem considerados nos referidos testes de esforço, bem como definir a magnitude dos choques que devem ser considerados, à luz das instruções emanadas na Circular n.º 05/SCO/2013 do Banco de Moçambique de 31 de Dezembro:

	Aumento/diminuição de pontos base	Impacto nos Fundos Próprios
2022	+200 pb	183 895
	-200 pb	(183 874)
2021	+200 pb	193 874
	-200 pb	(193 874)

No exercício económico de 2021, o Banco alterou a sua metodologia de apuramento dos impactos de alteração das taxas de juro, aplicando o previsto na circular n.º 4/SCO/2013 do Banco de Moçambique.

5.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio consiste na possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocadas por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição devido a variações significativas das taxas de câmbio. Isto envolve o risco de liquidação que surge quando uma contraparte se vê impossibilitada de cumprir com os termos do contrato no prazo acordado.

As posições cambiais são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites regulamentares e/ou de gestão interna.

Para a medição do Risco Cambial, o Banco recolhe os dados contabilísticos relativos às operações cambiais de modo a calcular o seu grau de exposição ao risco da alteração das taxas de câmbio no mercado, reportando essa informação ao Comité de Controlo de Risco e à Comissão de Avaliação de Riscos.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial do Banco a 31 de Dezembro:

2022	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	3 276 302	150 546	12 464	29 721	-5	3 469 028
Disponibilidade sobre instituições de crédito	172 086	212 771	20 475	71 396	4 081	480 809
Aplicações em instituições de crédito	3 514 119	3 022 814	28 187	6 562	20 025	6 591 707
Activos financeiros	9 288 642	491 198	-	-	-	9 779 840
Empréstimos e adiantamento a clientes	20 746 304	1 007 336	-	-	-	21 753 640
Outros activos	1 034 680	22 601	15 107	59 745	1	1 132 134
	38 032 133	4 907 266	76 233	167 424	24 101	43 207 158
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	113 771	-63	-	-	-	113 708
Depósitos e contas correntes	30 615 541	4 588 706	29 124	102 994	61 049	35 397 414
Recursos consignados	447 439	130 220	-	-	-	577 659
Outros passivos	2 317 038	386 219	27 460	63 816	-	2 794 533
	33 493 789	5 105 082	56 584	166 810	61 049	38 883 314
Exposição líquida	4 538 344	(197 816)	19 649	614	(36 947)	4 323 844

2021	MZN	USD	ZAR	EUR	Outros	Total
Activo financeiro						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	2 126 949	106 316	3 128	13 959	7	2 250 359
Disponibilidade sobre instituições de crédito	7 068	38 415	1 496	128 209	7 355	182 543
Aplicações em instituições de crédito	5 578 714	2 721 527	15 405	6 100	22 414	8 344 160
Activos financeiros	5 879 187	865 529	-	-	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamento a clientes	21 146 077	924 744	-	-	-	22 070 821
Outros activos	658 870	19 224	16 107	52 815	109 132	856 148
	35 396 865	4 675 755	36 136	201 083	138 908	40 448 747
Passivo financeiro						
Recursos de instituições de crédito	19 102	-	-	-	-	19 102
Depósitos e contas correntes	29 269 177	3 319 195	8 170	133 488	23 109	32 753 139
Recursos consignados	354 281	-	-	-	-	354 281
Outros passivos	1 887 512	873 264	28 035	67 620	130 828	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	487 674	-	-	-	487 674
	31 530 072	4 680 133	36 205	201 108	153 937	36 601 455
Exposição líquida	3 866 793	-4 378	(69)	(25)	-15 029	3 847 292

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade para eventuais alterações ao câmbio em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é o mesmo que em capital próprio:

	Aumento/ diminuição de pontos base	Impacto nos resultados antes de impostos	Impacto em capitais próprios
2022	+5%	(87 666)	(87 666)
	-5%	70 607	70 607
2021	+5%	(86 324)	(129 548)
	-5%	86 699	86 699

Os efeitos por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

5.4. Risco Operacional

O risco operacional é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

Importa referir que o risco operacional é transversal a todos os processos, produtos, actividades e sistemas e por inerência existe em todas as unidades de estrutura do Banco, pelo que, a sua gestão é suportada por um modelo de Governança específico, acompanhado através dos indicadores de risco definidos e dos níveis de apetite e tolerância ao risco definidos.

Como medidas de mitigação o Banco implementou controlos internos robustos e abrangentes, associados a acções de sensibilização e formação desencadeadas para a disseminação de uma cultura de risco eticamente responsável.

Para o acompanhamento deste risco, existem procedimentos de reporte de eventos operacionais independentemente da existência de perdas financeiras associadas.

Para avaliar o ambiente de controlo interno implementado é desencadeado um exercício de, auto avaliação de riscos e controlos (RCSA) ao nível dos processos críticos do Banco cujos resultados, gaps e acções de mitigação são apreciados superiormente com vista à sua correcção.

No final de 2022, o Banco procedeu à revisão e actualização da Framework do sistema de Controlo Interno, com vista ao alinhamento com as melhores praticas de gestão risco.

A gestão do risco operacional no Moza Banco assenta numa estrutura de processos, suportada numa abordagem hierárquica de macro-processos e processos (negócio e suporte), onde são identificados os riscos e controlos das actividades desenvolvidas, numa visão end-to-end do processo, envolvendo os owners de cada processo.

O Banco conduz os seus esforços no sentido de mitigar estes riscos através de uma forte estrutura governativa e implementação de um conjunto de controlos internos, que incluem uma adequada segregação de funções, controlos de acessos, autorizações e processos de reconciliação e revisão hierárquica, formação do pessoal e processos de avaliação, para além dos controlos informáticos implementados. Complementarmente existe um plano de continuidade de negócio, que permite garantir a capacidade de operar continuamente e limitar as perdas e/ou impactos negativos em caso de uma grave interrupção dos negócios.

A gestão do risco operacional, é exercida a todos os níveis da instituição, por se tratar de um risco transversal a toda a estrutura do Banco. Todas as Unidades Orgânicas do Banco são chamadas a colaborar, activamente, com a Direcção de Gestão de Riscos, no desenvolvimento de actividades de monitoria, melhoria e controlo.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das políticas internas contendo procedimentos a adoptar nos vários processos, cuja revisão é efectuada periodicamente, assim como de garantir as condições para um adequado ambiente de controlo interno, ajustado à dimensão, complexidade e apetite ao risco do Banco.

5.5. Gestão de capital e risco de solvência

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao seu negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas, os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital visam que o Banco:

- ▶ Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- ▶ Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- ▶ Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno e maximizar o valor aos accionistas.

A adequabilidade de capital e a utilização do capital regulamentar são monitorados regularmente pela Administração do Banco, que avalia as metodologias implementadas e baseadas na legislação emanada pelo Banco de Moçambique que define os requisitos mínimos a observar. A informação requerida é apresentada mensalmente ao Banco de Moçambique, que requer que cada Banco cumpra com um rácio mínimo de solvência de capital de 12%.

O capital regulamentar do Banco é controlado pela Direcção de Gestão de Risco e é dividido em duas tiers:

- ▶ Tier 1 capital: capital social (líquido de quaisquer valores contabilísticos de acções próprias), resultados transitados e reservas; e
- ▶ Tier 2 capital: dívida subordinada, provisões genéricas e ganhos não realizados de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

A ponderação do risco dos activos é mensurada através de uma hierarquia de treze riscos, classificada de acordo com a natureza e reflectindo uma estimativa de crédito, mercado e outros riscos associados a cada activo ou contraparte, tomando em consideração os colaterais elegíveis ou garantias. Um tratamento similar é adoptado para as rubricas extrapatrimoniais, com alguns ajustamentos, a fim de reflectirem uma natureza mais contingente de uma perda potencial.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, à luz das exigências do Banco de Moçambique:

	2022	2021
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)		
Capital social	5 896 250	5 896 250
Reservas elegíveis e resultados transitados	4 619 438	4 619 438
Activos intangíveis	(224 572)	(151 503)
Imparidades do crédito de acordo com o aviso do BdM (*)	(4 001 499)	(4 006 649)
Reserva de justo valor	(175 835)	-
Fundos próprios de Base (Tier I Capital)	6 113 782	6 357 536
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada		
Fundos próprios de Base (Tier I Capital) - ajustado	6 113 782	6 357 536
Fundos próprios complementares		
Empréstimos obrigacionistas subordinados	-	-
Outros	1 432	2 921
Montante total da participação se a mesma for superior a 10% do capital social da entidade participada		
Fundos próprios complementares	1 432	2 921
Outros elementos a deduzir	(748 048)	(775 764)
Fundos próprios de base complementares	5 367 166	5 584 693
Activos ponderados pelo Risco		
Na posição financeira	19 230 513	20 133 311
Fora da posição financeira	3 760 122	3 236 806
Risco operacional e de mercado	780 291	691 253
Total dos activos ponderados	23 770 926	24 061 370
Rácio prudenciais		
CORE TIER 1 CAPITAL	43,50%	43,10%
TIER 1 CAPITAL	25,71%	26,42%
RÁCIO GLOBAL	22,58%	23,21%
Rácio de solvência requerido	12,00%	12,00%

(*) significa a diferença entre o cálculo da imparidade do crédito com base no aviso do BdM e o modelo interno.

6. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	3 776 273	3 940 710
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	487 988	750 928
Juros de activos financeiros ao custo amortizado	891 343	615 372
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	215 108	-
	5 370 712	5 307 010
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes	1 914 320	1 594 062
Juros de passivos subordinados	14 603	29 387
Juros de recursos de Banco Central e instituições de crédito	134	194
Juros de locação	181 112	178 708
	2 110 169	1 802 351
	3 260 543	3 504 659

No exercício económico de 2022, o Banco procedeu com alteração do modelo de negócio na gestão de títulos de dívida pública passando os mesmos a ser reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral.

7. Serviços e comissões líquidas

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	164 233	155 128
Por serviços bancários realizados	315 242	281 439
Outros rendimentos de serviços e comissões	318 775	230 749
	798 250	667 316
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	18 157	17 083
Por serviços bancários prestados por terceiros	13 581	6 345
VISA e Mastercard	109 477	89 731
Outros encargos com serviços e comissões	83 397	34 456
	224 612	147 615
	573 638	519 701

Tipo de serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento do rédito em conformidade a NIRF 15
Serviços bancários de retalho e empresas	<p>O Banco presta serviços bancários de retalho e empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartões de crédito e taxas de serviços.</p> <p>As taxas respeitantes à gestão contínua das contas são cobradas mensalmente na conta do cliente. O Banco define anualmente as taxas, separadamente, para Clientes bancários de retalho e empresas.</p> <p>As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do cliente quando a transacção ocorre.</p> <p>As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco.</p>	<p>O rédito do serviço de conta e taxas de serviço é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados.</p> <p>O rédito relacionado às transacções é reconhecida no momento em que a transacção ocorre.</p>
Serviços de banca de investimento	<p>O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relativos a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de empréstimos sindicados, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários.</p> <p>As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do cliente. No entanto, se um cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até aquele momento.</p> <p>As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicado, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.</p>	<p>O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes.</p> <p>O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.</p>

8. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	3 388 737	17 154 950
Outros ganhos em operações financeiras	141 027	588 372
	3 529 764	17 743 322
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	3 215 126	17 069 860
Outras perdas em operações financeiras	28 744	182 222
	3 243 900	17 252 082
Operações financeiras líquidas	285 864	491 240

9. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Vencimentos e salários	1 712 585	1 676 780
Encargos sociais obrigatórios	60 695	56 733
	1 773 280	1 733 513

Em 31 de Dezembro, o número de colaboradores efectivos apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Serviços centrais	527	505
Área Comercial	434	412
	961	917

10. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Comunicações	115 292	129 151
Honorários profissionais	278 500	307 947
Consumíveis	37 743	36 934
Manutenção e serviços relacionados	280 136	331 900
Despesas de marketing	28 225	39 799
Rendas e alugueres	23 769	29 578
Água, energia e combustíveis	83 507	73 575
Despesas de deslocação e representação	20 381	11 021
Despesas de formação	8 712	8 701
Reversão de proveitos de exercícios anteriores	74 839	80 012
Donativos e quotizações	9 337	8 406
Seguros	16 890	16 855
Taxas	21 271	8 774
Outros	159 602	77 223
	1 158 204	1 159 876

11. Outros ganhos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Serviços prestados	35 364	71 759
Outros ganhos	389 739	466 646
	425 103	538 405

A rubrica Outros ganhos inclui, ganhos extraordinários, ganhos relativos a exercícios anteriores e juros de mora.

12. Provisões do exercício

A rubrica de Provisões apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Provisões do exercício	21 760	(28 051)
	21 760	(28 051)

Durante o exercício económico de 2022, procedeu-se com o reforço de provisões no valor de 21.760 milhares de Meticalos devido ao aumento do risco de perda relacionados com factores que condicionaram a criação das provisões nos exercícios económicos anteriores.

13. Activos e Passivos por Impostos diferidos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem as diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), IRPC (Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) e IVA (Imposto Sobre o Valor Acrescentado), eventuais correcções à matéria colectável.

O Banco tem estado a apresentar prejuízos fiscais os quais, em sede do Código do Imposto Sobre Rendimento, conferem direito de dedução nos resultados fiscais positivos futuros até ao limite máximo de 5 anos. À luz de Norma Internacional de Contabilidade 12, estes prejuízos conferem direito ao reconhecimento de Activos por Imposto Diferido por contrapartida de resultados do exercício, podendo ser utilizados para fazer face às obrigações fiscais futuras do Banco em caso de lucros.

O plano de negócios do Banco demonstra o alcance de resultados positivos nos exercícios subsequentes, contudo, a Administração optou por reconhecer nas demonstrações financeiras de 2022 o direito da sua recuperação nos próximos cinco anos através do registo do activo por imposto diferido.

A Administração acredita ainda ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito.

A rubrica de impostos apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Activos por Impostos diferidos sobre resultados	95 000	95 000
Activos por Impostos diferidos sobre reserva de justo valor	56 267	-
	151 267	95 000

Os Movimentos nos impostos diferidos do Banco apresentam-se como se segue:

	Demonstração de resultados			Capital próprio		
	01.01.2022	Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	31.12.2022
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos Fiscais	95 000	-	-	-	-	95 000
Impostos diferidos	-	-	-	56 267	-	56 267
	95 000	-	-	56 267	-	151 267
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)
	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)
					56 267	

	Demonstração de resultados			Capital próprio		
	01.01.2021	Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	31.12.2021
Activos por impostos diferidos						
Prejuízos Fiscais	95 000	-	-	-	-	95 000
	95 000	-	-	-	-	95 000
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)
	(8 839)	-	-	-	-	(8 839)

A reconciliação da taxa efectiva de imposto para 31 de Dezembro é como se segue:

	2022		2021	
	%	Valor	%	Valor
Lucro/prejuízo do exercício		90 138		(1 381 021)
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto (32%)	32%	28 844	32%	(441 927)
Benefício fiscal (16%)	16%	(14 422)	16%	220 963
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	129%	116 347	-7,0%	96 775
Rendimentos não tributados	-308%	(277 697)	16,0%	(220 512)
Imposto corrente	-163%	(146 928)	25,0%	(344 700)
Prejuízos fiscais a ser reportados/(utilizados)	163%	146 928	-25,0%	344 700
		(146 928)	-	(344 700)

14. Imposto sobre rendimento

	2022	2021
IRPC-Taxa liberatória	235 877	131 506
	235 877	131 506

O valor do IRPC- Taxa liberatória refere-se ao imposto que é retido na fonte sobre os juros de aplicações em Bilhetes do Tesouro, Obrigações de Tesouros e outras aplicações no Mercado Monetário Interbancário e o valor cresceu devido ao incremento do volume de aplicações ocorrido no ano de 2022.

15. Resultados por acção

Resultados por acção básicos e diluídos

O cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos, baseia-se no lucro atribuído aos accionistas ordinários do Banco no valor de 90.138 Milhares de Meticals (2021: Prejuízo: 1.381.021 Milhares de Meticals), e o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até 31 de Dezembro de 2022 que é de 1.179.240 (2021: 821.200), calculado como se segue:

Lucro/prejuízo atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	2022	2021
Resultado líquido	90 138	(1 381 021)
Número médio ponderado de acções ordinárias	1 179 250	821 200
Resultados por acção		
Básicos	0,08	(1,68)
Diluídos	0,08	(1,68)

16. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Caixa	894 065	801 658
Disponibilidades no Banco Central	414 933	81 564
Reservas obrigatórias	2 160 030	1 367 137
	3 469 028	2 250 359

17. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Disponibilidades em Bancos Nacionais	191 387	9 242
Disponibilidades em Bancos Estrangeiros	289 422	173 301
	480 809	182 543

18. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Aplicações em Bancos Centrais	3 503 702	5 565 506
Aplicações em Outras instituições de crédito	3 088 005	2 778 654
	6 591 707	8 344 160

As aplicações em instituições de crédito por maturidade apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Até 3 meses	6 424 327	8 182 029
3 meses a 1 ano	167 380	162 131
	6 591 707	8 344 160

19. Activos financeiros

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2022		2021		
	Custo amortizado	Através de outro rendimento integral	Através de lucros ou prejuízos	Custo amortizado	Através de lucros ou prejuízos
Bilhetes de Tesouro	7 521 104	-	-	4 685 382	-
Obrigações de Tesouro	-	1 452 391	-	974 360	-
Obrigações Corporativas					
Visabeira 2020-2026	-	163 915	-	213 368	-
BAYPORT 2020-2025	-	44 033	-	42 187	-
BAYPORT 2021-2025	-	57 388	-	56 016	-
MOZ BOND	-	491 198	-	865 529	-
Imparidade	-	-	-	(128 044)	-
Acções					
Emose 2013	-	-	37 156	-	23 263
SIMO	-	-	12 655	-	12 655
	7 521 104	2 208 925	49 811	6 708 798	35 918
Total	-	-	9 779 840	-	6 744 716

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2022, a carteira de Bilhetes de Tesouro, apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Maturidade de 1 mês	1 292 458	275 235
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	4 987 259	3 116 538
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	1 241 387	1 293 609
	7 521 104	4 685 382

Em termos de maturidade residual a 31 de Dezembro de 2022, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	158 077	221 870
Maturidade superior a 12 meses	1 294 314	752 490
	1 452 391	974 360

A 31 de Dezembro de 2022, a carteira de Obrigações de Tesouro, apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Obrigações de Tesouro		
Obrigações de Tesouro 2019-2a serie	-	95 116
Obrigações de Tesouro 2020-2a serie	158 077	157 671
Obrigações de Tesouro 2019-3a serie	-	75 675
Obrigações de Tesouro 2019-6a serie	-	51 079
Obrigações de Tesouro 2021-3a serie	95 790	93 360
Obrigações de Tesouro 2021-3a serie	117 076	114 106
Obrigações de Tesouro 2021-4a serie	104 462	102 725
Obrigações de Tesouro 2021-5a serie	131 213	128 448
Obrigações de Tesouro 2021-8a serie	156 971	156 180
Obrigações de Tesouro 2022-11a serie	701 594	-
	1 465 183	974 360

Os movimentos de activos financeiros em 31 de Dezembro de 2022 apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Saldo inicial	6 744 716	4 220 982
Aquisições	2 769 986	9 356 845
Acréscimo de juros	265 138	171 866
Alienações/reembolso	-	(7 004 977)
Saldo final	9 779 840	6 744 716

Os movimentos das imparidades dos activos financeiros em 31 de Dezembro de 2022 apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Saldo inicial	128 044	87 026
Reforço	170 519	108 442
Reversão	(158 947)	(67 424)
Regularização	(96 176)	-
Saldo final	43 440	128 044

Em 31 de Dezembro de 2022, as imparidades do exercício apresentaram um reforço de 11.572 milhares de Meticals (2021: reforço de 41.018 milhares de Meticals), em resultado da depreciação do preço de títulos com destaque para as Obrigações da Mozbond (2022: 76.5%; 2021: 85%).

19.1 Obrigações de Tesouro

Obrigações do Tesouro 2019 – 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 13 de Fevereiro de 2019 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. Durante o exercício económico de 2022, foram reembolsadas na totalidade.

Obrigações do Tesouro 2019 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 27 de Fevereiro de 2019 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. Durante o exercício económico de 2022, foram reembolsadas na totalidade.

Obrigações do Tesouro 2019 – 6ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 08 de Maio de 2019 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. Durante o exercício económico de 2022, foram reembolsadas na totalidade.

Obrigações do Tesouro 2020 – 2ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de três anos e foram emitidas a 25 de Fevereiro de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 12,00% nos primeiros dois cupões e os restantes quatro cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,5%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 158.077 milhares de Meticals (em 2021 era de 157.671 milhares de Meticals).

Obrigações do Tesouro 2021 – 3ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 23 de Março de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,25%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 212.866 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2021 – 4ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 20 de Abril de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes oito cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,0%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 104.462 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2021 – 5ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 08 de Junho de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,25% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 131.213 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2021 – 8ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de quatro anos e foram emitidas a 21 de Setembro de 2021 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 14,00% nos primeiros dois cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 0,75%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 156.971 milhares de Meticals.

Obrigações do Tesouro 2022 – 11ª série

Estas Obrigações do Tesouro apresentam uma maturidade de cinco anos e foram emitidas a 28 de Dezembro de 2022 com valor nominal de 100 Meticals cada. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 17,50% nos primeiros quatro cupões e os restantes seis cupões à taxa média ponderada pela maturidade e pelos montantes das seis últimas emissões de Bilhetes de Tesouro a prazos superiores a 63 dias, acrescido de uma margem percentual de 1,00%. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 701.594 milhares de Meticals.

19.2 Obrigações corporativas

Visabeira 2020 - 2026

Estas obrigações apresentam uma maturidade de seis anos, tendo sido emitidas pela Visabeira Moçambique em 23 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticals por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 250.000.000 Meticals sendo o Moza Banco o único tomador firme e integral do empréstimo, mantendo a totalidade

do mesmo em carteira própria. O presente empréstimo obrigacionista está sujeito a um período de carência de capital de doze meses, e os juros são pagos numa base trimestral a uma taxa variável anual indexada à FPC + 4,75% (spread) para todo período de vigência do empréstimo. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 163.931 milhares de Meticals.

Bayport 2020 – 2025 - 2ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de cinco anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Março de 2020, com um montante nominal de 100 Meticals por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 511.000.000 Meticals sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 40.199.400,00 Meticals. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões à uma taxa variável indexada à médias ponderadas das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 6,00% (spread). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2022 era de 44.054 milhares de Meticals.

Bayport 2021 – 2025 - 3ª série

Estas obrigações apresentam uma maturidade de quatro anos, tendo sido emitidas pela Bayport Financial Services Moçambique em 27 de Julho de 2021, com um montante nominal de 100 Meticals por obrigação. O montante total do empréstimo obrigacionista foi de 483.000.000 Meticals sendo que o Moza Banco adquiriu para carteira própria 52.035.000,00 Meticals. Os cupões são pagos numa base semestral a uma taxa de juro anual de 18,00% no primeiro cupão e os restantes cupões à uma taxa variável indexada à médias ponderadas das seis últimas emissões de bilhetes de tesouro com maturidades acima de 360 dias + 4,50% (spread). O valor líquido a 31 de Dezembro de 2021 era de 57.503 milhares de Meticals.

Moz Bond 2019 - 2031

Estas obrigações apresentam uma maturidade de doze anos, tendo sido emitidas novas obrigações em 30 de Outubro de 2019, com um valor nominal de USD 1.000 por obrigação. Este empréstimo rende juros a uma taxa fixa anual de 5% sendo os cupões pagos numa base semestral. A responsabilidade com este empréstimo está integralmente coberta por uma garantia emitida pelo Ministério das Finanças da República de Moçambique.

19.3 Acções e outros títulos de rendimento variável

Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE)

O número de acções detidas na EMOSE (2.185.500) representa 7,4% do total de 15.700.000 novas acções que foram emitidas através de uma OPV efectuada em Outubro de 2013. Cada acção tem o valor nominal de 1 Metical e representa o mesmo direito de voto em relação ao restante do capital social.

Sociedade Interbancária Moçambicana (SIMO)

O saldo da SIMO é relativo ao valor das acções detidas pelo Banco na Sociedade Interbancária de Moçambique, uma instituição financeira detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação social dos bancos comerciais. A SIMO tem como missão enquanto entidade financeira a provisão de acesso aos serviços bancários dos seus sócios, nomeadamente, através de infra-estruturas próprias de ATM's e POS.

20. Empréstimos e adiantamentos a Clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Empresas	22 041 049	21 670 998
Particulares	2 502 835	2 630 295
	24 543 884	24 301 293
Juros especializados e comissões	198 578	425 022
	24 742 462	24 726 315
Perdas esperadas de crédito	(2 988 822)	(2 655 494)
	21 753 640	22 070 821

A carteira de crédito do ano de 2022 inclui os créditos concedidos no âmbito do produto Mpesa loan no valor de 9.803 milhares de Meticals.

Os empréstimos e adiantamento por segmento analisam-se como se segue:

	2022	2021
Corporate	5 584 368	5 400 943
Retalho -Empresas	10 032 895	10 378 786
Private	391 088	462 064
Institucional	19 093	27 811
Instituição Pública	3 749 011	4 145 651
Retalho -Particulares	4 966 007	4 311 060
	24 742 462	24 726 315
Perdas esperadas de crédito	(2 988 822)	(2 655 494)
	21 753 640	22 070 821

A análise da concentração do risco por indústria apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Governamental	275 121	306 100
Retalho	4 476 590	4 646 172
Construção civil	1 261 577	1 189 453
Industria transformadora	2 131 213	2 525 750
Particulares	4 977 529	4 229 181
Serviços	3 185 294	6 468 370
Transportes e comunicações	3 600 454	1 247 706
Outros	1 845 862	1 458 089
	21 753 640	22 070 821

Os empréstimos e adiantamentos brutos por moeda analisam-se como se segue:

	2022	2021
Moeda Nacional	23 688 953	23 788 451
Moeda Estrangeira	1 053 509	937 864
	24 742 462	24 726 315

Os empréstimos e adiantamento por stage analisam-se como se segue:

2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2022
Em cumprimento	9 376 597	-	-	9 376 597
Em incumprimento mas sem paridade	-	2 198 260	-	2 198 260
Em incumprimento	-	-	10 178 783	10 178 783
	9 376 597	2 198 260	10 178 783	21 753 640

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
Em cumprimento	13 451 176	-	-	13 451 176
Em incumprimento mas sem paridade	-	4 907 745	-	4 907 745
Em incumprimento	-	-	3 711 897	3 711 897
	13 451 176	4 907 745	3 711 897	22 070 821

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos brutos apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Até 3 meses	4 418 040	4 544 556
De 3 meses a 1 ano	2 769 749	2 029 104
De 1 ano a 5 anos	9 610 229	10 471 471
Mais de 5 anos	7 944 444	7 681 184
	24 742 452	24 726 315

Imparidade de crédito

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

2022	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2022
Saldo Inicial	292 439	376 306	1 986 750	2 655 495
Reforço	73 656	86 748	1474 936	1 635 340
Reversão	(245 026)	(358 021)	(203 604)	(806 851)
Regularização	-	-	(496 362)	(495 362)
	121 069	105 033	2762 720	2 988 822

2021	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	2021
Saldo Inicial	151 761	462 657	3 915 350	4 529 768
Reforço	211 418	249 846	5 648 944	6 110 208
Reversão	(70 740)	(336 197)	(3 044 043)	(3 450 980)
Regularização	-	-	(4 533 502)	(4 533 502)
	292 439	376 306	1 986 749	2 655 494

Em 31 de Dezembro de 2022, a imparidade do exercício fixou-se em 828.689 milhares de Meticals o que corresponde a um reforço de 1.635.340 milhares de Meticals e uma reversão de imparidade de 806.651 milhares de Meticals. Ainda no ano de 2022, o Banco procedeu com o write-off de exposições de créditos em incumprimento no valor total de 495.362 milhares de Meticals.

21. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Outros recebimentos	563 371	500 638
Acréscimos e diferimentos	257 344	240 210
Inventários	21 272	16 956
Activos recuperáveis*	295 203	103 401
	1 137 190	861 205
Imparidade de outros activos	(5 057)	(5 057)
	1 132 134	856 148

O detalhe da rubrica "Activos recuperáveis" apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Companhia de Moçambique, S.A.	-	15 000
Condominio Maresias	98 800	35 088
Promovalor Moçambique Promoção Imobiliária	-	26 973
Sunera Cimentos	97 929	-
Ka da Terra Supermercados	67 134	-
Outros	31 340	26 340
	295 203	103 401

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Saldo inicial	(5 057)	(22 705)
Regularizações	-	17 648
Saldo final	(5 057)	(5 057)

22. Activos não correntes detidos para venda

O movimento dos activos não correntes detidos para venda apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Imóveis executados	1 089 837	1 205 001
Imparidades	(301 545)	(367 895)
	788 292	837 106

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Saldo inicial	1 205 001	951 877
Aumentos	36 152	423 604
Diminuições	(151 316)	(170 480)
Sub-Total	1 089 837	1 205 001
Imparidades	(301 545)	(367 895)
Saldo final	788 292	837 106

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Saldo Inicial	(367 895)	(163 339)
Reforço	-	(222 073)
Reversão	66 350	29 039
Regularização	-	(11 522)
Saldo final	(301 545)	(367 895)

A imparidade do exercício para activos não correntes detidos para venda fixou-se em 66.350 milhares de Meticals devido, essencialmente a reversão das imparidades dos imóveis.

23. Propriedades de investimento

O movimento desta rubrica é o seguinte:

	Valor
Custo	
01 de Janeiro de 2021	928 233
Regularizações	(432 300)
Abate	(123 031)
31 de Dezembro de 2021	372 902
Regularizações	-
Abate	(107 951)
31 de Dezembro de 2022	264 951
Amortização	
01 de Janeiro de 2021	24 945
Aumento	30 150
Abate	(34 129)
31 de Dezembro de 2021	20 966
Aumento	13 056
Abate	(6 776)
31 de Dezembro de 2022	27 246
Quantia escriturada	
01 de Janeiro de 2021	903 288
31 de Dezembro de 2021	351 936
31 de Dezembro de 2022	237 705

A 31 de Dezembro de 2022, o justo valor das Propriedades de Investimento era de 237.705 milhares de Meticais.

24. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

Custo	Edifícios arrendados	Equipamentos	Investimentos em curso	Activo de direito de uso	Outros	Total
01 de Janeiro de 2021	1 114 146	1 334 894	509 595	2 542 971	2 597	5 504 203
Regularizações	-	-	-	(242 241)	-	(242 241)
Aumento	3 684	68 328	57 297	66 063	-	195 372
Abate	(22 326)	(45 730)	-	-	-	(68 056)
Transferências	-	16 320	(16 320)	-	-	-
31 de Dezembro de 2021	1 095 504	1 373 812	550 572	2 366 793	2 597	5 389 278
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Aumento	-	22 840	225 733	174 606	-	423 179
Abate	-	(10 278)	-	-	-	(10 278)
Transferências	-	65 813	(321 343)	-	-	(255 530)
31 de Dezembro de 2022	1 095 504	1 452 187	454 962	2 541 399	2 597	5 546 649

Amortização	Edifícios arrendados	Equipamentos	Investimentos em curso	Activo de direito de uso	Outros	Total
01 de Janeiro de 2021	690 321	1 105 049	20	525 829	-	2 321 219
Aumento	97 626	108 188	-	239 406	-	445 220
Abate	(14 474)	(43 966)	-	-	-	(58 440)
Regularizações	-	-	-	(25 268)	-	(25 268)
31 de Dezembro de 2021	773 473	1 169 271	20	739 967	-	2 682 731
Aumento	79 691	102 232	-	229 562	-	411 485
Abate	-	(9 755)	-	-	-	(9 755)
Regularizações	-	(3)	-	-	-	(3)
31 de Dezembro de 2022	853 164	1 261 745	20	969 529	-	3 084 458
Quantia escriturada						
01 de Janeiro de 2021	423 825	229 845	509 575	2 017 142	2 597	3 182 984
31 de Dezembro de 2021	322 031	204 541	550 552	1 626 826	2 597	2 706 547
31 de Dezembro de 2022	242 340	190 442	454 942	1 571 870	2 597	2 462 191

25. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

Custo	Software	Investimentos em curso	Total
01 de Janeiro de 2021	846 676	108 607	955 283
Aumento	2 696	29 099	31 795
31 de Dezembro de 2021	849 372	137 706	987 078
Aumento	24 069	71 005	95 074
Transferência	7 762	(7 762)	-
31 de Dezembro de 2022	881 203	200 949	1 082 152
Amortização			
01 de Janeiro de 2021	805 797	-	805 797
Aumento	29 778	-	29 778
31 de Dezembro de 2021	835 575	-	835 575
Aumento	22 005	-	22 005
31 de Dezembro de 2022	857 580	-	857 580
Quantia escriturada			
01 de Janeiro de 2021	40 879	108 607	149 486
31 de Dezembro de 2021	13 797	137 706	151 503
31 de Dezembro de 2022	23 623	200 949	224 572

26. Impostos Correntes

Os activos por impostos correntes apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Pagamento por conta de IRPC	38 265	38 565
Retenção na fonte de IRPC	566 916	478 709
	605 181	517 274

27. Recursos de instituições de crédito

Os Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Depósitos à ordem	112 179	15 414
Depósitos a prazo	1 529	3 688
	113 708	19 102

A maturidade dos Recursos de Instituições de Crédito incluindo o Banco de Moçambique apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Até 3 meses	112 451	19 102
De 3 meses a 1 ano	1 257	-
	113 708	19 102

28. Depósitos e contas correntes

Os depósitos e contas correntes apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Depósitos à ordem	15 883 467	13 524 333
Depósitos a prazo	19 473 260	19 172 581
Outros	40 687	56 225
	35 397 414	32 753 139

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Depósitos à ordem	15 883 777	13 680 431
Depósitos a prazo	19 472 515	19 016 483
Outros	41 122	56 225
	35 397 414	32 753 139

29. Recursos consignados

	2022	2021
i) Ministério da Indústria (PRSP)	1 708	1 870
ii) FNDS	170	16 027
iii) FSA - Kuwait Fund	329 774	336 061
iv) IFAD	130 220	-
v) Fundo de Fomento Agrário	110 000	-
Juros	5 787	323
	577 659	354 281

i) Foi celebrado um acordo com o Ministério da Indústria e Comércio de acesso aos fundos concedidos pelo Governo italiano, sob a forma de um fundo de garantia designado (PRSP - Programa de Relançamento do Sector Privado) destinado a apoiar actividades do sector privado directamente afectadas por desastres naturais que ocorreram em 2000/2001. O fundo foi disponibilizado em 31 de Março de 2015, pelo montante de 120 milhões de Meticais, pelo período de 5 anos, sendo que as operações abrangidas têm uma taxa fixa de 10,00% ao ano;

ii) Em Julho de 2020, foi celebrado um Protocolo de Parceria Técnica Financeira sobre o Fomento e Financiamento de Projectos de Desenvolvimento Rural integrados em Moçambique entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) e o Moza Banco. Este acordo, tem como objectivo a gestão por parte do Banco de uma linha de financiamento do programa denominado SUSTENTA composto por uma componente de Grant no valor de 272.002 milhares de Meticais e outra de crédito no valor de MZN 901.214 milhares de Meticais;

iii) No dia 30 de Maio de 2012, o Banco rubricou um acordo com o governo da República de Moçambique e o Kuwait Fund for Arab Economic Development, no âmbito do qual assume a gestão de um fundo destinado a financiar a agricultura e micro-negócios de produção de alimentos e serviços relacionados, sem prazo de reembolso definido.

iv) Em Abril de 2022, foi celebrado um Contrato de Gestão de Fundos entre o Moza Banco e o Projecto de Financiamento a Empreendimentos Rurais - REFP. Os referidos fundos, fazem parte de um Financiamento que o Governo de Moçambique recebeu do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) para custear as actividades de implementação do Projecto de Financiamento de Empreendimentos Rurais (REFP). O valor da linha é de aproximadamente USD 30 milhões e com um contrato válido até 22 de Abril de 2024.

v) Em Abril de 2022, foi celebrado um Contrato de Gestão de Fundos entre o Moza Banco e o Fundo de Fomento Agrário e Extensão Rural - FAR, FP Delegação Provincial de Manica, com objectivo de estabelecer uma parceria para garantir o fortalecimento das Cadeias de Valor com participação de Homens, Mulheres e Jovens através de Subvenções nas Províncias de Manica e Sofala. O valor inicial do fundo é de MZN 204.480 milhares de Meticais, destinado exclusivamente a Componente de Subvenções e com um contrato válido até 31 de Dezembro de 2026.

30. Provisões

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Provisões para garantias e compromissos assumidos	112 176	66 744
Outras provisões	106 948	85 188
	219 124	151 932

O movimento das provisões para garantias e compromissos assumidos durante o exercício apresenta-se como se segue:

Descrição	2022	2021
Saldo Inicial	66 744	25 596
Reforço	106 386	70 804
Reversão	(60 954)	(31 049)
Regularização	(10)	1 393
	112 176	66 744

As provisões do exercício para as garantias e compromissos assumidos, fixaram-se em 45.442 milhares de Meticais, em resultado de um reforço no valor de 106.386 milhares de Meticais e reversão no montante de 60.944 milhares de Meticais.

O movimento das provisões durante o exercício apresenta-se como se segue:

Descrição	2022	2021
Saldo Inicial	85 188	113 239
Reforço	33 415	300
Reversão	(11 655)	(28 351)
Sub-Total	106 948	85 188
TOTAL	219 124	151 932

31. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Contas a pagar	623 981	427 860
Acréscimo de gastos	175 722	330 990
Rendimentos diferidos	39 480	38 463
Passivos sobre direito de uso	1 955 350	1 956 791
	2 794 533	2 754 104
Derivados	-	24 756
	2 794 533	2 778 860

32. Empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Empréstimos obrigacionista-Subordinados	-	478 725
Moza Banco 2021-2025 empréstimo obrigacionista	-	8 949
Juros	-	487 674

Moza Banco 2021-2025

O empréstimo obrigacionista apresenta uma maturidade de 4 anos, tendo sido emitido pelo Moza Banco em 10 de Março de 2021, com um valor nominal de 100.000 (cem mil) Dólares norte americanos cada obrigação. Com um valor nominal total de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) Dólares norte americanos, com um período de carência de capital de doze meses. Os juros são pagos numa base Semestral a uma taxa variável indexada à LIBOR USD de 6 meses adicionado a um spread de 5,50%. Durante o exercício económico de 2022, o Banco efectuou a call option tendo liquidado o empréstimo obrigacionista.

33. Impostos a pagar

Os impostos a pagar apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Impostos a pagar	96 599	56 467
	96 599	56 467

Detalhe dos impostos a pagar apresenta-se como se segue:

	2022	2021
IVA	1 834	2 716
IRPS	30 124	28 860
IRPC	35 870	14 555
Imposto de selo	28 871	10 336
	96 699	56 467

O valor do imposto a pagar serão líquidos durante o mês de Janeiro de 2023.

34. Capital social

A 31 de Dezembro de 2022, o Capital Social do Moza Banco encontra-se totalmente subscrito e realizado, apresentando-se como se segue:

	2022	2021
Capital	5 896 250	5 896 250
	5 896 250	5 896 250

Abaixo a distribuição do capital social por accionista.

	Número de acções	Valor nominal	Capital Social	% Capital Social
Kuhanha	742 691	5 000	3 713 455	62,98%
Arise	351 390	5 000	1 756 950	29,80%
Moçambique Capitais, S.A	43 435	5 000	217 175	3,68%
Novo Banco	41 732	5 000	208 660	3,54%
Dr.António Matos	2	5 000	10	0,00%
	1 179 250	-	5 896 250	100%

35. Reservas

As reservas apresentam-se como se segue:

	2022	2021
Reserva legal e outras reservas	4 542 275	4 661 843
Prémio de emissão	1 993 740	1 993 740
	6 536 015	6 655 583

36. Classificação dos Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros do Banco é a seguinte:

2022	Activos financeiros através de resultados	Activos financeiros através de outro rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	3 469 028	3 469 028
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	480 809	480 809
Aplicações em instituições de crédito	-	-	6 591 707	6 591 707
Activos financeiros	49 811	2 208 925	7 521 104	9 779 840
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	21 753 640	21 753 640
Outros activos	-	-	1 132 133	1 132 133
	49 811	2 208 925	40 948 421	43 207 157
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	-	113 708	113 708
Depósitos e contas correntes	-	-	35 397 414	35 397 414
Recursos consignados	-	-	577 659	577 659
Outros passivos	-	-	2 794 533	2 794 533
	-	-	38 980 013	38 980 013

2021	Activos financeiros através de resultados	Activos financeiros através de outro rendimento integral	Custo amortizado	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	2 250 359	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	-	182 543	182 543
Aplicações em instituições de crédito	-	-	8 344 160	8 344 160
Activos financeiros	-	35 918	6 708 798	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	22 070 821	22 070 821
Outros activos	-	-	856 148	856 148
	-	35 918	40 412 829	40 448 747

	Ao justo valor através de lucros e prejuízos	Outros passivos financeiros	Passivos não financeiros	Total
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	19 102	-	19 102
Depósitos e contas correntes	-	32 753 139	-	32 753 139
Recursos consignados	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	24 756	2 962 503	-	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	487 674	-	487 674
	24 756	36 576 699	-	36 601 455

36.1 Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas Demonstrações Financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem o uso do método dos fluxos de caixa descontados. Os dados de base para estes modelos são calculados em função da informação disponível dos mercados, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor.

As alterações nos pressupostos acerca dos factores a seguir podem afectar o justo valor reconhecido nas Demonstrações Financeiras:

Nível 1 - Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2 - Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como preços), ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados através da utilização de preços em mercados cotados ou em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os elementos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados de mercado;

Nível 3 - Técnicas de valorização utilizando inputs não observáveis no mercado. Esta categoria inclui os instrumentos financeiros em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados não observáveis e os inputs não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui os instrumentos que são avaliados com base em cotações de rendimentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços de revendedor. Para todos os instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes do tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data da posição financeira. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

i) No mercado principal desse activo ou passivo; ou

ii) Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O justo valor do activo ou do passivo é mensurado através dos pressupostos que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para as quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Financeiras encontram-se reconhecidos de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- ▶ **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração;
- ▶ **Nível 2** – Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directa ou indirectamente;
- ▶ **Nível 3** – Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas Demonstrações Financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da posição financeira apenas quando existe um mercado activo. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições semelhantes, o risco de crédito e prazo remanescente.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor para o Banco:

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	3 469 028	-	3 469 028
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	480 809	-	480 809
Aplicações em instituições de crédito	-	6 591 707	-	6 591 707
Activos financeiros	2 246 081	7 533 759	-	9 779 840
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	21 753 640	-	21 753 640
Outros activos	-	1 132 133	-	1 132 133
	2 246 081	40 961 076	-	43 207 157
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	113 708	-	113 708
Depósitos e contas correntes	-	35 397 414	-	35 397 414
Recursos consignados	-	577 659	-	577 659
Outros passivos	-	2 794 533	-	2 794 533
Empréstimos obrigacionistas	-	96 699	-	96 699
	-	38 980 013	-	38 980 013

2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	2 250 359	-	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	182 543	-	182 543
Aplicações em instituições de crédito	-	8 344 160	-	8 344 160
Activos financeiros	1 711 845	5 032 871	-	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	22 070 821	-	22 070 821
Outros activos	-	856 148	-	856 148
	1 711 845	38 736 902	-	40 448 747
Passivo				
Recursos de instituições de crédito	-	19 102	-	19 102
Depósitos e contas correntes	-	32 753 139	-	32 753 139
Recursos consignados	-	354 281	-	354 281
Outros passivos	-	2 987 259	-	2 987 259
Empréstimos obrigacionistas	-	487 674	-	487 674
	-	36 601 455	-	36 601 455

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação do justo valor com as quantias escrituradas dos instrumentos financeiros do Banco que não estão mensurados ao justo valor nas Demonstrações Financeiras:

	2022		2021	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	3 469 028	3 469 028	2 250 359	2 250 359
Disponibilidades sobre instituições de crédito	480 809	480 809	182 543	182 543
Aplicações em instituições de crédito	6 591 707	6 591 707	8 344 160	8 344 160
Activos financeiros detidos para negociação	9 779 840	9 779 840	6 744 716	6 744 716
Empréstimos e adiantamentos a clientes	21 753 640	21 753 640	22 070 821	20 746 572
Outros activos	1 132 133	1 132 133	856 148	856 148
	43 207 157	43 207 157	40 448 747	39 124 498
Passivos financeiros				
Recursos de instituições de crédito	113 708	113 708	19 102	19 102
Depósitos e contas correntes	35 397 414	35 397 414	32 753 139	34 063 264
Recursos consignados	577 659	577 659	354 281	343 651
Empréstimos obrigacionistas	96 699	96 699	487 674	512 058
Outros passivos	2 794 533	2 794 533	2 987 259	2 987 350
	38 980 013	38 980 013	36 601 455	37 925 424
	4 227 144	4 227 144	3 847 292	1 199 074

A gestão considera que o Caixa e Disponibilidades no Banco Central e Disponibilidades em Instituições de Crédito aproximam-se do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo Valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- ▶ O justo valor dos activos financeiros são obtidos com base no mercado activo, assim como obtidos através da utilização do valor presente, baseado em variáveis observáveis no mercado.
- ▶ O Banco apresenta instrumentos financeiros derivados, tais como Swaps.
- ▶ O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, tais como aplicações em instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, recursos de instituições de crédito, depósitos e contas correntes e empréstimos obrigacionistas são obtidos através do cálculo de fluxos de caixa descontados.

37. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Accionistas		Aplicações em instituições de crédito	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Recursos de instituições de crédito	Depósitos e contas correntes
Kuhanha	2022	-	-	-	2 020 195
	2021	-	-	-	2 216 982
Arise. B.V	2022	-	-	-	176
	2021	-	-	-	140
Moçambique Capitais	2022	-	-10	-	52 857
	2021	-	5	-	63
Novo Banco	2022	-	-	-	92
	2021	-	-	-	72
Almeida Matos	2022	-	-95	-	4 966
	2021	-	1	-	6 420

Os saldos com o pessoal do Orgão de Gestão apresentam-se como se segue:

	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Juros suportados	Juros obtidos
2022	49 073	6 357	49	3 769
2021	30 769	52 016	7 227	2 484

As transacções com as partes relacionadas apresentam-se como se segue:

Accionistas		Locações operacionais	Juros suportados	Juros obtidos
Kuhanha	2022	-	250 272	-
	2021	-	221 427	-
Moçambique Capitais	2022	-	4 792	1
	2021	6 052	95	-
Novo Banco	2022	-	-	2
	2021	-	-	-
Almeida Matos	2022	-	-	-
	2021	-	250	-

Benefícios ao Orgão de Gestão

Durante o exercício de 2022, os vencimentos do Orgão de Gestão ascenderam a 155.102 milhares de Meticais

38. Contingências e compromissos

	2022	2021
Garantias	6 017 657	5 580 842
Moeda nacional	4 353 031	3 630 461
Moeda estrangeira	1 664 628	1 950 381
Cartas de crédito	416 039	212 091
	6 433 696	5 792 933

39. Acontecimentos após a data de balanço

O Banco Central na qualidade de supervisor do sistema financeiro moçambicano, aumentou em 175 pb o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda nacional de 10.5% para 28% e moeda estrangeira de 11.5% para 28.5%, situação que conduz a um desafio na geração de receitas por via da aplicação de liquidez em instrumentos financeiros e na concessão de crédito.

Não obstante, o Banco apresenta níveis de liquidez adequados, situando-se o rácio de liquidez em 47.41% acima do mínimo regulamentar de 25%. Os níveis actuais de liquidez do Banco permitem uma adequada continuidade das operações do Banco e o alcance das metas de crescimento previstas para o ano de 2023.

40. Pressuposto da continuidade

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, o Banco registou um lucro líquido de 90 milhões de Meticais (2021: Prejuízo de 1.381 milhões de Meticais). O desempenho satisfatório do Banco em 2022 foi influenciado pela conjugação de diversos factores, com destaque para a melhoria da eficiência na gestão de créditos, conduzindo a uma redução em 72% nas imparidades, associado ao aumento das comissões em 10%, como reflexo da melhoria do nível de transaccionalidade nos diversos canais e serviços disponíveis no Banco.

O bom desempenho apresentado no ano de 2022 e os objectivos de crescimento definidos no Plano Estratégico do Banco, fortalece o compromisso de que o Moza Banco não tem intenção de descontinuar as suas actividades.

ANEXO À CIRCULAR Nº 3/SHC/2007 - MODELO III BALANÇO - CONTAS INDIVIDUAIS (ACTIVO)

	31 de Dezembro de 2022			
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	31 de Dezembro de 2021
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 469 018	-	3 469 018	2 250 352
Disponibilidades em outras instituições de crédito	480 810	-	480 810	182 541
Activos financeiros detidos para negociação	7 820 422	-	7 820 422	4 995 459
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	-	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	1 907 795	0	1 907 795	1 664 676
Aplicações em instituições de crédito	6 591 392	0	6 591 392	8 343 675
Crédito a Clientes	24 801 511	2 988 823	21 812 688	22 126 880
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	0
Activos com acordo de recompra	0	-	0	0
Derivados de cobertura	0	-	0	0
Activos não correntes detidos para venda	1 089 839	301 545	788 294	837 108
Propriedades de investimento	264 952	27 247	237 705	351 936
Outros activos tangíveis	5 546 649	3 084 459	2 462 190	2 706 547
Activos intangíveis	1 082 152	857 580	224 572	151 503
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12 655	0	12 655	12 655
Activos por impostos correntes	605 181	-	605 181	517 274
Activos por impostos diferidos	151 267	-	151 267	95 000
Outros Activos	2 285 756	79 858	2 205 898	5 466 469
Total de activos	56 109 399	7 339 512	48 769 887	49 702 074

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

ANEXO À CIRCULAR Nº 3/SHC/2007 - MODELO III (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) BALANÇO - CONTAS INDIVIDUAIS

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Passivo		
Recursos de bancos centrais	-	0
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Recursos de outras instituições de crédito	114 193	124 139
Recursos de clientes e outros empréstimos	35 434 108	32 756 951
Responsabilidades representadas por títulos	-	8 948
Derivados de cobertura	-	-
Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
Provisões	219 123	151 932
Passivos por impostos correntes	-	-
Passivos por impostos diferidos	8 839	8 839
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	-	478 725
Outros passivos	4 525 234	7 674 721
Total de Passivo	40 301 498	41 204 255
Capital		
Capital	5 896 250	5 896 250
Prémios de emissão	1 993 740	1 993 740
Outros instrumentos de capital (Acções próprias)	-	-
Reservas de reavaliação	-119 568	-
Outras reservas e resultados transitados	607 829	1 988 850
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)	90 138	(1 381 021)
Total de Capital	8 468 389	8 497 819
Total de Passivo + Capital	48 769 887	49 702 074

ANEXO À CIRCULAR Nº 3/SHC/2007 - MODELO IV DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CONTAS INDIVIDUAIS

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Juros e rendimentos similares	5 370 712	5 307 009
Juros e encargos similares	2 113 983	1 803 557
Margem financeira	3 256 729	3 503 452
Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
Rendimentos com serviços e comissões	586 047	524 816
Encargos com serviços e comissões	238 357	146 408
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	27 189	304 909
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	0
Resultados de reavaliação cambial	173 611	85 090
Resultados de alienação de outros activos	23 148	25 207
Outros resultados de exploração	226 149	462 285
Produto bancário	4 054 517	4 759 351
Custos com pessoal	1 773 282	1 733 514
Gastos gerais administrativos	903 449	996 726
Amortizações do exercício	446 546	505 148
Provisões líquidas de reposições e anulações	21 760	-28 051
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	858 361	2 740 001
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(39 018)	193 034
Resultados antes de impostos	90 138	(1 381 021)
Impostos		
Correntes	0	0
Diferidos	0	-
Resultados após impostos	90 138	(1 381 021)
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas	(4 275)	(94)

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Relatório e parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

MOZA BANCO

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Exmos. Senhores Accionistas do Moza Banco, S.A.,

Nos termos da lei e das disposições estatutárias, e em conformidade com o mandato que lhe foi conferido em Assembleia Geral a 15 de Setembro de 2020, o Conselho Fiscal do Moza Banco, S.A. (doravante designado "Moza Banco"), acompanhou a actividade do Banco, verificou a exactidão dos documentos de prestação de contas e o cumprimento das normas legais e contabilísticas aplicáveis à actividade do Moza Banco.

Nos termos da Lei, apresenta-se o relatório relativo à acção fiscalizadora efectuada pelo Conselho Fiscal no decurso do ano de 2022, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração do Moza Banco.

Relatório

No âmbito da acção de fiscalização o Conselho Fiscal do Moza Banco acompanhou, com a periodicidade e extensão adequadas, a actividade do Banco, tendo efectuado as verificações julgadas convenientes, em conformidade com o disposto no Código Comercial, nomeadamente no que respeita a escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer do Conselho de Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.

Fruto da nova estrutura de governança do Moza Banco, foram instituídos no ano de 2022 duas Comissões, nomeadamente a Comissão de Risco e Compliance e a Comissão de Auditoria, nas quais o Conselho Fiscal se encontra representado por um membro, aumentando dessa forma o contacto com as áreas relevantes do Banco e facilitando a função fiscalizadora do Órgão.

No que respeita ao resultado líquido do exercício, o mesmo apresenta um valor positivo no montante de 90,138 Milhões de Meticals, tendo o resultado integral apresentado um

valor negativo no montante de 29,430 Milhões de Meticals e os Capitais Próprios do Banco apresentam um valor de 8.468,389 Milhões de Meticals.

No que respeita aos indicadores prudenciais do Moza Banco, os Fundos Próprios Regulamentares, calculados de acordo com as regras do Banco de Moçambique, ascendem a 5.367 Milhões de Meticals (2021: 5.584 Milhões de Meticals) o que resulta num rácio de 25,72% (2021: 26,42%), o rácio de liquidez apresenta um valor de 47,41% (2021: 44,50%) e o rácio de Solvabilidade um valor de 22,58% (2021: 23,21%).

Foi apreciado o Relatório do Auditor Independente, Mazars, datado de 19 de Abril de 2023, relativo às Demonstrações Financeiras do Moza Banco referentes ao exercício de 2022, o qual apresenta uma opinião não modificada, e com o qual concordamos.

Foi examinado o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2022, tendo sido concluído que o mesmo permite uma fácil e clara compreensão da situação económica, da evolução dos negócios e da rentabilidade obtida no exercício.

No que concerne a proposta de aplicação de resultados elaborada pelo Conselho de Administração, a qual contempla a transferência para a rubrica de Reservas Legais o montante de 27.041.474 MZN (Vinte e sete milhões, quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro Meticals) e para a rubrica de Resultados Transitados o montante de 63.096.772 (sessenta e três milhões, noventa e seis mil, setecentos e setenta e dois Meticals) foi verificada a conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Parecer

Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação dos Estatutos, da Lei e dos Regulamentos emanados pelo Banco de Moçambique, enquanto entidade reguladora, o Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:

- Aprove as contas referentes ao exercício de 2022;
- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Como nota final, o Conselho Fiscal expressa, ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e aos trabalhadores do Moza Banco em geral, o seu profundo agradecimento pela colaboração prestada no exercício da sua acção de fiscalização.

Maputo, 21 de Abril de 2023

O Conselho Fiscal

Irene Luzidia Maurício (Presidente)

Anastácia Chamusse Cuna (Vice-Presidente)

Nuno Domingues (Vogal)

Isaltina Nhabinde (Suplente)

Relatório do Auditor Independente

mazars

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

As Accionistas do
Moza Banco, S.A.

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditeamos as demonstrações financeiras do Moza Banco, S.A. (de ora adiante também designado de "Banco" ou "Moza") constantes das páginas 11 a 94, que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração de resultados, a Demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na seção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a Auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Materias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na Auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da Auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito. Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Edição Mayah, Bairro Central, Rua 1.233, Nº 81, 9º Andar
Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 208 8433
www.mazars.co.mz

mazars

Perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), as perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes, registadas nas demonstrações financeiras, representam a melhor estimativa do Órgão de gestão quanto às perdas implícitas na sua carteira de crédito.	Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes: <ul style="list-style-type: none">Avaliação e teste à concepção e eficácia operacional dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de crédito do Banco. Estes controlos incluem aqueles relacionados com a identificação dos créditos em imparidade, os níveis de tolerância e os registos contabilísticos efetuados relativamente à imparidade quantificada da carteira de crédito a clientes;Realização de testes substantivos ao nível de imparidade do Banco, numa base de amostragem, com vista à revisão crítica do modelo instituído. Estes procedimentos de Auditoria incluíram a avaliação dos critérios e metodologias adotados na determinação dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva, recorrendo à extração das informações utilizadas no modelo (inputs), reexecução dos cálculos e revisão da análise de sensibilidade efetuada pelo Banco, relativamente aos pressupostos críticos subjacentes. Esta revisão teve também como objetivo garantir o alinhamento do modelo instituído com os requisitos da Norma

Estas imparidades são determinadas através da análise individual para créditos com determinadas especificidades e através de análise coletiva para os restantes créditos que não sejam objeto de análise individual.

Nos créditos concedidos a grandes clientes, o valor das imparidades é maioritariamente calculado de forma individual.

As imparidades individuais, exigem um juízo de valor do Órgão de gestão no apuramento da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados com esses créditos.

As imparidades calculadas com base na análise coletiva são determinadas considerando dados, pressupostos e estimativas, sujeitos a juízo de valor formados pelo Órgão de gestão.

Considerando a materialidade e natureza subjetiva das imparidades da carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.

mazars

Internacional de Relato Financeiro n.º 9 (IFRS 9)

- Para as imparidades apuradas de forma individual, foram efetuados testes aos controlos implementados pelo Banco sobre a identificação atempada de créditos potencialmente em imparidade e para uma amostra de créditos concedidos a clientes, analisadas as fichas individuais preparadas pelo Banco, analisando criticamente os pressupostos assumidos e analisando se o evento de perda (ponto de reconhecimento da imparidade) foi identificado em momento apropriado, analisando as projeções de cash-flow estimadas e utilizadas no cálculo das imparidades respetivas, analisando as respetivas garantias consideradas no cálculo da "LGD"; e
- Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, relacionadas com esta matéria.

mazars

Activos por impostos diferidos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), o reconhecimento dos Activos por impostos diferidos compreende a formação de juízo de valor por parte do Órgão de gestão, nomeadamente quanto (i) à geração de lucros tributáveis, em montantes e momentos adequados à reversão futura das diferenças temporárias tributadas, existentes, e (ii) às estratégias de planeamento fiscal adotadas.	Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes: <ul style="list-style-type: none">Avaliação crítica dos pressupostos utilizados na projeção dos lucros tributáveis futuros do Banco, constantes no seu plano de negócios para os próximos anos;Revisão da base de apuramento dos impostos diferidos que originou a existência de diferenças temporárias;Revisão da correspondente taxa de imposto utilizada para efeitos de apuramento dos impostos diferidos, tendo em consideração a legislação em vigor e a taxa efetiva que tem vindo a ser verificada no Banco; eAvaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, relacionadas com esta matéria.

Atendendo à materialidade dos Activos por impostos diferidos reconhecidos pelo Banco, juntamente com as incertezas que a sua realização comporta - geração de lucros tributáveis em montantes e momentos adequados, assim como eventuais alterações futuras na legislação fiscal, esta matéria foi considerada como relevante na nossa Auditoria.

mazars

Activos não correntes detidos para venda

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), os Activos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável. A mensuração subsequente destes activos é efetuada ao menor entre o valor contábilístico e o correspondente justo valor, líquido de custos de venda. O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas, realizadas por peritos independentes.	Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes: <ul style="list-style-type: none">Avaliação e teste ao desenho e implementação dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de activos não correntes detidos para venda do Banco;Verificação do correto registo contabilístico decorrente das avaliações de imóveis, face aos montantes apresentados nas últimas avaliações obtidas;Análise crítica aos relatórios de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes, contratados pelo Banco, desafiando os pressupostos significativos e aferindo sobre a sua razoabilidade, tendo por base as condições de mercado;Avaliação sobre a adequação das divulgações efetuadas nas notas anexas às demonstrações financeiras do Banco, considerando o referencial contabilístico aplicável (IFRS).

As avaliações envolvem um elevado nível de julgamento, envolvendo diferentes pressupostos e metodologias.

Assim, a valorização dos activos não correntes detidos para venda foram considerados uma matéria relevante de Auditoria, dada a materialidade dos montantes envolvidos e o grau de julgamento subjacente ao método de avaliação adotado, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras do Banco.

mazars

Activos financeiros

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 1.3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Uso de estimativas e julgamentos") e na Nota 3 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Sumário das principais políticas contabilísticas"), as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros requerem, por vezes, a utilização de pressupostos e julgamentos na determinação do seu justo valor.	Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes: <ul style="list-style-type: none">Identificação, compreensão e avaliação dos controlos-chave implementados no Banco, relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;Verificação dos preços provenientes de fontes externas para as posições detidas pelo Banco e sua comparação com os preços utilizados, analisando quaisquer diferenças significativas;Para posições menos líquidas, revisão, em base de amostragem, dos modelos e principais pressupostos (quando aplicável) e dos suportes adequados para a valorização adotada pelo Banco; ePor fim, avaliação se as divulgações efetuadas pelo Banco, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente aos Activos Financeiros, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Os instrumentos financeiros apresentados na Demonstração da posição financeira como "Activos financeiros", no montante global de 9.773.840 milhares de Meticas, representam aproximadamente 21% do total do Activo do Banco, em 31 de Dezembro de 2022.

Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de Auditoria face à materialidade dos montantes envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.

mazars

Continuidade das Operações

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
No âmbito da reestruturação do capital social do Banco, que obrigou à intervenção do Estado Moçambicano e conforme divulgado na Nota 40 das notas anexas às demonstrações financeiras ("Pressuposto de continuidade"), o Banco encontra-se a implementar um Plano Estratégico que lhe permita assegurar a continuidade das suas operações. Nesse sentido, existe a necessidade do Plano implementado estar adequadamente preparado, tendo em consideração o quadro limitativo do panorama macroeconómico e do contexto atual menos favorável, e consequentemente, permitir a geração de resultados suficientes e necessários para garantir a continuidade das suas operações num futuro previsível, o que motivou que esta matéria fosse considerada uma matéria relevante na nossa Auditoria.	• Discussão e inquirição com o Órgão de gestão sobre a avaliação efetuada pelo mesmo, quanto ao pressuposto de continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras; • Revisão e avaliação do Plano de Recuperação do Banco; • Obtenção e análise de documentação de suporte adicional, nomeadamente o último Plano Estratégico aprovado, por forma a concluir sobre a existência de overval incerto material ou se o uso do pressuposto de continuidade das operações é apropriado; e • Por fim, avaliação se as divulgações efetuadas pelo Banco, nas notas anexas às demonstrações financeiras, relativamente a este assunto, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do Moza Banco, S.A. relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas e sem ênfases sobre essas demonstrações financeiras, em 6 de Abril de 2022.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a informação incluída no documento intitulado "Relatório de Gestão 2022". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de Auditoria nem qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

mazars

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exigimo-nos que relatamos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto de continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativas realistas sendo feitas.

Os Encarregados da Governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório de Auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido ao erro dado que a fraude pode envolver contornos, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avallamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

mazars

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto de continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluímos que existe um incerto material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de Auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações.
- Avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos aos Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da Auditoria, e as matérias relevantes de auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas, durante a nossa Auditoria.

Adicionalmente, declaramos aos Encarregados da Governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos aos Encarregados da Governação, determinamos as que foram as mais importantes na Auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

MAZARS SCAC, LDA.
Sociedade de Auditores Certificados: 15/SCAOCAM/2016
Representado por:

Djak Lalji
Auditor Certificado: 17/CAOCAM/2012
Maputo, 19 de Abril de 2023